

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

AIGLINE DE MENEZES PAES VERVLOET

**SENTIDOS SUBJETIVOS DA PARTICIPAÇÃO
DO MESÁRIO VOLUNTÁRIO
NAS ELEIÇÕES**

VITÓRIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AIGLINE DE MENEZES PAES VERVLOET

**SENTIDOS SUBJETIVOS DA PARTICIPAÇÃO
DO MESÁRIO VOLUNTÁRIO
NAS ELEIÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Márcia Prezotti Palassi.

VITÓRIA
2009

[...] É certo que existem, de um lado, regras políticas e, de outro, comportamentos políticos. A democracia, como qualquer sistema político ou social, é composta por essas duas dimensões, e se os comportamentos não correspondem às normas podemos sempre acionar o sistema repressivo ou construir belos modelos destinados a explicar por que isso não acontece. Modelos que, no caso brasileiro, tendem a apelar para o caráter recente de sua democracia, para a falta de educação política do povo, para a incoerência das elites, para lacunas da legislação eleitoral, para o descalabro da mídia, etc. Explicações que não são falsas, mas que deixam de lado uma terceira dimensão tão constitutiva da política quanto da ética: a dimensão da subjetividade. Sem se confundir com um sujeito originário, essa dimensão consiste em um certo tipo de relação com os outros e consigo que articula necessariamente, e de formas distintas, regras e comportamentos [...] (GOLDMAN, 2000, p. 05).

AIGLINE DE MENEZES PAES VERVLOET

**SENTIDOS SUBJETIVOS DA PARTICIPAÇÃO
DO MESÁRIO VOLUNTÁRIO
NAS ELEIÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Prezotti Palassi
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Fernando Luis González Rey
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Prof^a. Dr^a. Mônica de Fátima Bianco
Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, 04 de maio de 2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força suficiente para não desistir frente às dificuldades que se apresentaram ao longo desta caminhada, permitindo-me concretizar mais este sonho.

À minha querida mãe, Mercedes, e à minha doce avó, Aigline, pelo amor e apoio incondicionais em todos os momentos de minha vida.

Ao meu companheiro de existência, Fernando, por todo amor, pelos sonhos e visões compartilhados, pela paciência, auxílio e cuidado durante esta e tantas outras etapas complexas de minha vida.

Aos meus amados filhos, João Vitor e Giulia, pela coragem que me inspiram, pela torcida, pela compreensão quando de minha ausência e pela valorização de meu esforço e progresso. Em especial, à Giulia, pelo carinho explícito e pela alegria contagiante e ao João Vitor, pelas prazerosas horas de estudo, diálogo e amadurecimento compartilhados.

Aos meus queridos sogros, Zilda e Werther, pelo carinho de pais que sempre tiveram comigo, pelo valioso apoio de sempre.

À Prof^ª Dra. Márcia Prezotti Palassi, minha estimada orientadora, pelas importantes orientações, pelas tantas leituras e pareceres fundamentais para a construção deste estudo e ampliação de meus conhecimentos, pela compreensão e encorajamento contínuos, em especial, pela disponibilidade e amizade durante minha trajetória de mestranda.

À professora Dra. Mônica de Fátima Bianco pela pertinência das apreciações quando do exame de qualificação, estimulando-me a ir além do que julgava capaz, e ainda, por aceitar o convite de participar da banca examinadora deste estudo.

Ao prof. Dr. Fernando Luis González Rey, pela sensibilidade de suas obras e por ter concebido a Teoria que instigou a maior parte das reflexões aqui presentes e tantas outras em minha própria vida, sobretudo, por aceitar fazer parte da banca examinadora deste estudo.

Ao professor Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos, pela atenção sempre dada às minhas dúvidas e questionamentos, pelos esclarecimentos que muito me ajudaram a tecer a trajetória histórica da Justiça Eleitoral e dos direitos políticos no Brasil, bem como pela valiosa participação no exame de qualificação.

Aos participantes da pesquisa, pela confiança, boa-vontade e disponibilidade em ser parte de minha jornada na busca pelo conhecimento, especialmente, por todo o aprendizado que me proporcionaram.

Aos professores, pela alta qualidade das aulas e dos conteúdos selecionados e oferecidos, pelos conselhos, exemplos, debates e reflexões geradas, que muito ampliaram meu conhecimento, horizonte e visão de mundo. Extensivo ao prof. Dr. Lídio de Souza, do

mestrado em psicologia, e à prof^a Dr^a. Luiza Camacho Mitiko, do mestrado em educação, pela inestimável oportunidade de aprendizado.

Aos meus colegas mestrandos, que compartilharam comigo alegrias, transformações e angústias, em especial à Melissa, Bete e Michelle, pelos momentos de troca, de estímulo e de amizade.

Aos coordenadores, prof. Dr. Hélio Zanquetto Filho, do mestrado em administração e Prof^a Dr^a. Heloísa Moulin de Alencar, do mestrado em psicologia, e à Belkiss, secretária do mestrado em administração, pela eficiência e presteza com que atenderam a todas as minhas solicitações e necessidades como aluna, principalmente pela boa-vontade e consideração sempre demonstrados.

A todos do cartório eleitoral, pelo apoio, incentivo, amizade e, sobretudo, por sempre confiarem em minha disposição para melhorar nossa realidade de trabalho, de modo especial à Angelina, Fabiana, Ruth, Sara e Jorge, pelas leituras atentas e pelas palavras de ânimo.

Aos meus chefes durante o período do mestrado, Dra. Ivelize e Dr. Helimar, pelo exemplo de servidores públicos e seres humanos, pela amizade e confiança, e pelas manifestações de reconhecimento pela minha dedicação em relação aos serviços, aos eleitores e aos servidores do cartório eleitoral.

Ao Diretor Geral do TRE/ES, Dr. Alvimar, pela atenção sempre dada às minhas considerações, pelo incentivo e, especialmente, por zelar pela justiça e pelas boas condições do ambiente de trabalho no nosso órgão.

À Simone Behr, Neila, Gabriela, Alexandre e a todos os outros amigos que, direta ou indiretamente, muito contribuíram para a conclusão desta etapa importante de minha história.

Por fim, aos meus queridos cães, Luck, Luna, Lôla e Pâmela, pela companhia afetuosa e silenciosa nos muitos períodos de isolamento e introspecção necessários ao desenvolvimento deste estudo e dos que o precederam.

RESUMO

Os trabalhos que envolvem a realização de uma eleição têm se aperfeiçoado bastante. Com a implementação das urnas eletrônicas o processo de votação brasileiro se tornou ícone de modernidade pela sua confiabilidade e rapidez. Visando aumentar a qualidade dos serviços prestados à população durante as eleições, a Justiça Eleitoral vem incentivando a participação voluntária no processo de votação, evitando que a convocação obrigatória recaia sobre quem não deseja colaborar. Apesar do aumento de voluntários, erros e comportamentos inadequados de mesários continuam ocorrendo. De modo a estabelecer uma reflexão que contribua para uma melhor compreensão acerca do problema, bem como para o aprimoramento das práticas de gestão envolvidas, propôs-se analisar os sentidos subjetivos que emergem frente à participação desses voluntários no processo de votação. Adotou-se como marco teórico a Teoria Histórico-Cultural de estudo da subjetividade de Rey. Procurou-se, a partir de uma retrospectiva histórica, resgatar elementos sócio-culturais que caracterizassem o contexto de desenvolvimento político e democrático brasileiro. Buscou-se abarcar conceitos, tendências, concepções, especificidades e dificuldades relacionadas ao tema da participação voluntária. O ambiente institucional foi descrito de modo a tornar conhecidas as práticas adotadas e a evolução do projeto “mesário voluntário”. Participaram deste estudo 11 mesários, que atuaram nas eleições de 2008, na 55ª Zona Eleitoral - Vila Velha/ES. A pesquisa, além de bibliográfica e documental, pode ser considerada um estudo de caso. Os instrumentos utilizados foram o questionário aberto, a construção de frases, a redação e a conversação, individual e grupal. A análise e construção das informações foram orientadas pela Epistemologia Qualitativa desenvolvida por Rey. Os sentidos subjetivos apurados foram agrupados em 05 núcleos: “descrédito”, “mudança social”, “obrigação moral/social”, “satisfação pessoal” e “benefícios particulares”. Conclui-se que são os sentidos subjetivos que o mesário relaciona à sua participação que favorecerem, ou não, comportamentos comprometidos e responsáveis durante a efetiva atuação. Quanto às práticas de gestão, nota-se a necessidade de diversas adequações, de modo a possibilitar o reconhecimento e a valorização dessa participação, bem como a manutenção dos voluntários e o fortalecimento da relação entre mesários e Justiça Eleitoral.

Palavras-chave: subjetividade, sentidos subjetivos, participação voluntária, mesários, gestão, eleições.

ABSTRACT

The work involving the conduct of an election have been improved considerably. With the implementation of the electronic ballot the voting process has become Brazilian icon of modernity for their reliability and speed. To increase the quality of services to the population during elections, the Electoral Justice is encouraging voluntary participation in the voting process to ensure that the obligatory convocation doesn't relies upon those who do not want to cooperate. Despite the increase in volunteers, mistakes and bad behavior of election officials still occurring. To provide a reflection that contributes to a better understanding about the problem and for the improvement of management practices involved, it was proposed to analyze the subjective senses that emerge from the volunteers in the voting process. We adopted as the theoretical framework of Cultural-Historical Theory study of the subjectivity of Rey was sought from a historical, socio-cultural elements redeem that characterize the context of political development and democratic Brazil. We tried to embrace concepts, trends, concepts, and specific difficulties related to the issue of voluntary participation. The institutional environment was described to make known the practices adopted and the progress of the project " election officials voluntary." The study included 11 election officials, who worked in the elections of 2008, the 55th Election Zone – City of Vila Velha / ES. The research is bibliography, documentation and can be considered a case study. The instruments used were the open questionnaire, the construction of sentences, the writing and the individual and group conversation. The analysis and construction of information were guided by the Qualitative Epistemology developed by Rey. The subjective senses found were grouped into 05 sections: "discredited", "social change", "moral obligation / social", "personal satisfaction" and "private benefits" . It's concluded that the senses are subjective election officials that relates to their participation to promote, or not, committed and responsible behavior during the performance. Regarding management practices, there is a need for several adjustments in order to enable the recognition and appreciation of their participation, and maintenance of volunteers and strengthening the relationship between Justice and Electoral election officials.

Keywords: subjectivity; subjective senses; voluntary participation; election officials; management; elections.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma – análise e organização dos dados.....	75
Figura 2 – Cronograma de pesquisa.....	154
Figura 3 – Síntese das atividades dos mesários no dia das eleições.....	163
Figura 4 – Ficha para cadastramento de mesário voluntário	164
Figura 5 – Folder para inscrição de mesário voluntário.....	165
Figura 6 – Cartaz da campanha - eleições 2008	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Problemas gerados por mesários nas eleições	17
Quadro 02 – Problemas gerados por mesários nas eleições de 2008.....	155
Quadro 03 – Síntese dos motivos alegados para a atuação voluntária	33
Quadro 04 – Síntese dos motivos relacionados pelos mesários voluntários para sua atuação nas eleições	34
Quadro 05 – Cronograma de procedimentos e aplicação dos instrumentos.....	161
Quadro 06 – Representações sociais, de acordo com a orientação de sentido	86
Quadro 07 – Representações que fogem à estrutura da representação social da atuação do mesário voluntário apreendida em 2007.....	88
Quadro 08 – Participação como mesária voluntária para Tereza: sentidos subjetivos e indicadores	92
Quadro 09 – Participação como mesário voluntário para Carlos: sentidos subjetivos e indicadores	96
Quadro 10 – Participação como mesário voluntário para Osvaldo: sentidos subjetivos e indicadores	100
Quadro 11 – Participação como mesária voluntária para Bianca: sentidos subjetivos e indicadores	103
Quadro 12 – Participação como mesário voluntário para Ricardo: sentidos subjetivos e indicadores	105
Quadro 13 – Participação como mesário voluntário para Gustavo: sentidos subjetivos e indicadores	109
Quadro 14 – Participação como mesário voluntário para Lourenço: sentidos subjetivos e indicadores	112
Quadro 15 – Participação como mesário voluntário para Marcelo: sentidos subjetivos e indicadores	115
Quadro 16 – Participação como mesário voluntário para Ismael: sentidos subjetivos e indicadores	118
Quadro 17 – Participação como mesária voluntária para Fabrícia: sentidos subjetivos e indicadores	122
Quadro 18 – Participação como mesário voluntário para Joel: sentidos subjetivos e indicadores	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivos alegados para a participação como mesário voluntário.....	65
Tabela 2 – Sexo dos mesários voluntários participantes.....	66
Tabela 3 – Grau de instrução dos participantes.....	66
Tabela 4 – Ocupação principal dos participantes.....	67
Tabela 5 – Faixa etária dos participantes.....	67
Tabela 6 – Estado civil dos participantes.....	68

LISTA DE SIGLAS

ANPAD - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Construção de Frases

CG – Conversação Grupal

CI – Conversação Individual

DETRAN-ES - Departamento de Trânsito do Espírito Santo

ENANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração

EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governança

EnEO - Encontro de Estudos Organizacionais

ES – Espírito Santo

LVs – Locais de Votação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

QD – Questionário Diagnóstico

R – Redação

R.S – Representação Social

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Ufir - Unidade Fiscal de Referência

ZE – Zona Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1. A subjetividade numa perspectiva histórico-cultural	24
2.2. Participação e voluntariado: uma revisão multifocal da participação voluntária	29
2.3. A evolução do processo eleitoral brasileiro	41
2.4. O contexto dos trabalhos relativos ao pleito e o projeto mesários voluntários na 55ª zona eleitoral do Espírito Santo	54
3. METODOLOGIA	61
3.1. A natureza da pesquisa	61
3.2. Os participantes	64
3.3. O cenário da pesquisa	68
3.4. Procedimentos e instrumentos para obtenção dos dados	70
3.5. Análise e construção da informação	72
4. CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO	77
4.1. Os mecanismos de promoção da participação voluntária	78
4.2. Fatores que facilitam e inibem a participação voluntária no processo eleitoral	82
4.3. Representações sociais acerca do papel do mesário nas eleições	85
4.4. Os sentidos subjetivos da participação voluntária no processo eleitoral	89
4.4.1. Sentido subjetivo da participação como mesária para Tereza	90
4.4.2. Sentido subjetivo da participação como mesário para Carlos	93
4.4.3. Sentido subjetivo da participação como mesário para Osvaldo	96
4.4.4. Sentido subjetivo da participação como mesária para Bianca	101
4.4.5. Sentido subjetivo da participação como mesário para Ricardo	103
4.4.6. Sentido subjetivo da participação como mesário para Gustavo	106
4.4.7. Sentido subjetivo da participação como mesário para Lourenço	109
4.4.8. Sentido subjetivo da participação como mesário para Marcelo	113
4.4.9. Sentido subjetivo da participação como mesário para Ismael	116
4.4.10. Sentido subjetivo da participação como mesária para Fabrícia	120
4.4.11. Sentido subjetivo da participação como mesário para Joel	122
4.5. Os núcleos de sentidos subjetivos da participação voluntária nas eleições	125
4.6. Sentidos subjetivos, ações e representações: uma articulação entre diferentes ângulos da informação	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
6. REFERÊNCIAS	148

APÊNDICES	154
APÊNDICE I – Cronograma de pesquisa	155
APÊNDICE II – Problemas gerados por mesários nas eleições 2008	156
APÊNDICE III – Termo de consentimento livre e esclarecido	157
APÊNDICE IV – Questionário “diagnóstico”	158
APÊNDICE V – Proposta de construção de frases	160
APÊNDICE VI – Cronograma de procedimentos	162
ANEXOS	163
ANEXO I – Síntese das atividades dos mesários nas eleições	164
ANEXO II – Formulário para cadastramento de mesários.....	165
ANEXO III – <i>Folder</i> para inscrição de mesários voluntários – TRE/ES.....	166
ANEXO IV – Cartaz da campanha – eleições 2008	167

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, com a implementação das urnas eletrônicas, o processo de votação brasileiro se tornou ícone de modernidade, passando a ser reconhecido mundialmente pela sua organização, confiabilidade e rapidez. Enquanto países considerados desenvolvidos levam semanas para divulgar os resultados da votação, o Brasil leva horas.

Nessa esteira, as diversas atividades que envolvem a realização de uma eleição têm se aperfeiçoado bastante no Espírito Santo. A busca pela celeridade no atendimento às demandas do público, a padronização e a melhoria da qualidade dos processos técnicos é constante no âmbito do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais. Contudo, após meses de planejamento e intenso trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral, quem efetivamente a representa perante os eleitores, no dia das eleições, são os mesários nomeados pelos Juizes Eleitorais.

O trabalho exercido pelos mesários nas seções de votação não é remunerado e tem duração aproximada de 10 h. Porém, é de suma importância para que o processo eleitoral alcance seus objetivos, pois é por meio dele que a Justiça Eleitoral proporciona aos cidadãos o direito à liberdade de escolha de seus representantes, através do voto.

É responsabilidade dos mesários manusear a urna eletrônica, prepará-la para receber o voto dos eleitores, zelar pela indevassabilidade da cabina de votação, fiscalizar a lisura do processo eleitoral na respectiva seção, dentre outras funções descritas de forma sucinta no Anexo I. Como bem define Passos (2007, p. 1):

O mesário é um dos personagens mais importantes do processo eleitoral. Ele representa o povo, é o cidadão participando efetivamente da construção da democracia. Através do mesário, o detentor do poder (que é o povo) fiscaliza e constrói todo o processo eleitoral, legitimando a ação da justiça [...].

Entretanto, muitos dos indivíduos nomeados como mesários parecem não perceber a valiosa colaboração que prestam à democracia e à sociedade quando exercem suas atividades, embaraçando o desenvolvimento dos trabalhos da seção.

Os erros cometidos pelos mesários geram inúmeros transtornos e prejuízos aos eleitores, em razão da vinculação da regularidade do cadastro eleitoral à obtenção de outros documentos e direitos, tais como: emissão de passaporte e CPF; recebimento de pensão e aposentadoria; abertura de conta bancária; matrícula em cursos e universidades; etc. Esta vinculação decorre do fato de que, além de ser um direito de todo cidadão brasileiro, o voto é uma obrigação para

a maioria dos eleitores, segundo prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 14 (BRASIL, 2008, p. 183):

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

[...]

§ 1º. O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

[...]

Durante as reuniões de instrução, os mesários são insistentemente alertados a respeito dos erros e problemas mais frequentes, bem como dos sérios prejuízos que podem causar aos eleitores. Entretanto, verifica-se que na Zona Eleitoral estudada, durante a realização dos dois turnos das eleições do ano de 2006, ocorridos em 01/10/2006 e 29/10/2006, 85 eleitores votaram em lugar de outros e, em razão disso, 51 eleitores que compareceram às suas respectivas seções ficaram impedidos de votar. Tal situação ocorre quando o mesário digita um número de inscrição diferente do título apresentado pelo eleitor e realiza o procedimento de inicialização da votação em nome de outro cidadão. Isto é, autoriza o eleitor presente a votar como se fosse outro, o eleitor vota e se retira da seção sem imaginar o ocorrido. Como resultado, este eleitor será considerado faltoso e constará débito em seu cadastro, pois o número de seu título não foi registrado na urna eletrônica. Além disso, o eleitor inscrito sob o número habilitado por equívoco, ao comparecer na seção não poderá votar, pois aparecerá uma mensagem na urna eletrônica informando que “ele” já votou, ou seja, perdeu seu direito ao voto.

Foram, ainda, registradas 193 reclamações acerca da atuação de mesários, tais como: mesários que ao receberem o auxílio alimentação saem para almoçar e não mais retornam; mesários que se recusam a cooperar com os trabalhos; que se ausentam com frequência da seção; que “destratam” os eleitores; que não aceitam que os idosos e portadores de necessidades especiais tenham preferência para votar; que assistem TV dentro da seção; que trabalham alcoolizados; que promovem boca de urna; dentre outras. Estes mesários, quando formalmente identificados são advertidos e afastados da função. Podem, ainda, caso tenham incorrido em crime, responder a processos que ocasionam a realização de diversos procedimentos administrativos, audiências e interrogatórios, envolvendo além da Justiça e do Ministério Público Eleitoral, testemunhas e Polícia Federal.

Também é comum, quando do recebimento das justificativas referentes aos eleitores que estão fora do domicílio eleitoral, que o mesário não proceda de forma adequada, deixando de registrar a justificativa na urna eletrônica. O eleitor deixa o local imaginando ter justificado sua ausência, mas como seu título não foi armazenado na memória da urna eletrônica figurará como faltoso no cadastro nacional dos eleitores, gerando débito em seu nome.

A crença da Justiça Eleitoral de que os aludidos problemas fossem eliminados ou drasticamente reduzidos ao desobrigar aqueles eleitores que não desejam trabalhar nas eleições, nomeando apenas mesários voluntários, não se confirmou nas últimas eleições, conforme dados coletados por meio de pesquisa documental, organizados no Quadro 1, a seguir:

Ano da eleição	2002	2002	2004	2006	2006
Turno de votação	1º	2º	1º	1º	2º
Total de mesários nomeados	1.212	1.212	1.368	1.448	1.448
Número de mesários voluntários	567	640	906	1.201	1.333
Mesários faltosos	85	114	162	200	143
Reclamações registradas acerca do comportamento de mesários	70	56	85	109	84
Eleitores que votaram em lugar de outros por erro de mesário	39	35	53	44	41

Quadro 1 – Problemas gerados por mesários nas eleições

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos processos, documentos e registros cartorários.

Diante desse contexto, durante os meses de junho e agosto de 2007, realizou-se uma pesquisa buscando compreender os possíveis motivos que levam a uma participação comprometida, responsável e eficaz dos indivíduos que atuam como mesários, bem como comportamentos no sentido inverso. Utilizando-se os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici (1961), e que, segundo Abric (2003), pode ser entendida como um conjunto organizado e hierarquizado de julgamentos, atitudes e informações que um grupo social elabora a propósito de um objeto.

Sendo assim, foram identificados os elementos que compõem as representações sociais construídas pelos mesários, voluntários e convocados, sobre essa atuação e buscou-se, por meio da análise e comparação das representações estruturadas, uma reflexão capaz de contribuir para a compreensão dos comportamentos revelados durante a realização dos trabalhos de votação, bem como para o aprimoramento das práticas de gestão incluídas no processo.

Participaram do estudo 113 sujeitos de ambos os sexos, que atuaram como mesários nas eleições de 2006 em seções da 55ª Zona Eleitoral, aos quais foi aplicado um questionário, constituído por duas questões. Na primeira questão, privilegiou-se a técnica de evocação livre, desenvolvida por Vergès (1992), através da qual foi solicitado a cada sujeito que manifestasse, espontaneamente, as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe viessem à mente a partir do estímulo: “atuar como mesário”. Em seguida foi proposta uma questão aberta, onde os sujeitos poderiam discorrer sobre como se sentem a respeito ou como definem a atuação do mesário, a qual serviu para elucidar ou ratificar o sentido e as possíveis relações entre os elementos revelados no primeiro momento.

A análise seguiu, primeiramente, as premissas da abordagem estrutural de estudo das representações sociais, com base na Teoria do Núcleo Central, desenvolvida a partir da tese de doutorado de Abric (1976). As respostas à primeira questão foram tratadas com o auxílio do programa de computador EVOC 2000, que permite a realização da análise em função de dois critérios: a frequência e a ordem de evocação, fornecendo dados para o reconhecimento dos elementos centrais e periféricos. A estrutura das representações obtida foi fruto da análise conjunta das idéias manifestadas nas duas questões, conforme orientado por Spink (1997).

Os elementos que fizeram parte do possível núcleo central da representação dos voluntários expressaram posicionamentos positivos em relação à atuação dos mesários, indicando uma representação organizada em torno de valores positivos, os quais se distribuem entre elementos de tipo moral, expressos nas palavras “servir à sociedade”, “papel do cidadão”, “gratificante”, “responsabilidade” e “patriotismo”; e um elemento relacionado ao benefício pessoal/material derivado desse trabalho, expresso no elemento “dias de folga”. Tais componentes parecem expressar os prováveis motivos da participação voluntária, em sua maioria voltados para o papel social e moral dos cidadãos, da responsabilidade social do homem enquanto parte da sociedade, da qual exige direitos, tendo, em contrapartida, o dever de contribuir para sua manutenção (VERVLOET, 2008).

Partindo para a análise da segunda parte do questionário, verificou-se que os elementos de tipo moral e social presentes no núcleo central desta representação, configurado por meio das evocações livres manifestadas na primeira questão, reapareceram marcadamente no conteúdo das respostas de quarenta e sete sujeitos, o que corresponde a quase 80% das respostas, confirmando e reforçando a composição do núcleo central encontrado. Quanto ao elemento “dias de folga”, pôde-se constatar que para sete participantes (quase 12% do total), tal vantagem seria o principal, senão o único motivo da participação voluntária (VERVLOET, 2008).

Já em relação à representação construída pelos mesários convocados, observou-se que três dos elementos mais significativos do seu possível núcleo central: “gratificante”, “responsabilidade” e “papel do cidadão”, também fizeram parte da configuração do núcleo central da representação do grupo de voluntários, entretanto combinados aos termos “obrigatório”, “importante”, “conhecer pessoas” e “promover a democracia”. Sendo assim, a maioria de seus componentes expressa posicionamentos de sentido positivo em relação à atuação dos mesários e de apenas um atributo com orientação exclusivamente negativa, representado pelo termo “obrigatório” (VERVLOET, 2008).

Por meio da análise das respostas lançadas à segunda questão, verificou-se que a produção discursiva de 37 mesários convocados, que correspondem a quase 70% do grupo, gira em torno de concepções essencialmente positivas acerca dessa atuação, permitindo-nos presumir que a presença dos componentes do possível núcleo central, combinados aos periféricos mais presentes nas respostas discursivas, expressaria a seguinte representação: não obstante reconhecerem o fato de que se encontram investidos da função em decorrência de uma imposição legal (por isso a significativa posição do termo “obrigatório”), vêem a atuação do mesário como algo gratificante e importante, decorrente do seu papel como cidadão e que deve ser exercida com responsabilidade, pois é um serviço prestado em prol da sociedade e que colabora para a manutenção da democracia no país, além de proporcionar aprendizado e satisfação. Entretanto, tal representação comportaria um subgrupo que reconhece a atuação como fundamentalmente negativa, geradora de prejuízos à sua pessoa e/ou perda de tempo (VERVLOET, 2008).

A pesquisa indicou um predomínio de elementos positivos relacionados à representação da atuação do mesário nos dois grupos, baseados nos benefícios sociais decorrentes dessa atuação e embasados por valores morais e sentimentos que misturam satisfação pessoal, dever

cívico e solidariedade, evidenciando sua importância para a manutenção da democracia e da credibilidade do processo eleitoral. Os elementos negativos foram menos consensuais, aparecendo na representação dos voluntários apenas na periferia distante e em quantidade pouco expressiva (VERVLOET, 2008).

Nesse sentido, as representações sociais construídas não caracterizaram percepções comuns que explicassem os comportamentos inadequados. Quanto às práticas de gestão inerentes ao processo, destacamos que, a partir da análise do emprego do vocábulo “obrigatório” nas respostas de mesários pertencentes aos dois grupos, não resta dúvida de que a imposição legal não é bem vista, principalmente por estar relacionada a um processo de cunho democrático como as eleições, confirmando a postura que vem sendo adotada pela Justiça Eleitoral através do “projeto mesário voluntário” (VERVLOET, 2008).

Todavia, conforme apontado por Abric (2003), não se pode excluir a possibilidade da existência de subgrupos minoritários, portadores de representações diferentes. Tais grupos, no referido estudo, poderiam estar constituídos pelos mesários que associaram sua participação somente aos benefícios particulares obtidos ou, ainda, pelos que a julgavam como perda de tempo por considerar que nada pode ser feito para desvincular a corrupção da política no Brasil. Diante disso, notamos a necessidade de uma maior reflexão acerca dos sentidos subjetivos que esses indivíduos estariam produzindo sobre a função e atuação do mesário.

Desta forma, procurando desvendar aspectos associados à diversidade humana que possam estar interferindo no exercício da função, desenvolveu-se a pesquisa desta dissertação, voltada à análise dos sentidos subjetivos da participação dos mesários sob a ótica da Teoria da Subjetividade proposta por Rey (2002 a, b; 2003; 2004 a, b; 2005a, b).

Como objetivo geral, buscou-se analisar os sentidos subjetivos que emergem frente à participação dos mesários voluntários no processo de votação, de modo a estabelecer uma reflexão que possa contribuir para o aprimoramento das práticas de gestão da Justiça Eleitoral.

Com vistas a alcançar o objetivo geral, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o Projeto Mesários Voluntários e o processo de organização e realização das eleições na jurisdição do Cartório Eleitoral da 55ª Zona do Estado do Espírito;
- b) Avaliar os mecanismos de promoção da participação dos voluntários nesse projeto, buscando identificar os fatores que facilitam e inibem tal participação;

- c) Descrever as representações sociais dos voluntários acerca do papel desempenhado pelos mesários durante as eleições;
- d) Identificar os sentidos subjetivos associados à participação dos mesários voluntários no processo de votação;
- e) Compreender os fatores que poderiam estar contribuindo para a ocorrência de ações inadequadas por parte dos mesários.

Para tanto, a pesquisa, cujo cronograma pode ser encontrado no Apêndice I, foi delimitada ao Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – TRE/ES. Em específico, à participação dos mesários voluntários que atuaram durante as eleições do ano de 2008, nas 400 seções de votação situadas na área de jurisdição do Cartório da 55ª Zona, no município de Vila Velha/ES.

Vale esclarecer que, dentre os diversos cartórios eleitorais do Estado do Espírito Santo, elegeu-se a 55ª Zona Eleitoral para a realização desta pesquisa considerando seu pioneirismo na implantação de campanha de incentivo à participação de mesários voluntários nas eleições, bem como por sua expressiva abrangência em termos cadastral e territorial, uma vez que essa Zona é responsável pela administração do assentamento eleitoral e pelo voto de 141.710 eleitores residentes em 54 bairros sob sua jurisdição.

Destaca-se que não há mais a participação de convocados no quadro de mesários da Zona pesquisada, que, a partir de 2008, está composto, exclusivamente, por mesários voluntários.

A partir da escolha do tema foi realizado um amplo levantamento bibliográfico nos principais eventos da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, como o Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD; Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO e Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG. O referido levantamento compreendeu o período de 2000 a 2008.

Examinou-se ainda, as publicações constantes dos periódicos de circulação nacional classificados, em 2008, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES como “A” e “B”, das áreas de Administração, Ciências Sociais, Ciência Política,

¹ Será descrita no item 4.1

Direito, Psicologia e Sociologia. Oportunidade em que verificou-se a inexistência de publicações que digam respeito à participação voluntária de mesários no processo eleitoral ou aos sentidos subjetivos atribuídos por esses sujeitos à referida participação, além do artigo desta pesquisadora, apresentado e publicado no EnEO 2008, referente à representação social da atuação dos mesários nas eleições, comentado anteriormente.

Deste modo, justifica-se a relevância teórica desta pesquisa, uma vez que está vinculada a um objeto sobre o qual não se verificou a existência de conhecimento sistematizado, pode contribuir para uma melhor compreensão acerca dos comportamentos revelados no desenvolvimento desta forma de participação voluntária. Ademais, pode vir a fornecer informações propícias ao aperfeiçoamento do Projeto Mesários Voluntários, tanto na Zona Eleitoral pesquisada, quanto em outras Zonas Eleitorais brasileiras.

No que tange à relevância social, este estudo pode fornecer subsídios para os administradores dos cartórios eleitorais promoverem melhorias na gestão do processo de votação, colaborando para o ajustamento entre as necessidades dos mesários e da Justiça Eleitoral, a fim de evitar a ocorrência de danos aos eleitores, bem como diminuir despesas e sobrecarga de serviço. Visto que, após cada eleição, esses administradores têm como tarefa resolver problemas gerados por mesários que não cumpriram suas funções de forma adequada e responsável, obrigando-os a iniciar diversos procedimentos administrativos e processos que nem sempre são capazes de reparar os prejuízos causados aos eleitores.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que é do interesse de toda a sociedade e da própria Justiça Eleitoral, enquanto sujeito coletivo, que os serviços públicos sejam prestados de forma eficiente e satisfatória, sendo as pessoas que participam de suas atividades as principais responsáveis pela melhoria do desempenho, mudança de atitudes e imagem da administração pública.

Aliado ao exposto, ressalta-se que a busca por uma Justiça Eleitoral mais eficaz não pode estar restrita à modernização do aparato tecnológico, que vem sendo destaque nos últimos anos, sendo indispensável o reconhecimento da necessidade de se desenvolver mecanismos gerenciais capazes de envolver as pessoas que nela atuam, em especial os mesários, no sentido de que seja prestado um atendimento de alta qualidade aos cidadãos.

Deste modo, o presente estudo está estruturado em seis capítulos, descritos a seguir:

O primeiro oferece esta introdução, abrangendo o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a delimitação e relevância do estudo e a estrutura deste trabalho.

O segundo capítulo compreende a fundamentação teórica desta pesquisa, composta pela: a) Teoria da Subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural, de Rey, seus principais conceitos e pressupostos teóricos; b) revisão bibliográfica sobre a participação voluntária; c) revisão histórica e bibliográfica do processo sócio-cultural de construção dos direitos políticos no Brasil e o papel da Justiça Eleitoral como instituição mediadora desses direitos; d) caracterização dos trabalhos de organização e realização das eleições no Cartório Eleitoral da 55ª Zona do Estado do Espírito Santo e o Projeto Mesários Voluntários.

O terceiro capítulo compreende a metodologia utilizada, descrevendo e caracterizando sua natureza, os participantes, o cenário de pesquisa, os procedimentos e instrumentos utilizados, bem como a análise e construção da informação, segundo a epistemologia qualitativa de Rey (2002a; 2005a).

O quarto capítulo expõe a análise e discussão dos resultados da pesquisa, abrangendo a avaliação dos mecanismos de promoção da participação voluntária, os fatores que facilitam ou inibem essa forma de participação, as representações acerca do papel desempenhado pelos mesários, os sentidos subjetivos associados à participação dos mesários voluntários nas eleições os núcleos de sentidos subjetivos apreendidos e uma articulação entre diferentes ângulos das informações obtidas, destinando-se a esclarecer os possíveis fatores que possam estar contribuindo para a ocorrência de ações inadequadas por parte dos mesários e oferecendo oferecer subsídios para o aprimoramento das práticas de gestão da Justiça Eleitoral.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais, sintetizando os principais resultados alcançados, as contribuições e limitações da pesquisa e algumas recomendações para estudos futuros.

Por fim, no sexto capítulo, são elencadas as referências, seguidas dos apêndices e anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A subjetividade numa perspectiva histórico-cultural

A Teoria da Subjetividade proposta por Rey tem como principal objetivo dar visibilidade às complexas formas através das quais se expressa o psiquismo humano, compreendidas como resultado de um intrincado processo que envolve a história particular do sujeito e a dimensão histórica e cultural do seu ambiente de inserção. O autor concebe, assim, uma representação complexa e processual da psique, que compreende o funcionamento psicológico humano de forma profunda, multidimensional, sistêmica, contraditória, recursiva, dialógica e dialética (FURTADO, 2002; MARTINÉZ, 2005).

Os conceitos nucleares desta proposição teórica, que possibilitam sua inteligibilidade, são as categorias subjetividade, sujeito, sentido subjetivo e configuração subjetiva, as quais serão definidas no decorrer deste capítulo. Destaca-se que ao definir e demonstrar a interação e a articulação entre tais categorias, Rey ultrapassa o nível descritivo, concentrando-se na dimensão explicativa da constituição subjetiva.

Nesse sentido, cabe enfatizar que a compreensão da subjetividade dentro dessa proposta pressupõe a superação de toda forma reducionista e simplificadora de representação da psique, a qual não pode ser restrita aos níveis biológico e cultural da existência humana, defendendo o caráter ontológico da subjetividade em contraposição ao caráter determinista e universal de outras teorias psicológicas, tidas como inquestionáveis pela psicologia tradicional. Refletindo sobre esse espaço ontológico que a construção teórica de Rey assegura à subjetividade, Bock e Gonçalves (2005) destacam que é justamente a dialética entre o *constitutivo* (história do sujeito resultante de fatores culturais, biológicos e ontogenéticos) e o *construído* (derivado dos processos de construção e reconstrução do sujeito diante das situações vivenciadas) que torna possível a constituição da subjetividade. De tal modo que “[...] o sujeito não se constitui independentemente do contexto onde está inserido, mas também não é mero produto do meio social” (AMARAL, 2006, p. 29).

Corroborando com a abordagem, Martínez (2004) observa que essa concepção de subjetividade foge a qualquer compreensão determinista do ser humano, uma vez que se constrói a partir de uma multiplicidade de elementos, processos e condições. Essa posição provoca, ainda, a ruptura

de dicotomias clássicas, tais como indivíduo-sociedade, cognitivo-afetivo, objetivo-subjetivo, consciente-inconsciente, ordem-desordem, uno-múltiplo, entre outras, concebendo os processos subjetivos em meio às múltiplas dimensões que se viam como excludentes. Dessa forma, entende-se que a subjetividade não é o oposto da objetividade, mas uma qualidade presente nos sistemas humanos produzidos culturalmente (REY, 2003; 2004a; 2005a).

Acrescenta-se que, seguindo o pensamento de Rey (2002b, p. 22), “[...] a cultura é o processo permanente em que se expressa a vida humana [...]”. Portanto, não podem ser ignorados os contextos sociais e culturais onde acontece o desenvolvimento do sujeito, responsáveis pela instituição de símbolos, tradições e valores que marcam seu modo de ser.

Cultura significa produto tipicamente humano e social, no sentido de caracterizar e individualizar cada sociedade em relação ao desenvolvimento de si mesma e em sua interação com o ambiente externo. A cultura é, deste modo, a marca simbólica do homem sobre a terra (DEMO, 1993). Assim, a subjetividade, mais que relacionada ao meio social, está essencialmente unida a ele, porque tanto o sujeito quanto a cultura estão subjetivamente constituídos (CASAL; BRANDÃO, 2005).

Enfatizando a complexa integração entre o social e o individual, como a característica da subjetividade que a torna capaz de admitir a flexibilidade dos processos de produção de sentidos e significados numa determinada cultura, Rey (2003, p. IX), concebe a subjetividade como “[...] um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social [...]”. Dessa forma, o sujeito individual se estabelece nos diferentes espaços sociais em que o homem vive e opera, do mesmo modo que o mundo social é produto da coletividade, no sentido que é construído subjetivamente pelos sujeitos ou grupos que o compõem ou dele já foram parte.

Destarte, a subjetividade social não pode ser entendida como algo externo ou alheio ao sujeito, em contraposição à subjetividade individual, mas sim como momentos diferentes dessa subjetividade, que se constituem mutuamente, de forma processual e recursiva, considerando que se transpassam continuamente. Como advertem Paula e Palassi (2007, p. 07), “[...] é impossível separar os processos de ordem social nos quais se produz a ação individual dos processos psíquicos individuais constitutivos dessa ação [...]”.

Prosseguindo nossa reflexão, podemos entender a subjetividade social como o espaço social subjetivado, no qual o sujeito atua de forma processual e permanente, sujeito este, que representa um ponto de confluência entre as subjetividades social e individual (REY, 2002a, b).

Assim, a partir da perspectiva histórico-cultural, torna-se impossível pensar a subjetividade separada do sujeito, pois é através dele e no decorrer de seus processos de socialização que uma ação adquire sentido subjetivo, o que se evidencia nas palavras do autor:

[...] O sujeito, em sua expressão subjetiva, representa uma síntese histórica produzida em forma de sentidos subjetivos; esses aparecem em uma multiplicidade de dimensões nas várias atividades atuais de sua vida cotidiana. Assim, nenhuma motivação humana está definida somente pelo conteúdo de um campo concreto de atividade. Toda motivação é a concreção de um processo de produção de sentidos que se integra, em toda sua diversidade e diferenciação, como uma configuração subjetiva que delimita o espaço de sentido com relação a uma atividade concreta do sujeito. [...] (REY, 2004a, p.164).

Rey (2003, 2004a, b, 2005a) esclarece ainda, que a subjetividade não pode ser vista como um sistema racional, controlável e previsível, pois sua organização e desenvolvimento não estão subordinados à razão humana, embora por ela sejam influenciados. Assim, as posições racionais dos indivíduos devem ser entendidas como “produções de sentido”, na medida em que se organizam sobre seus interesses, emoções e necessidades, relacionadas aos contextos onde são produzidas e a partir de sua história de vida particular.

Nesse sentido, observa Rey (2004a, p.131), “[...] a razão está subordinada a uma produção histórica de sentidos e não ao contrário [...]”. O que nos remete à definição de “aspecto psicológico do homem” proposta por Bock e Gonçalves (2005, p.110), como sendo “[...] um estranho em cada um de nós, que fica produzindo em nós e no mundo fatos não planejados”. Pois as autoras, tal como Rey, referem-se à maneira singular e inconsciente com que os indivíduos significam e re-significam suas experiências, sem se darem conta, em grande parte das vezes, de sua completa desvinculação à racionalidade da experiência.

Desse modo, o sujeito se constitui e se modifica por meio de configurações subjetivas que não tem consciência, ao mesmo tempo em que produz, de forma consciente, novos processos de subjetivação, através de suas ações, projetos, reflexões e representações, cujas conseqüências vão muito além dos resultados intencionalmente pretendidos, o que torna a categoria sujeito a peça-chave para se entender os processos de constituição subjetiva e de desenvolvimento, tanto individuais como sociais (REY, 2003, 2004a, b).

Nessa concepção, o sujeito passa a ser compreendido como um ser capaz de gerar ações singulares, de desafiar o instituído, de manter sua identidade e sua capacidade de ruptura e de tensão, que se exerce por meio de seu pensamento, de sua reflexão e das decisões por ele tomadas dentro dos múltiplos e contraditórios espaços que caracterizam a vida social, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação dos cenários sociais onde atua. Portanto, o sujeito sempre se assume com posições próprias nos espaços dos quais participa; logo, a negação do pensar e do atuar diante do estabelecido é a negação do próprio sujeito.

Nesse sentido, Rey considera as categorias de sujeito e subjetividade como profundamente subversivas, visto que concebem a sociedade como uma produção de sentidos, reconhecendo o direito dos sujeitos individuais de tomarem posições distintas, legitimando as diferenças e afastando-se da lógica universal do bem e do mal como posições estanques, “[...] reconhecendo assim o direito de posições distintas dos sujeitos individuais” (REY, 2005b, p. 28-29).

Acrescenta-se que é graças a essas “subversões” que a sociedade segue em movimento, conforme destaca o autor: “Não tem projetos sociais progressistas, de mudança, sem a participação de sujeitos críticos que exercitem seu pensamento e, a partir da confrontação, gerem novos sentidos que contribuam para modificações dentro dos espaços sociais [...]” (REY, 2003, p.234).

Nessa perspectiva, o sentido subjetivo representa, então, a forma essencial dos processos de subjetivação, uma vez que exprime as diferentes formas de apreensão da realidade que, por meio de complexas unidades simbólico-emocionais, são constituídas a partir das histórias dos sujeitos e dos contextos culturais e sociais nos quais está sendo produzido, afastando-o de toda forma de apreensão racional e linear da realidade. Ou seja, o sentido subjetivo aparece como registro emocional comprometido com os significados e as necessidades desenvolvidos no decorrer e no momento presente da vida do sujeito (REY, 2002a, 2003, 2005a, 2005b).

Cumpramos destacar a importância das emoções para a definição e manifestação dos sentidos subjetivos, como explica Rey (2003, p. 243):

O sentido subjetivo da emoção se manifesta pela relação de uma emoção com outras em espaços simbolicamente organizados, dentro dos quais as emoções transitam. Desta unidade entre o simbólico e o emocional, sem que um desses momentos seja “reduzido” ao outro, se define o sentido subjetivo [...].

Ademais, Rey (2003, 2004a) esclarece que da integração de diferentes sentidos subjetivos, procedentes de experiências diversas que emergem diante do desenvolvimento de uma

atividade, constituem-se as configurações subjetivas. Essas configurações permitem que indivíduos com histórias objetivas semelhantes adotem posturas subjetivas radicalmente diferentes, demonstrando que o posicionamento do sujeito é resultado de “[...] uma subjetividade que se caracteriza por uma produção de sentidos que não está determinada de forma fatalista por nenhuma condição objetiva externa [...]” (REY, 2004a, p.168).

Pode-se assim dizer, que as ações do sujeito, ao resultarem de processos simbólicos e emocionais que exprimem as diferentes formas de apreensão da realidade, concretizam sua rota singular de produção de sentidos subjetivos. Destaca-se que essa “rota singular” de produção de sentidos não é cristalizada, imutável ou linear, tendo em vista que a cada nova experiência vivenciada pelo sujeito novos sentidos serão constituídos e integrados ou não à sua configuração subjetiva anterior, confirmando as posições adotadas ou gerando uma nova configuração subjetiva, capaz de suscitar outras possibilidades de ação.

Por serem móveis e dinâmicas, as configurações subjetivas, caracterizam-se como um processo permanente, admitindo suscetíveis desdobramentos e entrelaçamentos de sentidos, possibilitando que um mesmo sujeito organize diferentes configurações subjetivas diante de situações semelhantes, ocorridas em momentos distintos de sua vida. Portanto, a categoria sentido subjetivo é capaz de integrar as experiências psicológicas antigas e atuais do sujeito, de forma a revelar uma nova configuração subjetiva que dê suporte a sua realidade presente (REY, 2003, 2004b, 2005a). Em outras palavras:

[...] a subjetividade se apresenta como algo contraditório. Compreende-se que um indivíduo possa ser simultaneamente moral e imoral, forte e fraco, profundamente agressivo e extremamente sensível, em dependência da articulação entre os sentidos subjetivos constituídos na sua história de vida e os momentos atuais relacionais de sua ação como sujeito [...] (MARTÍNEZ, 2005a, p. 17).

Pode-se afirmar então, que a produção de sentidos subjetivos, ao integrar e organizar, subjetivamente, diferentes aspectos da história de vida de uma pessoa, expressa a forma particular com que os seres humanos percebem a realidade na qual estão envolvidos e conduzem suas ações, “[...] culminando na produção ou emergência diferenciada de sentidos em cada sujeito, frente a uma dada situação social vivida” (MENDONÇA, 2006, p. 37).

Desse modo, o sentido subjetivo deve ser considerado como uma produção singular de um sujeito particular, inserido em um dado contexto social, histórico e cultural, o que acaba por demonstrar a especificidade da subjetividade humana e a impossibilidade de se estabelecer uma ordem determinista ou regular para os processos psicológicos.

Demonstrando a complexidade e a plasticidade desta categoria, Rey (2003, p. 35), apresenta a seguinte definição para sentido subjetivo:

Os sentidos subjetivos são expressões de uma teia simbólico-emocional na qual as emoções, sentidos e processos simbólicos de procedência muito diferentes integram-se na definição das diversas configurações subjetivas que acompanham os diferentes tipos de atividades humanas.

Como bem ilustra Amaral (2006), a existência humana é indiscutivelmente marcada por um processo ininterrupto de produção de sentidos, “[...] que funciona como um colorido especial que cada um dá para a própria vida e que se converte em um impulso para o desenvolvimento de projetos pessoais” (AMARAL, 2006, p. 41).

Diante do exposto, compreendemos que a Teoria da Subjetividade sob enfoque histórico-cultural, proposta por Rey e fortemente apoiada sobre o conceito de sentido subjetivo, convém como base teórica para estudos voltados à compreensão da singularidade da ação humana na configuração dos mais diversos contextos e espaços socioculturais, tal como propõe o presente estudo. Através do qual, recomendamos que a participação voluntária, em meio às diferentes situações em que pode ocorrer, passe a ser entendida como resultante e resultado de um entrelaçamento de sentidos subjetivos, levando-se em consideração a multiplicidade de fatores que nela e dela efetivamente podem decorrer.

2.2 Participação e voluntariado: uma revisão multifocal da participação voluntária

Segundo Sabucedo (1988) e Demo, (1993), participação é um conceito que está obrigatoriamente unido ao de democracia, visto que a essência de um regime democrático está na possibilidade que os cidadãos têm de influir no curso das decisões e acontecimentos políticos. Ou seja, por meio da participação, elegemos, exigimos prestação de contas, estabelecemos rodízio no poder, destituímos mandantes que não servem à comunidade. Enfim, temos a oportunidade de sermos parte ativa no curso da política e da sociedade.

Nessa mesma trilha, Bordenave (1994) indica que a democracia participativa é justamente aquela em que os cidadãos têm papel fundamental na condução da nação e por isso tomam parte na construção da sociedade e dela se sentem parte. E acrescenta, que quando a população participa da implementação e fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e eficácia, além de tornarem-se mais adequados às suas verdadeiras necessidades.

Nesse sentido, pode-se concluir que, através da participação, a sociedade transforma o Estado de órgão superposto e distante dela, em órgão dependente e próximo a ela, já que o povo passa a exercer o controle final das decisões, sendo o real detentor do poder.

Valendo-nos, ainda, das palavras de Bordenave (1994, p.76), “[...] um processo amplo e multifacetado como a participação não cabe em estreitas simplificações”. Considerando que nosso propósito é analisar aspectos de natureza subjetiva envolvidos em um processo específico de participação voluntária, apresenta-se a seguir, uma breve explanação sobre o tema, sem a pretensão de esgotá-lo, embora valha de parâmetro para nossas reflexões.

A palavra participar deriva do latim *participare*, que significa “ter ou tomar parte”. Enquanto voluntário, palavra também originada do latim, deriva de *voluntariu* e expressa “aquele que age espontaneamente” (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS, 2001). Assim, na nossa concepção, participação voluntária pode bem exprimir fazer parte, tomar parte ou ter parte, por vontade própria, em um grupo e/ou em uma atividade.

Basta uma observação mais atenta para perceber que indivíduos, grupos, entidades e organizações têm buscado, cada vez mais, a colaboração de outras pessoas, com objetivos/interesses semelhantes aos seus, para alcançar determinados propósitos ou solucionar questões com as quais convivem. No mesmo caminho, nota-se a crescente interação entre a esfera pública e os cidadãos por meio de diferentes formas de participação, configurando novas possibilidades de relação entre comunidades e instituições públicas, que, conseqüentemente, propiciam a produção de uma infinidade de sentidos subjetivos, sobre os quais nosso conhecimento ainda é incipiente.

É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva (BORDENAVE, 1994, p. 7).

No Brasil, o marco formal desse processo de “alargamento da democracia” brasileira é a Constituição de 1988, intitulada de “constituição cidadã”, que consagrou o princípio da participação popular na discussão e decisão de questões relativas às políticas públicas. Reforçando esse processo, no sentido de incentivar a crescente participação da sociedade na solução dos problemas sociais, deve-se considerar que, a partir de 1989, houve a emergência da defesa de um “Estado mínimo”, decorrente de projetos políticos alinhados com o

neoliberalismo, que buscaram transferir, progressivamente, as responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

Em decorrência desse contexto, proliferaram ações em prol da participação voluntária, que passou a ocupar lugar de destaque no âmbito público, privado e na sociedade civil, em especial a partir do ano de 2001, estabelecido pela ONU como Ano Internacional do Voluntariado (DIAS; PALASSI, 2007).

Entretanto, Bonfim e Silva (2003) destacam que a resistência à participação ainda é acentuada em países cuja credibilidade do Estado encontra-se abalada, principalmente devido a governos descomprometidos com o bem-estar social, visto que, numa relação de parceria entre público e privado, a confiança é ingrediente imprescindível para a sua conformação.

Para Garay (2001); Souza, Fernandes e Medeiros (2006), a ação voluntária é profundamente vinculada a termos como cidadania, responsabilidade social e transformação social, justificando sua importância nos dias de hoje, face à insatisfação e angústia generalizadas. Fato que provoca maior mobilização e participação das pessoas, com o propósito de ajudar ao próximo e minimizar as mazelas sócio-econômicas.

Cabe esclarecer que, tal como Demo (1993), compreende-se que há uma estreita relação entre a participação e o reconhecer-se como cidadão, pois acreditamos que o sustentáculo da cidadania está no reconhecimento de que, permeando a relação entre indivíduo e sociedade, há, além de direitos, deveres de ambos, inclusive dos cidadãos com a sociedade da qual fazem parte.

O serviço voluntário no Brasil é regulamentado pela Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, a qual traz, em seu art. 1º, a seguinte definição:

Art. 1. Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.
[...]

Segundo Garay (2004), no Brasil, o trabalho voluntário ainda é muito associado a valores religiosos, de caridade e assistencialismo. Reforçando essa idéia, Teodósio, Veneroso e Pena (2006) afirmam que, não raras vezes, o voluntário é automaticamente compreendido como alguém solidário, fraterno e abnegado. Tal concepção é proveniente da perspectiva histórica

da prática voluntária, ligada à Igreja Católica e baseada na caridade, na compaixão, no altruísmo e na doação (LADIM, 1993, 2000; SILVA, 2006, *apud* DIAS, 2008).

Ademais, de acordo com Teodósio (2002), no cenário brasileiro, o voluntariado acaba por dar continuidade aos padrões assistencialistas e clientelistas, tradicionalmente relacionados às políticas públicas, como demonstraram várias das experiências de mobilização de voluntários por ele estudadas.

O termo voluntariado é instigante na medida em que reforça a tendência de participação dos cidadãos [...], ao mesmo tempo em que faz emergir uma crítica do envolvimento da sociedade civil com causas humanitárias e sociais sem um discernimento apropriado [...] (DIAS; PAULA NETO, 2006, p. 6).

Entretanto, há de se observar que a participação voluntária não pode ser analisada somente como sendo um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, como um direito fundamental do ser humano, inerente à sua natureza social. Visto que, por meio dela são satisfeitas diversas necessidades humanas, tais como: pensamento reflexivo, valorização de si mesmo pelos outros, expressão e interação. Permitindo o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, realização pessoal e até mesmo profissional, em meio a uma dinâmica social profundamente inspirada na racionalidade econômica capitalista.

Nesse sentido, Bordenave (1994) nota que a maioria das pessoas que exercem voluntariamente a participação, expressa uma satisfação íntima e pessoal que vai muito além dos resultados visíveis dessa participação, concluindo que o processo participativo apoia-se sobre duas bases, uma afetiva e outra instrumental. Segundo Dohme (2001), a decisão de participar de um programa de voluntariado pode estar relacionada a expectativas tais como, fazer diferença, usar habilidades, desenvolver-se pessoal e espiritualmente, buscar satisfação por fazer parte de um grupo ou identificar-se com uma causa. Uma vez que os voluntários, de regra, não buscam retorno financeiro, mas, sim o reconhecimento e o sentimento de ser útil para as pessoas, de interferir positivamente na sociedade. Dentre as motivações resultantes do trabalho voluntário, a autora destaca:

- Atingir objetivos sociais, que vão além de seus objetivos pessoais;
- Colaborar de forma efetiva para a obtenção desses objetivos sociais;
- Sentir-se aceito por um grupo que “vale a pena”.

Quanto às aspirações dos voluntários, Dohme (2001) propõe que estão, em geral, relacionadas ao desejo de contribuir com a diminuição do sofrimento e de injustiças e de sentir-se

trabalhando em prol da construção de um futuro que coincida com seus valores e sua visão pessoal.

Para Klandermans (2002) o envolvimento dos indivíduos com movimentos sociais resulta de processos de socialização que fazem com que algumas pessoas, movidas por um descontentamento crescente em relação à realidade, estejam pré-dispostas a participarem.

Observa-se que os fatores assinalados como responsáveis pela participação são numerosos e podem abarcar distintos níveis de análise, que vão desde os que apontam para sua relação com o meio sociocultural, até os que se dirigem a investigar as características peculiares dos sujeitos individuais (SABUCEDO, 1988).

Sendo assim, abordam-se a seguir, alguns estudos que se voltam para a compreensão dos motivos da participação voluntária a partir de um debate entre razões altruístas e egoístas, ou seja, que não reconhecem a ação voluntária como movida unicamente pelo altruísmo.

Smith (1981, *apud* MASCARENHAS; ZAMBALDI, 2002) defende que há uma tendência social em favor de motivos altruístas para o voluntariado e que não há o puro altruísmo. Segundo o autor, a sociedade valoriza o altruísmo e condena o uso de atividades deste tipo com objetivos egoístas, tais como: posicionamento social, diversão e socialização. Por isso os motivos altruístas são tão dominantes no discurso dos voluntários sobre si mesmos. Entretanto, ressalta que não se trata de dizer que os voluntários não estejam interessados em ajudar aos outros, mas sim, que os motivos altruístas não são incompatíveis com os motivos egoístas, podendo coexistir na participação voluntária, conforme se nota no quadro abaixo:

Motivações altruístas	Pesquisas apontam para o “ajudar”, ou “fazer o bem” como a razão mais alegada para o voluntariado.
Motivações ideológicas	Voluntários alegam causas específicas ou ideologias para o engajamento em atos voluntários.
Motivações egoístas	As pessoas se envolvem em atos voluntários para satisfazer necessidades do ego, como, por exemplo, a aprovação social.
Motivações materiais	Incluem benefícios para a própria pessoa ou família. Segundo muitos teóricos, as pessoas são voluntárias prevendo benefícios materiais futuros.
Motivações de <i>status</i>	O desejo de se adquirir conhecimento profissional, contatos e reconhecimento são mais acentuados em pessoas em idade de trabalho e em estudantes.
Motivações sociais	Encontrar pessoas e fazer amizades são motivos alegados por muitos voluntários.
Motivações de lazer	O voluntariado é uma forma de lazer para muitas pessoas. Muitos voluntários respondem que se engajam nestas atividades por terem “tempo livre”.
Motivações de crescimento pessoal	O aprendizado, o crescimento pessoal e o desenvolvimento espiritual são motivos importantes para o voluntariado.

Quadro 3: Síntese dos motivos alegados para a atuação voluntária.

Fonte: Fischer e Schalfer (1993) citados por Mascarenhas e Zambaldi (2002).

Constatação semelhante foi obtida em pesquisa realizada por Vervloet (2008), quando analisou os motivos relatados pelos mesários voluntários para sua participação nas eleições, que sempre combinavam motivações egoístas e altruístas, demonstrando que servir em benefício de outras pessoas não os tornava imunes aos possíveis retornos que poderiam advir, direta ou indiretamente, do voluntariado, como se pode observar no quadro 4, a seguir:

MOTIVAÇÕES ALTRUÍSTAS/IDEOLÓGICAS	Servir à sociedade, papel do cidadão, gratificante, solidariedade, promover a democracia e patriotismo.
MOTIVAÇÕES EGOÍSTAS	
Crescimento pessoal	Aquisição de conhecimentos e aprendizado.
Status	Privilégio e função importante, relacionadas ao cargo de “Presidente de Mesa”.
Lazer	Divertido, rever/fazer amigos e agradável.
Materiais	Dias de folga e ponto em concurso.

Quadro 4: Síntese dos motivos relacionados pelos mesários voluntários para sua atuação nas eleições.
Fonte: Elaborado pela autora, com base em Vervloet (2008).

Reforçando essa idéia, o estudo de Souza, Fernandes e Medeiros (2006), demonstra que o trabalho voluntário congrega categorias de motivos altruístas, de interesse próprio e de sociabilidade, mediados por ideais religiosos, afetivos ou aflitivos, resultantes de sentimentos de culpa ou de obrigação para com o outro, ou de sentimentos de responsabilidade.

Ainda, como ressalta Tombi, Salm e Menegasso (2006), a participação garante ao indivíduo a possibilidade e o direito de exercer sua multidimensionalidade e de realizar escolhas pessoais que culminem com o bem comum.

Assim, independente de serem motivadas por interesses próprios e/ou por solidariedade, Garay (2004) observa que a atuação voluntária permite contribuir tanto para o atendimento das necessidades da comunidade, quanto para as necessidades dos próprios indivíduos (voluntários), na medida em que promovem auto-realização, fortalecem a identidade, aumentam a auto-estima e desenvolvem o espírito crítico.

Dessa forma, pode-se afirmar que a participação voluntária é capaz de adquirir múltiplos sentidos e significados, que dependem da relação que se estabelece no contexto onde ela ocorre e, principalmente, do que o indivíduo busca na atividade para a qual se voluntaria e na sua própria vida, a partir de sua história particular (GARAY, 2001; DIAS; PALASSI, 2007).

Considerando que, segundo Rey (2005a, 2005b), para a identificação do sentido subjetivo faz-se necessário apreender o conjunto de fatores que expressa a relação do sujeito com o mundo, fatores esses que inconscientemente dotam suas escolhas e ações de sentido pessoal e compreendem suas emoções, desejos, expressões, conflitos, vínculos, experiências, etc.,

destacamos, a seguir, os resultados obtidos em pesquisas recentes que buscaram identificar os sentidos subjetivos da participação voluntária, as quais podem auxiliar nossas análises e reflexões.

No estudo realizado por Dias (2008), a autora identificou quatro núcleos de produção de sentidos subjetivos relacionados à participação num programa de voluntariado empresarial, os quais comportam subdivisões mais específicas, derivadas das manifestações dos participantes, conforme se segue:

- O primeiro núcleo de sentido subjetivo diz respeito à “história de vida”:

A trajetória familiar, quando o sujeito se espelha no exemplo de vida de familiares para tornar-se voluntário e “ajudar os outros” ou viveu fatos marcantes e/ou momentos difíceis em sua trajetória familiar que o levaram a valorizar a participação em ações de voluntariado. A própria história do sujeito, quando o sujeito busca transformar a vida de pessoas que estejam enfrentando dificuldades ou privações semelhantes às que viveu no passado, procurando oferecer aos outros o que não teve. O sentido de retribuição, quando o sujeito remete o sentimento de gratidão por já ter sido ajudado no passado, quando precisou de algo.

- O segundo núcleo de sentido refere-se à “vida pessoal”:

Busca por realização pessoal, quando o sujeito vê o exercício do voluntariado como uma oportunidade de fazer algo que lhe traga satisfação. Necessidade de reconhecimento, o sujeito procura, através da ação voluntária, demonstrar aos outros e a si mesmo a importância de suas ações, de valorizar sua atuação em relação aos “beneficiados” e/ou ao programa do qual participa. Sentir-se útil, quando o sujeito demonstra a vontade de “fazer a diferença” na vida das outras pessoas, de transformar a realidade a sua volta. Preenchimento de um “vazio interior”, quando vê a participação no voluntariado como um meio de ocupar sua vida, ajudando-o a superar sentimentos de angústia e infelicidade. Ocupação do tempo, estes sujeitos têm na participação voluntária uma forma de ocupar o tempo disponível com algo “útil”. Libertação, quando a participação no voluntariado funciona como uma “válvula de escape”, uma forma de extravasar e libertar-se das pressões decorrentes dos papéis que precisa desempenhar no dia-a-dia, além de garantir-lhe autonomia na escolha das atividades que irá participar. Religiosidade, quando os depoimentos desses sujeitos demonstraram que seu trabalho como voluntário deriva de ações praticadas junto à Igreja e o vêem como algo que vai ao encontro da vontade de Deus e/ou de sua filosofia de vida de praticar o bem.

- O terceiro núcleo refere-se à “vida profissional”:

Recolocação no mercado de trabalho, quando a participação voluntária é vista como um caminho para a empregabilidade. Identificação com a empresa, quando evidencia sentimentos de “apego”, devoção e forte vínculo identitário com mantenedora do projeto. Relação de troca, como forma de demonstrar gratidão em função dos ganhos obtidos com o trabalho na empresa mantenedora do projeto; como meio de retribuição. Aprendizagem e aperfeiçoamento, relacionada a momentos que possibilitam crescimento/amadurecimento profissional.

- Por fim, o quarto núcleo de sentido abrange à “sociedade”:

Transformação social, quando decorre da não aceitação das “coisas como são”, ligado ao descrédito nas instituições públicas e à vontade de viver numa sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Participação possível, quando esses voluntários consideram que “ou fazemos nós mesmos ou nada será feito”, pois acreditam que é mais rápido e eficiente a sociedade agir do que esperar que os políticos/Estado ajam, mesmo reconhecendo o Estado como principal responsável pelo bem estar da população.

Um olhar mais atento sobre os sentidos subjetivos abrangidos pelos quatro núcleos de sentidos subjetivos que a autora foi capaz de captar, impressiona ao perceber o quanto uma mesma possibilidade de participação voluntária, ocorrida dentro de limites pré-definidos e num contexto social demarcado, pode evocar e produzir sentidos e significações tão diversos. O que demonstra o quão singular e complexa pode ser a percepção da “realidade”, vez que nada mais é que uma trama pessoal de sentidos subjetivos provenientes das mais diversas experiências vivenciadas, apreendidas e (re)significadas, de forma única, por cada indivíduo.

Em outro trabalho que concebe a participação como uma produção de sentidos, Santos (2008), ao investigar a visão dos delegados sobre a participação no orçamento participativo digital da Prefeitura Municipal de Vitória/ES, identifica os seguintes eixos de sentido subjetivo para esse modo de participação:

- Falta de compromisso dos cidadãos, decorrente do descrédito e do pouco interesse em relação à política;
- Futuro, uma realidade em construção, que ainda está por ser efetivada, mas que trará diversos benefícios quando incorporada ao dia-a-dia, garantindo e facilitando a participação dos cidadãos na gestão do município;

- Pouca divulgação, tanto por parte da prefeitura quanto em relação aos que já participaram;
- Exclusão digital, que dificulta a participação das classes menos privilegiadas;
- Não substitui a participação presencial, pois o debate entre as pessoas gera maior aprendizado e suscita novas questões.

A pesquisa de Santos (2008) evidenciou a falta de interesse da população em participar da discussão de assuntos relacionados à vida política. Assim como Szeremeta (2006), quando defende que os países democráticos passam por um momento de “apatia do eleitorado”, no qual os índices de participação têm decaído em razão, principalmente, do desencantamento com as estruturas políticas existentes.

Nesse sentido, Santos (2008) sugere a utilização de ferramentas digitais/eletrônicas como meio de facilitar o acesso dos cidadãos às ações que estão sendo propostas ou desenvolvidas no âmbito da gestão pública, a fim de contribuir para a mudança desse quadro de “apatia”. Considerando que um dos primeiros trabalhos sobre participação concluiu que a participação política é diretamente influenciada pelo sentido de “eficácia política” (CAMPBELL *et al.*, 1960, *apud* SABUCEDO, 1988, p. 182), pode-se pensar em que medida tais ferramentas, realmente, não seriam capazes de contribuir ao fornecerem dados que permitam à sociedade avaliar os resultados das ações governamentais.

Santos (2008) propõe, ainda, a realização de campanhas educacionais para divulgação e incentivo à participação no Orçamento Participativo Digital voltadas para os jovens, que, além de serem os que mais participam (segundo dados da pesquisa), poderiam servir como “multiplicadores” dessa prática, ensinando a seus amigos e familiares como utilizá-la.

Refletindo sobre a trajetória e os resultados de sua investigação, Santos (2008) afiança que as diferenças e discordâncias entre os sentidos atribuídos pelos delegados às dificuldades e prerrogativas da participação digital da população, ocorrem, principalmente, em razão das diferentes realidades vividas por cada um, reafirmando o pensamento de Rey (2002; 2003; 2004a, b; 2005a, b).

Por fim, em outro estudo que analisou a participação voluntária, desta vez em projetos e ações sociais dentro de uma empresa pública, Degobi (2007), identificou diversas manifestações de sentidos subjetivos, dentre os quais destacam-se:

- Sentido de cidadania, ligado à busca de justiça social;

- Sentido de “fazer o bem”, relacionado à espiritualidade e a religiosidade;
- Sentido de descrédito, relacionados à insatisfação para com as ações do Estado;
- Sentido de satisfação pessoal, traduzido por sentimentos como gratificante, sentir-se útil, realização pessoal, sentir-se importante, prazer, crescimento pessoal.

Evidenciando, mais uma vez, que a participação voluntária, como qualquer outra prática social, está sempre atravessada pela subjetividade dos indivíduos que dela participam, e que a ela atribuem e a partir dela são capazes de gerar sentidos diversos. Pois, é justamente a alquimia entre os elementos de sentido do próprio sujeito e os provenientes do espaço social que configura o âmbito subjetivo de uma ação (AMARAL, 2006).

Assim, dando continuidade a idéia de que o vínculo estabelecido entre o voluntário e as ações ou projetos dos quais participa é multidimensional e fortemente associado a características contextuais e disposições pessoais, expõe-se, a seguir, algumas pesquisas que destacam as principais dificuldades envolvidas na gestão deste tipo de mão de obra.

Segundo os autores pesquisados, a maior causa de desmotivação e evasão do voluntariado é a utilização de uma gestão imprópria, baseada em conceitos incoerentes com seu caráter, que podem resultar ainda, como propõe Teodósio (2001), em uma “cidadania em gotas”, ou seja, exercida sem uma organização adequada ou de forma distorcida, de acordo com a vontade e a disponibilidade do voluntário e não com a necessidade imposta pelas ações.

Nesse sentido, Azevedo, Bitencourt e Vaccaro (2007) ressaltam que, não obstante a Gestão de Pessoas ser um dos aspectos mais relevantes do gerenciamento de qualquer organização, a gestão do trabalho voluntário vem sendo pouco abordada no Brasil, mesmo com o aumento exponencial no número de voluntários, ocorrido, notoriamente, na última década. Demonstrando, em seu estudo, que a atuação dos voluntários acaba sendo diretamente influenciada pelas competências e atributos do “Coordenador de Voluntários”, ou seja, pelo “perfil” daquele que gerencia o trabalho desses voluntários.

Já Oliveira e Bezerra (2007), apontam para a necessidade de desenvolvimento de teorias e técnicas gerenciais adequadas ao trabalho voluntário, vez que a origem das ferramentas existentes é o trabalho remunerado, em que as pessoas estão vendendo seu tempo e sua força por necessidade de subsistência, portanto incompatíveis com a natureza da gestão requerida pelos voluntários.

[...] as organizações de voluntários desenvolvem sua ação em meio à disparidade entre os conceitos de racionalidade instrumental – espera que as pessoas se adéquem a um projeto preestabelecido, levando ao corporativismo e à obediência - e substantiva – induz à inovação com a participação nas decisões e reflexão sobre as ações com criatividade, e a transposição das técnicas desenvolvidas no setor privado [...], ocasionando contradições e estabelecendo contraposições (OLIVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 11).

Confirmando esta visão, Teodósio e Resende (1999); Hudson (1999); Teodósio (2001), advertem que a gestão de voluntários é fortemente diferenciada e muito mais complexa do que a observada em organizações públicas e privadas, devendo ser guiada, sobretudo, por critérios substantivos, ligados à descentralização, à desburocratização, à promoção social de suas ações e à valorização dos indivíduos envolvidos em suas atividades. Ainda, que o gestor de políticas e ações que envolvem a participação de voluntários deve ser habilidoso e perspicaz o bastante para alcançar um equilíbrio entre racionalidade instrumental e substantiva, bem como para a solução de problemas como absenteísmo, desmotivação, falta de engajamento e de comprometimento com o trabalho, regulação de conflitos e dificuldade de manutenção das pessoas mais competentes e dinâmicas, além dos dilemas e ambigüidades que envolvem os processos de captação e seleção de voluntários.

Inspirados nas dificuldades apontadas, Cavalcante e Medeiros (2007) realizaram um estudo buscando identificar possíveis relações entre o desenho do trabalho e o comprometimento dos voluntários, tendo demonstrado sua influência em cinco dimensões do comprometimento encontradas por Medeiros (2003, apud Cavalcante e Medeiros, 2007, p.03) e adaptadas ao trabalho voluntário, como se segue:

- Os fatores do desenho do trabalho “*feedback*”, “autonomia de planejamento” e “autonomia de execução”, influenciam positivamente na dimensão do comprometimento “sentimento de afiliação”, reforçando a identificação com o grupo, e o respeito aos valores e realizações grupais;
- Os fatores “*feedback*” e “autonomia de execução das tarefas” também influenciam positivamente na dimensão do comprometimento “obrigação moral em permanecer”, confirmando uma relação positiva entre boas condições de trabalho e a vontade de continuar contribuindo com a organização;
- O fator do desenho do trabalho “variedade de habilidades” influencia negativamente a dimensão do comprometimento “obrigação pelo desempenho”, já que a variedade de

habilidades é uma busca individual de controle do ambiente, indo de encontro às necessidades da ação coletiva, esperada pela instituição;

- O fator “autonomia de planejamento do trabalho”, que engloba o planejamento da execução das atividades e a participação do processo decisório, no que tange às suas tarefas, tem a capacidade de influenciar positivamente o fator “linhas consistentes de atividades”, induzindo comportamentos consistentes com os objetivos da instituição, a fim de manter o *status* obtido com a autonomia de planejar seu próprio trabalho;
- O fator “significância da tarefa” influencia positivamente na “internalização dos valores e objetivos organizacionais”, vez que, quando os voluntários percebem que seu trabalho está, realmente, trazendo benefícios para outras pessoas, tendem a internalizar os objetivos da instituição, pois entendem que seu objetivo individual - ajudar pessoas - coincide com o objetivo organizacional.

Ademais, conforme observado por Dohme (2001), os fatores de desmotivação dos voluntários, que mais facilmente podem ser encontrados nas organizações são: direção autoritária e/ou confusa; dúvida quanto à utilidade do seu trabalho; indiferença à sua pessoa; falta de reconhecimento pelo bom desempenho; perda de status; más condições de trabalho; mau relacionamento da equipe e, em último lugar, problemas pessoais do voluntário.

Nesse sentido, percebe-se o quão específico e imperioso torna-se o desenvolvimento de uma estratégia gerencial eficaz para a gestão de voluntários, pois, além de cada tipo de organização possuir inúmeras características e particularidades, tais como cenário de atuação, atividades desenvolvidas, quantidade de voluntários e beneficiários, etc., que as distinguem das demais; o fator subjetivo, inerente a toda e qualquer forma de atuação humana, está ainda mais fortemente presente quando se trata da participação voluntária.

Dessa forma, há necessidade de se repensar profundamente a incorporação de modelos gerenciais usualmente adotados no setor público e/ou privado, levando-se em consideração que, na grande maioria das vezes, foram criados a partir de conceitos, crenças e racionalidades bem diferentes das que prevalecem em um trabalho voluntário - realizado por pessoas sem vínculo empregatício e que não procuram recompensas financeiras, mas sim, outras formas de remuneração, não-material, podendo ser espiritual, afetiva, política, ideológica ou mesmo realização profissional. Requerendo de seus gestores um esforço contínuo para o

desenvolvimento de novas e, em grande parte inéditas, técnicas, que lhes permitam superar os desafios peculiares às suas organizações.

2.3 A evolução do processo eleitoral brasileiro

De acordo com Rey (2003, p. 205), “[...] a subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente [...]”. Ainda, concordando com Vasconcellos (1995, p. 16), confiamos que “[...] a análise de nosso passado esclarece o presente, e nos ajuda a construir um futuro com mais autonomia”. Acredita-se que a investigação a respeito dos aspectos sociopolíticos intrincados no processo de construção e consolidação dos direitos políticos e da Justiça Eleitoral no Brasil é indispensável para a elucidação do tema proposto.

Desse modo, considerando que no Brasil a tradição da prática eleitoral é longa, propõe-se, a seguir, um breve retorno histórico, de forma a apresentar os fatos e concepções mais marcantes da nossa trajetória político-social até os dias de hoje.

No período colonial, a escravidão e a grande propriedade rural constituíam um ambiente desfavorável à formação de cidadãos. Entre os escravos e os senhores proprietários de terras, existia uma população legalmente livre, mas para a qual faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis (principalmente a educação), uma vez que dependia dos grandes proprietários rurais para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários.

Segundo Carvalho (2007), referindo-se à obra de Frei Vicente do Salvador (História do Brasil, 1500-1627), naquela época não havia sociedade política nem cidadãos no Brasil, uma vez que a grande maioria da população estava excluída dos direitos civis e políticos, e os direitos sociais ainda não eram considerados, estando a assistência social a cargo da Igreja ou de particulares.

Os senhores proprietários de terras representavam a maior parte dos considerados “homens bons” do período colonial, representavam o ápice da pirâmide social. Eram verdadeiras autoridades dentro de seus domínios rurais, suas atitudes não sofriam réplicas e sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica, era sempre obedecida. Podiam votar e serem votados nas

eleições municipais e absorviam parte das funções do Estado. No entanto, faltava-lhes a noção de igualdade de todos perante a lei, tornando a justiça um mero instrumento de poder pessoal.

A metrópole freqüentemente se submetia à arrogância do senhoriato rural, demonstrando a insuficiência e incapacidade do poder público para exercer a plenitude de suas funções. Não havia um Poder Executivo com suas competências e estruturas demarcadas pois eram as autoridades eleitas para a Câmara Municipal que possuíam atribuições de natureza normativa, executiva e judiciária. Os cargos eletivos deste órgão eram: dois juizes ordinários, três vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão. Os demais funcionários eram nomeados pela própria Câmara.

A insuficiência do poder público, o isolamento e a pobreza levavam os trabalhadores rurais a uma relação de grande dependência socioeconômica em relação aos proprietários de terras, constituindo um ambiente no qual faltava instrução, segurança, livre arbítrio e, principalmente, qualquer noção do que fosse um governo representativo e do que significava o ato de escolher alguém como seu representante político (LEAL, 1997).

Mais de 85% eram analfabetos [...], mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos dos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. [...] A luta política era intensa e violenta. O que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local. [...] A derrota significava desprestígio e perda do controle de cargos públicos [...]. Tratava-se, então, de mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições (CARVALHO, 2006, p.32-33).

As eleições, em geral, ocorriam de três em três anos, eram indiretas e realizadas em duas etapas: na primeira votavam os “homens bons do povo” – os senhores, os nobres e seus descendentes, os altos funcionários públicos civis e militares e os comerciantes ricos. Eram os votantes ou eleitores de primeiro grau, que indicavam, verbalmente, ao juiz, os nomes de seis pessoas que julgavam capazes de servir como eleitores de segundo grau; os seis mais votados indicavam os nomes das autoridades a exercerem os cargos no mandato seguinte. Entretanto, a autonomia decisória era terrivelmente cerceada, as limitações ao exercício do voto - que excluía uma parcela significativa da população, o voto aberto, e o poder exacerbado dos proprietários rurais, contribuía para a realização de pleitos ilegítimos. Tudo era válido para garantir as conveniências da Coroa e os interesses dos grandes proprietários, como bem descreve Valente Neto (2004, p. 84):

[...] Para a consecução dessa arena de manobras, válido era, no âmbito das mesas eleitorais, deixar ao seu arbítrio muitos dos requisitos exigidos para o processo de

qualificação e apuração, conceder prerrogativas e benesses aos senhores rurais, principalmente, impedir que os eleitos recusassem o mandato e até mesmo proibir a reeleição, para que não fosse possível o fortalecimento demasiado das Câmaras Municipais [...].

Assim, ao invés de conflito, entre as autoridades do Reino e os grandes proprietários, havia conluio e dependência mútua, não existia um poder que pudesse ser, verdadeiramente, chamado de público, que pudesse garantir a igualdade de todos perante a lei. O latifúndio monocultor e escravocrata constituía o genuíno centro de poder econômico, social e político da colônia e até mesmo do império. A esfera pública era comumente dominada e rendia-se às preferências pelos laços familiares e interesses particulares dos grandes latifundiários, reproduzindo a ramificada teia do tradicional personalismo e do patriarcalismo.

A base desse cenário era a “oligarquia de parentela”, isto é, a cúpula do poder tinha sempre como membros, pessoas da mesma família ou da mesma classe. A aquisição das funções públicas seguia o mesmo princípio, formando uma rede patriarcal organizada para usufruir ao máximo das vantagens oferecidas pelo poder.

Vianna (1927, p. 35, apud FERREIRA, 2007, p. 04) traduz o pensamento que caracterizava a época: “[...] política é antes de tudo um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da lavoura, do comércio e da indústria – e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra cousa [sic]”.

A paulatina centralização do poder pela metrópole portuguesa, através da ampliação das atribuições dos agentes da Metrópole – governadores, juízes de fora e ouvidores – e conseqüente redução do poder das câmaras locais, foi acelerada com a vinda da Corte para o Brasil em 1806. Com a transferência da família real portuguesa, o Brasil passou a ter uma organização administrativa mais elaborada, foram instaladas repartições e criados órgãos e entidades públicas, trazendo para as circunstâncias brasileiras as primeiras noções de uma burocracia estatal. Porém, o caráter rudimentar da sociedade continuava a refletir nas atividades administrativas, ainda muito singelas (RAMOS, 1983).

A independência, ocorrida em 1822, após três séculos de colonização, não introduziu uma mudança radical no panorama descrito, não houve participação popular significativa e sua principal característica política foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra. A tranqüilidade da transição política facilitou a continuidade social. Porém, uma questão precisava ser resolvida: a necessidade de se estabelecer uma unidade nacional, para

tanto era preciso conter os poderes regionais e locais, sendo esta a principal motivação para a criação de uma Constituição.

A Constituição de 1824, que combinava idéias de constituições européias, como a francesa de 1791 e a espanhola de 1812, regeu o país até o fim da monarquia, através dela foram regulamentados os direitos políticos. O voto se tornou obrigatório para todos os homens com mais de 25 anos que tivessem renda mínima de 100 mil réis por ano e não se fazia restrição ao voto do analfabeto. No entanto, não votavam: as mulheres, os escravos (que sequer eram considerados cidadãos) e os que não professassem a fé católica. As limitações previstas pelo voto censitário² eram pouco importantes, visto que a maioria da população trabalhadora recebia mais que a renda mínima exigida.

A eleição dos deputados e senadores era indireta, feita em dois turnos, no primeiro os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios; os eleitores, que deviam ter renda anual de pelo menos 200 mil-réis, elegiam os senadores e deputados. A eleição dos Deputados, que tinham mandato de quatro anos, era apurada pela Câmara da capital, que possuía poderes para a verificação da legalidade do pleito. Os senadores eram vitalícios, havendo nova eleição sempre que um deles morria, e eram eleitos em lista tríplice – uma por província, por meio da qual o imperador escolhia e nomeava o candidato de sua preferência (GOMES, 1998; CARVALHO, 2006)

Os vereadores e juizes de paz eram eleitos de forma direta pelos votantes, em um só turno, e seus mandatos eram de dois anos. Embora os postos eletivos da esfera local continuassem a ser objeto de competição, as Câmaras Municipais perderam muito de seu poder, passando a ter atribuições puramente administrativas. Já os presidentes de província não eram eleitos, mas nomeados pelo governo central (SADEK, 1995; CARVALHO, 2006).

Conforme descrito por Gomes (1998), no dia das eleições, os cidadãos que atendessem às exigências legais, deveriam comparecer à igreja matriz para votar e, após uma missa, era dado início aos trabalhos da “mesa de votação”, composta pelo Presidente, ou seja, o Juiz de Fora da cidade e pelo Pároco, que realizavam os trabalhos com a ajuda de dois secretários e dois escrutinadores. Procedia-se a coleta dos votos e sua leitura, eram “resolvidas as desconfianças” e proclamava-se o resultado.

² Que condicionava o direito ao voto à capacidade financeira dos cidadãos.

O voto era um ato de obediência, de lealdade ou de gratidão. Com o tempo, os votantes perceberam a importância que o voto tinha para os líderes políticos e começaram a ver as eleições como uma oportunidade de ganhar dinheiro, assim, o voto passou a ser considerado também como uma mercadoria, a ser vendida pelo melhor preço.

Francisco Belisário (1872, apud CARVALHO, 2006, p. 182) publicou duras críticas ao sistema, caracterizando os votantes como uma “turba multa ignorante, desconhecida e dependente, que de política só sabia que tinha um voto pertencente a algum senhor ou a que pagasse melhor”. Acrescentava, ainda, que “as eleições mais regulares eram aquelas feitas a ‘bico de pena’, isto é, à revelia do votante [...]”.

As possibilidades de fraude e o encarecimento do voto levaram a uma campanha pelas eleições diretas, tanto por parte dos políticos conservadores quanto dos liberais. Após anos de discussão, conflitos e desentendimentos políticos, em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Saraiva, introduzindo o voto direto e facultativo, eliminando os votantes do primeiro turno das eleições. No entanto, as restrições impostas pela nova legislação, proibição do voto do analfabeto e aumento da renda mínima exigida para 200 mil-réis, acarretaram uma drástica redução no número de cidadãos com direito ao voto (VALENTE NETO, 2004; CARVALHO, 2006).

Assim, apesar de reduzir para 21 anos a idade mínima para ser eleitor, a referida Lei significou um enorme retrocesso para o processo democrático, na medida que cassou o direito do voto de centenas de brasileiros, considerando-se que antes eram mais de 1 milhão de votantes, e, depois dela, o eleitorado foi reduzido a pouco mais de 100 mil eleitores (VALENTE NETO, 2004).

Vale lembrar que a Lei Saraiva transferiu a competência relativa ao alistamento de eleitores para a esfera do judiciário, reduzindo, em parte, o poder de manipulação das juntas paroquiais. Todavia as circunstâncias em que se dava o processo eleitoral permaneceram intactas, visto que a votação e a apuração dos resultados continuaram sob a responsabilidade das mesas eleitorais, mantendo diversas possibilidades de fraude.

Com a proclamação da República, em 1889, o quadro não foi muito alterado. Apesar da constituição republicana de 1891 ter eliminado a exigência de renda para os eleitores e ter instituído a liberdade de culto, diminuindo as ingerências do “poder divino” no processo

eleitoral, manteve a exclusão dos analfabetos, das mulheres, mendigos, soldados e membros de ordens religiosas.

Nesta fase, ocorreram diversas tentativas de se moralizar as disputas eleitorais, como a Lei Rosa e Silva (nº. 1269/1904), mas a tradição histórica, as artimanhas vastamente empregadas pela Política dos Governadores³ e a do Café com Leite⁴, bem como os conluíus firmados pelas facções oligárquicas, sempre atuaram na contramão do nosso desenvolvimento institucional e ético. Dentre as fraudes mais empregadas, destaca-se:

[...] A falsificação dos resultados pelo método ‘bico de pena’ era praticada pelas mesas eleitorais, que prosseguiram com o ofício de junta apuradora, inscrevendo como eleitores pessoas fictícias, mortas e ausentes. Numa etapa posterior, realizada pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado e da Câmara, ‘degolavam-se’, ou seja, cassavam-se os diplomas de eleitos ‘que fossem considerados inelegíveis ou incompatíveis com o exercício do cargo’. Desta forma, observando-se a frequência destes dispositivos, ficaram convencionadas três fraudes: na eleição, na apuração e no reconhecimento (VALENTE NETO, 2004, p. 86-87).

Constata-se que o regime de verificação e reconhecimento dos eleitos, a cargo do Legislativo, não era cumprido de forma isenta, tornando-se um instrumento de dominação nas mãos de grupos políticos.

Ressalta-se que as práticas fraudulentas não se restringiram ao grupo governista, muito embora para ele a aplicação fosse facilitada por ter ao seu dispor o aparato policial e o erário público. A oposição, também procurava influenciar a composição das mesas eleitorais e a apuração dos votos. “[...] o que interessava aos partidos era a conquista do poder, e, uma vez conquistado este, conservá-lo a todo transe [...]” (FERREIRA, 2007, p. 5).

Assis Brasil (apud SADEK, 1995, p. 29), descreve a insegurança vivida pelos eleitores do período: “Ninguém tinha a certeza de se fazer qualificar, como a de votar... Votando, ninguém tinha a certeza de que lhe fosse contado o voto. Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido.”.

Nesse contexto, as eleições não exprimiam a vontade do eleitorado, mas demonstravam o domínio do poder central que, apoiado por lideranças locais, continuavam a exercer o controle até dos pontos mais distantes do território, mantendo-se a reciprocidade entre o poder privado,

³ Pacto em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais em troca destes, fazendo uso de seus coronéis, elegerem bancadas pró-Governo Federal para as Câmaras e Assembléia Legislativa, de forma que nem o governo federal, nem os governos estaduais enfrentassem qualquer tipo de oposição.

⁴ São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no cargo de Presidente da República, ora ocupado por candidato oriundo de um Estado, ora de outro.

decadente, e o poder público, que se fortalecia. Esse sistema político, conhecido como Coronelismo⁵, presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, pois se caracteriza por uma fisiologia de trocas. “[...] As oligarquias tinham o seu espaço político garantido, desde que assegurassem a vitória das lideranças comprometidas com a política situacionista [...]” (SADEK, 1995, p. 20).

A vitalidade da República Velha, que já vinha sendo abalada pela crise do café, pelo crescimento industrial e, conseqüentemente, do eleitorado urbano, fenece com o movimento revolucionário de 1930. Dentre os ideais do movimento de 30 que iam de encontro às práticas políticas utilizadas, podemos destacar a máxima representatividade política e a busca da “verdade material” nas eleições. Entretanto, apesar de ter-se iniciado uma “[...] verdadeira revolução administrativa no Brasil, tal o porte das modificações de estrutura e de funcionamento que se verificaram” (RAMOS, 1983, p. 346). Vasconcellos (1995, p. 220) salienta que “Os esforços ditos modernizantes empreendidos após 1930 por Getúlio Vargas não tocaram, de forma estrutural, no papel do coronelismo. Este continuou sendo um dos elementos centrais da cultura política brasileira [...]”. Visto que a capacidade de distribuir benefícios, em troca de apoio político, saiu das mãos exclusivas dos coronéis e passou a ser compartilhada com outros atores políticos, que continuaram a valer-se das práticas coronelistas, baseadas no favor e no paternalismo como moedas de troca, para a obtenção de votos.

O Código Eleitoral, aprovado pelo Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, promoveu uma grande ampliação do corpo eleitoral, por meio da inclusão do voto feminino e a redução do limite de idade para 18 anos. Ademais, instituiu o voto secreto, garantindo o sigilo do sufrágio, passo decisivo para a diminuição das violências e desmandos nas disputas aos cargos eletivos.

[...] No bojo de tais reformas, uma se sobressai e, de fato, demarca duas fases históricas: A Justiça Eleitoral. A criação de uma instituição judiciária formalmente independente dos conflitos partidários e incumbida de fazer o alistamento, a apuração dos votos e o reconhecimento e a diplomação dos eleitos, antes ao encargo das mesas eleitorais, traduziu-se no rejuvenescimento das esperanças populares em sentirem-se representadas por procuradores dignos e probos (VALENTE NETO, 2004, p. 87).

⁵ Prática de cunho político-social, própria das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

Em 1934, com a promulgação da segunda Constituição Republicana, todos esses avanços foram transplantados para o elenco constitucional, fortalecendo a estrutura da democracia e o respeito à cidadania. Entretanto, sua existência foi efêmera, perdurando por menos de quatro anos, em razão do golpe que instaurou o Estado Novo, em 10 de novembro 1937.

Getúlio Vargas, então Presidente da República, próximo ao término de seu mandato, valendo-se da crise gerada pela ideologia nazi-fascista e em nome de uma representação supostamente voltada para garantir os interesses nacionais, dissolveu a Câmara e o Senado, revogou a Constituição de 1934 e outorgou nova Carta Constitucional, que o dotava de poderes ditatoriais, inclusive, estendendo seu mandato. Durante o Estado Novo a prática eleitoral foi restringida e remodelada, estagnando a recente experiência de eleições administradas por um organismo do Judiciário.

Houve, assim, um retrocesso em termos de controle da validade das eleições, pois com a Carta de 1937 - também apelidada de Polaca, razão de ter sido inspirada na Constituição da Polônia - apesar da Câmara dos Deputados ser composta por representantes do povo, eleitos por sufrágio indireto, a fiscalização desse pleito não era realizada pelo Judiciário e nem mesmo ao Legislativo era deferida essa ação. Havia uma completa omissão a respeito, permitindo, assim, que controle fosse exercido de forma autoritária pelo Presidente da República (GOMES, 1998, p. 53).

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, na qual os soldados brasileiros lutaram ao lado dos aliados contra as ditaduras nazi-facistas, despontaram os movimentos em prol da redemocratização do país.

Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento liderado por militares que compunham seu ministério, sendo substituído pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, visto que a Constituição de 1937 não previa a figura do vice-presidente.

A reimplantação da Justiça Eleitoral se deu através do Decreto 7.586, de 1945; passando, a partir da Constituição de 1946, a ser uma instituição perene.

Nas eleições de 1945, 1950 e 1954 os eleitores votavam utilizando cédulas já preenchidas, que eram ofertadas pelos próprios partidos concorrentes. A primeira vez a se utilizar a cédula oficial, fornecida pela Justiça Eleitoral, foi nas eleições presidenciais de 1955. Desde então, o eleitor passou a escrever o nome e/ou o número de seu candidato ou partido (NICOLAU, 2004).

Em 1964 o país passou por outro golpe empreendido pelos militares, período que ficou marcado, além das torturas e arbitrariedades cometidas, pela redução de competitividade dos pleitos, provocada pela implantação do bipartidarismo compulsório - Arena e MDB (KINZO, 2004).

No entanto, apesar de toda a temática de restrições nas liberdades, [...] a Justiça Eleitoral não teve suas funções institucionais alteradas, e foi justamente devido à sua permanência e atividade durante o período castrense, mesmo que atuando sobre um sistema de eleições indiretas, mas com calendário eleitoral fixo, que foi possível à população, nas urnas, demonstrar sua indignação e seu repúdio para com o regime em descrédito (VALENTE NETO, 2004, p. 87).

A primeira manifestação pública pelas eleições diretas para Presidente da República ocorreu em Pernambuco, no dia 31 de março de 1983 e foi organizada por membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Em 15 de junho de 1983 foi a vez de Goiânia, e em novembro de 1983, de Curitiba e da cidade de São Paulo. Com o crescimento do movimento, que coincidiu com o agravamento da crise econômica - em que coexistiam inflação e uma profunda recessão, houve a mobilização de entidades de classe e de sindicatos.

No ano seguinte, o movimento ganhou as ruas e a mídia. A perda de prestígio do regime militar junto à população e aos militares de baixo escalão, com seus salários corroídos pela inflação, era grande. Vendo que o poder mudaria de mãos em pouco tempo, iniciou-se um período de mudança de partidos entre parlamentares e políticos em geral. Muitos que eram convictamente de situação se envolveram na campanha contra a ditadura militar.

O processo de redemocratização termina com a volta do poder civil em 1985, a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988 e a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989. A partir do fim dos governos militares, verificou-se a importância das instituições democráticas como reguladoras da ordem nacional.

Com respeito à inclusão de eleitores, nota-se, a partir de 1985, um crescimento expressivo, em consequência da universalização do direito de voto, que estende o direito de participação política aos analfabetos. A promulgação da Constituição Federal de 1988, intitulada por Ulysses Guimarães como a “Constituição Cidadã”, reduziu para 16 anos a idade mínima para votar e promoveu a expansão dos direitos de participação popular, alterando todo o cenário político do período anterior (KINZO, 2004). Dentro dessa nova conjuntura política e social, o papel da Justiça Eleitoral no processo de estabilização da democracia no país e como garantidora da lisura do processo eleitoral, passou a merecer destaque.

A Justiça Eleitoral é um órgão público federal, composto de um Tribunal Superior, na capital federal, de Tribunais Regionais, nas capitais dos estados, e de Juízes Eleitorais – que constituem a primeira instância dessa justiça e que respondem pelas Zonas localizadas nos municípios espalhados pelo país. Os juízes eleitorais são juízes de direito do Tribunal de Justiça Estadual, com garantia de vitaliciedade e inamovibilidade, que contam, para a execução das atividades relacionadas à votação, apuração e proclamação dos resultados das eleições, com a colaboração de cidadãos idôneos, eleitores da respectiva Zona Eleitoral, que compõem as mesas receptoras de votos e a junta apuradora de votos da Zona. Esses cidadãos, sob a supervisão e coordenação dos servidores públicos que atuam no Cartório Eleitoral, são responsáveis pelo funcionamento das seções eleitorais e pela apuração dos resultados da eleição naquela área jurisdicional.

Os diversos trabalhos que envolvem a realização de uma eleição têm se aperfeiçoado bastante nos últimos anos. Com a implementação das urnas eletrônicas, a partir de 1996, o processo de votação brasileiro se tornou ícone de modernidade. No que concerne à independência da administração do processo eleitoral, o Brasil atingiu um estágio bastante maduro, baseado em um modelo institucional consolidado e em técnicas modernas que garantem eficiência e lisura.

Como citado por Sadek (1995, p. 16-17), fora definido numa reunião mundial sobre democracia, entre dirigentes de organismos eleitorais de diversos países que, “eleições limpas são aquelas em que se respeitam as regras do jogo, em que se elege quem recebeu mais votos, nas quais votem todos os que têm direito de participar das lides eleitorais e o voto de cada cidadão seja contado tal como foi dado”. Ao analisarmos esta afirmação e diante da realidade que presenciamos nas últimas eleições, podemos afirmar que a Justiça Eleitoral vem proporcionando ao povo brasileiro, em grande medida, a realização de pleitos limpos, dependendo seus resultados, apenas, da consciência (ou da falta de consciência) de cada eleitor.

É quase unânime a apreciação positiva da democracia brasileira e, realmente, ao compararmos o sistema eleitoral brasileiro com os de outras sociedades, é perfeitamente razoável que se concorde com a procedência de tal afirmação (LIMA, 2005). Não há dúvida de que o progresso dos direitos políticos, que hoje temos garantidos por lei, bem como a transparência e a correção dos processos de organização e controle das eleições por parte da Justiça Eleitoral, foram capazes de diluir práticas condenáveis da nossa história política.

Porém, alerta Iasulaitis e Silva (2006), a democracia com a qual convivemos e que se reivindica como se de todos fosse, é limitada por sérios entraves que já se incorporaram aos nossos olhos como se fossem naturais. Destaca-se que a retomada do processo democrático não resultou numa aproximação efetiva entre o povo e as decisões políticas, nem mesmo com a eleição de representantes dos segmentos que reclamavam a participação do povo na cena política, “[...] o fato é que esse povo assiste atônito aos pactos conservadores das elites que negam constantemente os direitos elementares da maioria [...]” (IASULAITIS; SILVA, 2006, p.03).

Nesse sentido, Valente Neto (2004) nos leva a refletir que, apesar dos importantes avanços, não se pode esquecer que algumas mazelas, decorrentes de fatores econômicos e sociais, ainda persistem e têm contribuído para obstacularizar o desenvolvimento da democracia e o aprimoramento moral, técnico e material das instituições políticas e públicas brasileiras:

[...] a necessidade urgente de empreender reformas em vários aspectos da legislação, a precisão de consolidar instituições partidárias com programas respeitáveis e populares e a carência de fidelidade no cumprimento das propostas de campanha da grande maioria de parlamentares e membros do Poder Executivo nos deixam um pouco cético de, a médio prazo, ver, pelo menos, a geração de 2020, mais crédula nos cronogramas de governo, mais empenhada na consecução dos direitos e dos deveres de todos os cidadãos e mais firme na defesa da Carta Magna, não como um documento público que deva ser respeitado com receio de sanções, mas em face de neste constar a alma de um povo e a sua identidade moral, filosófica e política (VALENTE NETO, 2004, p. 87-88).

Para Mendes (2007), passados quase 20 anos da publicação da Constituição, ainda se observa precariedade no emprego de alguns de seus artigos, sobretudo no que concerne à aplicação dos mecanismos de efetivação da democracia direta como instrumentos para a tomada de decisões políticas e definição de políticas públicas, previstos nos incisos I à III, do art. 14, *caput*. Visto que o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, tanto no nível federal, quanto no estadual e no municipal, são pouco usuais e têm despertado pouco interesse nos políticos.

Tal situação, com certeza, prejudica o avanço democrático, pois, “sem contar com um conjunto de instrumentos de participação popular direta, a representação mostra-se insuficiente para realizar a democracia em sua dimensão mais profunda [...]” (MENDES, 2007, p.14).

Se por um lado a organização e lisura das eleições, o livre funcionamento dos partidos políticos e a normalidade institucional são louváveis, noutro pólo o poder econômico tem demonstrado que uma democracia que garanta uma razoável igualdade nas disputas eleitorais

ainda é irreal no Brasil, na medida em que o poder do capital, além de nitidamente presente nos pleitos eleitorais, vem, em grande medida, determinando seus resultados. O financiamento das campanhas por particulares, principalmente empresários e empreiteiros, interessados em contratos públicos milionários e outras benesses possíveis, vem se tornando prática comum e gerando diversos escândalos e a freqüente instauração de comissões parlamentares de inquéritos (CPIs)⁶ que minam a confiança dos cidadãos em relação à classe política em geral (DIMENSTEIN, 2007). Uma vez que, como sintetiza Vasconcellos (1995, p. 222) após eleito, o político “[...] terá que pagar o preço das alianças que fez e sem as quais não chegaria ao poder [...]”.

A compra de votos é outra prática resultante do abuso do poder econômico nas campanhas políticas, que se faz presente em razão da baixa escolaridade e das inúmeras carências por que passa boa parte da população brasileira. Até os dias de hoje, o voto continua sendo utilizado como moeda de troca para a obtenção de favores, alimentos, remédios, dentre outros itens capazes de sanar, momentaneamente, necessidades particulares. Segundo Scott (1971), a compra de votos é um fenômeno intermediário e transitório na sucessiva implementação de sistemas de governo representativos. Entretanto, destaca-se que, como alerta o estudo empírico realizado por Speck (2003), o problema da compra de votos chega a questionar a legitimidade do sistema representativo brasileiro, ao constatar que um em cada sete eleitores já recebeu alguma oferta para comercializar o voto.

Percebe-se que, no Brasil, a democracia moderna não foi capaz de romper por completo com as práticas políticas do passado; a legislação evoluiu, os atores foram substituídos e, por sua vez, as práticas clientelistas e patrimonialistas se aprimoraram, adaptando-se à nova realidade. Portanto, pode-se afirmar que o Brasil continua atrelado ao “imaginário” do coronel, visto que ainda estamos vinculados a práticas políticas que herdamos do nosso período colonial (VASCONCELLOS, 1995).

Essa realidade é chamada por Souza Santos (2007) de “modernização conservadora”, isto é, formas de modernização da sociedade brasileira que pretendem manter a continuidade das oligarquias, ou seja, daqueles que foram, no passado, responsáveis por uma política baseada

⁶ Através das quais o Poder Legislativo investiga atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta. Veja-se a propósito, Luiz Roberto Barroso, Comissões Parlamentares de Inquérito e suas competências: política, direito e devido processo legal, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), n. 12, 2008. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/redal.asp>.

na corrupção, em privilégios e na impunidade, para os quais a manutenção do poder é o único critério político a ser respeitado.

Corroborando com essa idéia, Valente Neto (2004, p. 83), adverte que:

[...] ainda hoje, no princípio do séc. XXI, não são raros os episódios de uso escuso da *res pública*, de enriquecimento ilícito com o desfazimento do patrimônio público e de abusos de autoridades que, munidas de uma farda, de uma patente ou de um cargo qualquer, costumam desdobrar seu mandonismo doméstico para o cenário social, numa verdadeira demonstração de que esta raiz secular ainda não foi decepada.

A evolução do próprio Poder Judiciário não erradicou seu lado patrimonial arcaico, demonstrando a coexistência de mecanismos burocráticos e de práticas patrimonialistas, evidenciadas, por exemplo, nas nomeações e remoções de juízes “amigos”, as quais ferem por completo o princípio da igualdade (LIMA, 2002).

Nesse sentido, percebe-se que:

[...] Existe um jogo duplo na política brasileira, em que o discurso público se refere aos direitos e necessidades dos cidadãos do país; porém, o que impulsiona o cotidiano da sociedade é uma prática política que se rege pela lealdade das relações pessoais, desvinculada de qualquer compromisso legal ou ideológico. Essa realidade não passa despercebida pela população brasileira, que vê de tudo na atividade política, menos a ética (SHIMIZU e MENIN, 2004, p. 11).

Resultado similar fora obtido por Jovchelovitch (2000) que, ao descrever a relação entre as esferas pública e privada no Brasil e suas repercussões, ressalta a necessidade premente de uma nítida demarcação das fronteiras entre o público e o privado e, ao mesmo tempo, de uma relação dialética entre ambas, na qual se sustente a democracia e o pleno exercício da cidadania. Diante disso, conclui que o brasileiro vê a política como uma realidade que foge ao seu controle, resultando, assim, “[...] em uma vida política privada de povo e um povo privado de representantes na vida política” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 129).

Vale acrescentar que a distância e o descrédito dos cidadãos em relação ao governo e às instituições públicas, em razão de práticas abusivas e ilegais, como as descritas nos parágrafos anteriores, induzem ao individualismo. Sentimento que, como demonstrava a obra de Tocqueville (1998), leva o indivíduo a se considerar sempre isoladamente, de modo tal que abandona a sociedade à própria sorte, ameaçando seu desenvolvimento em prol do bem comum. Como alerta o autor:

Não se deve dizer de maneira absoluta e geral que o maior perigo de nossos dias seja a licença ou a tirania, a anarquia ou o despotismo. Ambos são igualmente temíveis e

podem decorrer facilmente de uma só e mesma causa, que é a apatia geral, fruto do individualismo [...]. O que é importante combater, portanto, é muito menos a anarquia ou o despotismo do que a apatia [...] (TOCQUEVILLE, 1998, p. 418).

A guisa dessa “retrospectiva”, completamos que se faz urgente a busca de novos caminhos para a nossa democracia, que nos conduzam à moralização da política e, conseqüentemente, a uma re-significação da nossa cultura política. Caminhos estes que, como já apregoavam Lamounier, Weffort e Benevides (1981, p. IX) levem-nos a “[...] efetiva extensão da cidadania e da participação a todos os setores da sociedade, problema antigo e sempre mal resolvido na história brasileira”.

De qualquer modo, não há como negar que um dos instrumentos mais importantes para o controle do poder político é o voto, e que esse dispositivo democrático é bastante respeitado no Brasil. Sabucedo (1996) menciona que diversos estudos, realizados em diferentes países, demonstram que a participação eleitoral exerce papel fundamental nos sistemas democráticos, além de ser a via mais usual para a manifestação dos cidadãos. Configurando-se, de tal forma, em um espaço social subjetivamente constituído e, ao mesmo tempo, gerador de subjetividades.

2.4 O contexto dos trabalhos relativos ao pleito e o projeto mesários voluntários na 55ª zona eleitoral do Espírito Santo

No período que antecede cada eleição é publicada uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), denominada “calendário eleitoral”, fixando os prazos e respectivos procedimentos a serem observados e desenvolvidos, em nível nacional, pela Justiça Eleitoral e pelas agremiações partidárias. Tal resolução aponta os procedimentos já previstos no Código Eleitoral, na Lei 9.504/97 e em resoluções anteriores, que deverão ser cumpridos no ‘período eleitoral’⁷.

Por sua vez, cada Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a fim de promover o fiel cumprimento das determinações advindas da instância superior (TSE) e, conseqüentemente, realizar o pleito de forma adequada na área sob sua jurisdição (estado federado), emite resoluções específicas,

7 Período que abrange as atividades relacionadas à realização do pleito - inicia-se cerca de um ano antes das eleições, perdurando até 60 dias após a realização do eventual 2º turno de votação.

que estarão, em conjunto com o calendário eleitoral e demais leis federais, orientam grande parte das atividades do próprio Tribunal e dos Cartórios das Zonas Eleitorais do seu Estado.

Uma zona eleitoral abrange parte da área física de um estado federado, que, em geral, é correspondente a um de seus municípios. Tal área, bem como o cadastro eleitoral das pessoas que nela residem, são administrados por um cartório eleitoral, diretamente subordinado ao TRE e sob a autoridade de um Juiz Eleitoral - nomeado a cada dois anos dentre os juízes mais antigos do Tribunal de Justiça Estadual, o qual passa a acumular tal função.

Dessa forma, compete aos servidores dos cartórios eleitorais realizarem todas as atividades que garantam a efetivação das eleições, plebiscitos e referendos, seguindo a legislação eleitoral federal e estadual, combinadas às orientações advindas das secretarias do TRE de seu Estado e do Juiz Eleitoral da Zona, sob a coordenação de um servidor nomeado como Chefe de Cartório.

A fim de possibilitar a realização das eleições, a legislação eleitoral prevê que cada Juiz Eleitoral deve convocar, nomear e treinar, um quantitativo suficiente de eleitores para atuarem perante as mesas receptoras de votos no dia do pleito. Conforme dispõe o Código Eleitoral (1965, BRASIL, 2006, p. 77-79):

Art. 120. Constituem a Mesa Receptora um Presidente, um Primeiro e um Segundo Mesários, dois Secretários e um suplente, nomeados pelo Juiz Eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência.

[...]

Art. 124. O membro da Mesa Receptora que não comparecer no local, em dia e hora determinados para a realização de eleição, sem justa causa apresentada ao Juiz Eleitoral, até 30 (trinta) dias após, incorrerá na multa⁸ [...]

Essa convocação, na forma como é prevista em lei, prescinde da vontade dos indivíduos selecionados e recai sobre os denominados “mesários convocados”, e assim vem sendo aplicada em grande parte das Zonas Eleitorais. Entretanto, o Cartório Eleitoral da 55ª Zona/ES deu início, em 1997, a uma campanha de incentivo à participação voluntária dos cidadãos no processo de votação, sendo aqueles que se disponibilizam a colaborar chamados de “mesários voluntários”.

⁸ O valor originalmente previsto (art. 124 do Código Eleitoral) para a multa era de cinquenta por cento a um salário mínimo. Contudo, com a vedação da vinculação do salário mínimo para qualquer fim (Constituição Federal/88, art. 7º, IV), o art. 85 da Resolução TSE n.º 21.538/2003 instituiu como base de cálculo para a aplicação das multas eleitorais o último valor fixado para a Ufir (Unidade Fiscal de referência).

Os motivos para a realização da primeira campanha, bem como para sua continuidade e “transformação” no “Projeto Mesários Voluntários”, foram aumentar a qualidade dos serviços prestados aos eleitores da zona e facilitar a localização dos mesários nomeados para a composição das mesas receptoras de votos. Visto que, na eleição anterior (1996) ocorreram muitas reclamações e erros em decorrência da má atuação dos mesários convocados, além das dificuldades relativas à localização dos mesários com base no endereço constante no cadastro eleitoral, muitas vezes antigo e desatualizado.

A campanha inicial consistiu na realização de palestras em escolas e associações de moradores localizados na área da 55ª Zona/ES, realizadas por esta pesquisadora e outros dois servidores do cartório, buscando despertar nos estudantes, funcionários das escolas e moradores dos bairros visitados o desejo de colaborar na realização das eleições.

Nessas palestras eram expostas as dificuldades enfrentadas pelo cartório para o preenchimento das seções com o número necessário de mesários, procurando conscientizar os ouvintes sobre a relevância da função do mesário, suas atribuições, os problemas mais frequentes e os benefícios particulares resultantes da atuação.

Esta iniciativa fora, inclusive, noticiada pelo Jornal “A Tribuna”, cremos que em razão de tratar-se de um órgão público buscando a participação da sociedade para auxiliar na resolução dos problemas que vinha enfrentando, o que não era comum naquela época.

Com o decorrer do tempo, a campanha foi se intensificando e não mais ficou restrita às palestras, envolvendo todos os servidores e estagiários do cartório eleitoral, que passaram a consultar os eleitores que eram atendidos no balcão sobre a possibilidade de se voluntariarem como mesários e, obtendo resposta favorável, solicitando o preenchimento de um formulário desenvolvido para seu cadastramento em um banco de dados de voluntários, (ANEXO II). No entanto, por mais que os funcionários do cartório se empenhassem, o número de voluntários crescia em ritmo lento, se comparado ao crescimento do eleitorado, não suprimindo a necessidade da zona⁹.

A partir do ano de 2004 a idéia de preencher as seções com mesários voluntários foi também adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais, os quais, através dos meios de comunicação em massa, buscaram enfatizar para a população as

⁹ Uma vez que o aumento no número de eleitores ocasiona a abertura de novas seções de votação, resultando na necessidade de mais mesários para nelas atuarem.

vantagens/benefícios de ser um mesário, quais sejam: direito ao gozo de folga pelo dobro dos dias à serviço da Justiça Eleitoral; auxílio alimentação; obtenção de declaração de participação no processo de votação, que poderá vir a ser aceita como pontuação ou critério de desempate em concursos públicos. Além do que, parecem ter colaborado para uma maior adesão o uso de *slogans* incentivando a participação, conforme pode ser observado na ficha de inscrição e cartazes da campanha atual do TRE/ES (ANEXOS IV e V), que propõem: “Seja um mesário voluntário - A democracia só tem a ganhar”.

Essa soma de esforços - cartório, TRE/ES e TSE possibilitou a reversão da situação anterior, quando a demanda do cartório pesquisado era muito maior que o número de eleitores-mesários que se voluntariavam. Assim, a proporção de mesários voluntários foi tornando-se mais significativa a cada eleição, chegando em 2008 a 100% do total dos mesários nomeados para atuarem nas seções de votação da 55ª Zona/ES.

Cumprе esclarecer que, tendo como referência a qualidade do atendimento ao público o Projeto Mesário Voluntário não mostrou um resultado plenamente satisfatório, visto que ações e situações indesejadas continuaram a ocorrer. Entretanto, quanto aos trabalhos inerentes à convocação de mesários e ao preenchimento das seções de votação, realizados pelo Cartório, tem-se mostrado de grande valia, provendo os servidores da Justiça Eleitoral de melhores condições para a realização dos mesmos.

Dentre as atividades inerentes ao pleito encontram-se algumas diretamente relacionadas aos mesários, conforme relacionadas a seguir:

- Atualização e alimentação do sistema de convocação de mesários, com base nos cadastros preenchidos por voluntários no próprio cartório ou através do site do TRE/ES, de modo a completar todas as seções de votação;
- Emissão das cartas informando a convocação dos mesários “escolhidos”;
- Substituição dos que mostrarem-se impedidos¹⁰ ou que não forem localizados;
- Planejamento e realização das reuniões para instrução/treinamento dos mesários nomeados;

¹⁰ Não podem atuar como mesários: os candidatos e seus parentes, os membros de diretório de partidos, as autoridades e agentes policiais, os funcionários que ocupem cargo de confiança do Poder Executivo, os servidores da Justiça Eleitoral, os fiscais e delegados de partido ou coligação e os eleitores menores de 18 anos. Existindo quaisquer desses impedimentos, compete ao mesário informar ao Juiz Eleitoral sua condição, para que seja tornada sem efeito sua designação.

- Realização de vistorias nos Locais de Votação (LVs), a fim de verificar suas condições estruturais, enviando esforços, junto a outros órgãos públicos, no sentido de solucionar os problemas/dificuldades encontrados;
- Elaboração e publicação dos Editais de nomeação, atualizando-os sempre que houver substituição de mesários;
- Organização (separação, conferência e embalagem) dos materiais adquiridos pelo Tribunal para serem utilizados nas seções de votação e envio aos respectivos LVs;
- Conferência dos materiais e análise dos documentos provenientes das seções;
- Verificação das reclamações registradas durante as eleições;
- Convocação e inquirição dos mesários e eleitores envolvidos em situações adversas;
- Instauração de processos específicos e posterior acompanhamento e instrução dos mesmos, o que pode perdurar vários anos, até que seja dada a decisão final, por um Juiz Eleitoral.

Paralelamente às mencionadas atividades, são cumpridas pela referida Zona outras tantas tarefas igualmente indispensáveis à consecução do pleito. Dentre as quais podem ser destacadas:

- Vistoria estrutural e elétrica dos locais de votação (LVs), para atualização dos dados e da capacidade de seções, a fim de verificar a necessidade de transferência de LVs, em razão de reforma ou outros problemas que impeçam a realização da votação no local;
- Requisição dos imóveis onde funcionarão os locais de votação e a junta apuradora de votos da zona;
- Visitas para a localização de um auditório (a ser disponibilizado gratuitamente) que ofereça condições adequadas para a realização dos treinamentos de mesários, prepostos e escrutinadores e componentes da junta apuradora;
- Atualização e alimentação do sistema de convocação de prepostos, escrutinadores e demais auxiliares que atuarão durante os trabalhos eleitorais;
- Nomeação e emissão das cartas de convocação dos prepostos, escrutinadores e membros da junta apuradora;
- Substituição dos auxiliares que também mostrarem-se impedidos ou não forem localizados;
- Planejamento e realização das reuniões de instrução e/ou treinamento dos citados auxiliares;
- Trabalhos de preparação e auditoria das urnas eletrônicas;
- Demonstração da urna eletrônica e treinamento dos eleitores no cartório e nos bairros mais carentes da Zona;

- Reunião para elaboração do plano de mídia¹¹ e sorteio da ordem de veiculação da propaganda gratuita em rádio e televisão;
- Realização das atividades programadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, tais como: participação nos treinamentos acerca dos sistemas utilizados e nos simulados de transmissão de dados, realização de testes e instalação de atualizações nos computadores;
- Reunião com representantes da Polícia Militar para acordo e orientações acerca do policiamento dos LVs e junta apuradora;
- Estudo para elaboração e registro no sistema de logística, das rotas mais adequadas para distribuição das urnas eletrônicas, na véspera e dia das eleições;
- Elaboração e registro no mesmo sistema, de duas rotas independentes para recolhimento dos disquetes e das urnas eletrônicas – visando a máxima rapidez no processamento dos resultados da votação;
- Preparação dos recibos e formulários a serem utilizados para entrega e tramitação das urnas, disquetes, boletins e materiais diversos, nas seções de votação e junta apuradora;
- Realização de nova vistoria nos LVs, a fim de verificar suas condições estruturais, principalmente quanto ao funcionamento da parte elétrica;
- Promoção, em conjunto com os órgãos públicos estaduais e municipais competentes, dos reparos necessários nos LVs que apresentam problemas;
- Elaboração e publicação dos Editais e Portarias pertinentes;
- Requisição, junto aos órgãos públicos de sua área jurisdicional, de veículos para ficarem à disposição da zona, por ocasião da realização das eleições, necessários às atividades a serem desenvolvidas no dia das eleições¹²;
- Separação do material para apuração dos resultados e preparação do ambiente da junta apuradora (mobiliário e divisão das gerências) e instalação dos micros, conforme *layout* desenvolvido pela zona e avaliado pelo TRE.

Ressalta-se que, no decorrer dos citados trabalhos é comum que surjam imprevistos e novas necessidades, sendo imprescindível o desenvolvimento de atividades complementares, as quais são propostas, organizadas e realizadas pelos juízes eleitorais e servidores dos cartórios.

¹¹ Montagem da escala do horário eleitoral gratuito, a ser exibido em rede de rádio e televisão, de acordo com o cálculo e distribuição do tempo referente a cada partido/coligação concorrente ao pleito e do sorteio da ordem de veiculação das propagandas.

¹² Entrega de auxílio-alimentação aos mesários, transporte das equipes de supervisão que percorrerão os LVs da Zona, transporte dos técnicos de urna para resolução de problemas técnicos nas seções de votação, encaminhamento de materiais solicitados por prepostos e mesários, dentre outras.

Assim, pode-se observar que, não obstante a normatização dos prazos e atividades, há espaço para a consideração das peculiaridades de cada zona eleitoral, as quais se diferem, dentre inúmeros fatores, quanto ao quantitativo de servidores em exercício, eleitores vinculados, seções de votação, mesários, bairros abrangidos, órgãos públicos que dispõem-se a prestar apoio, etc. Tais diferenças mostram-se claramente na forma, bastante particular, como as atividades são efetivamente conduzidas e realizadas no âmbito de cada cartório eleitoral.

3 METODOLOGIA

Os sentidos subjetivos da participação dos mesários voluntários no processo eleitoral se constituem como o objeto deste estudo. A concepção de indivíduo por nós adotada baseia-se na definição de sujeito ativo e pensante, capaz de reagir de modo inesperado ao estabelecido, como propõe Gonzalez Rey (2003, 2005b), concepção esta, centrada nos sentidos subjetivos que se organizam de forma singular em cada indivíduo e em relação aos diferentes espaços de sua experiência social.

Assim, ao reconhecermos a participação voluntária do mesário nas eleições como um fenômeno essencialmente subjetivo, que envolve desde a história sócio-política e a cultura brasileira até necessidades, motivos, interesses e emoções particulares à cada mesário, esta pesquisa se mostra como um grande desafio, exigindo, portanto, uma metodologia compatível com seu objeto e seus objetivos.

3.1 A natureza da pesquisa

De acordo com o referencial teórico apresentado, a subjetividade constitui-se de maneira processual, complexa e plurideterminada, não aparecendo de forma clara, direta e linear nas manifestações dos sujeitos, mas sim indiretamente, em seus diversos tipos de expressão (REY, 2002; 2003; 2005a; 2005b). Portadora de uma complexidade equivalente, a realidade é concebida por Rey (2005a, p.5), como “um domínio infinito de campos inter-relacionados”.

Assim sendo, numa pesquisa científica, é preciso reconhecer que nossas possibilidades de acesso ao “real” são sempre parciais e limitadas, em razão da influência de nossa própria subjetividade e dos meios que somos capazes de utilizar para conhecê-lo. Como nota Cardinalli (2006, p. 37):

[...] é preciso ter clareza de que a nossa visão de mundo, nossas fraquezas, representações e até utopias transparecem no trabalho científico – pela maneira como lidamos com os envolvidos, como buscamos informações e, principalmente, como manejamos os resultados [...].

Diante dessas reflexões e considerando que esta pesquisa se propõe a tratar de sentidos subjetivos, ou seja, de elementos que não se evidenciam claramente e sobre os quais não há um conhecimento aprofundado, acredita-se que não poderia orientar-se por um modelo quantitativo,

baseado na crença da neutralidade do pesquisador e em rigorosos procedimentos metodológicos.

Sendo assim, buscando apoio numa alternativa epistemológica que nos permitisse conduzir ativamente o processo de construção do conhecimento aqui proposto, o presente estudo foi orientado pelo modelo qualitativo de pesquisa, fundamentando-se na Epistemologia Qualitativa proposta por Rey (2005a).

A lógica desenvolvida pelo autor idealiza a pesquisa científica como um processo de construção teórica do pesquisador e não como uma apropriação linear da realidade. Construção essa que privilegia a ação, a flexibilidade e o pensamento criativo do investigador, constituindo-se em um processo de diálogo e reflexão conjunta, em que investigador e investigado se relacionam de forma aberta e franca. Desta forma, a legitimidade do conhecimento está associada ao desenvolvimento progressivo de zonas de sentido em relação ao problema estudado e não à comprovação e verificação de uma dada realidade, por meio de processos instrumentais, como os adotados na pesquisa tradicional e quantitativa.

As zonas de sentido possibilitam, segundo Rey (2003, 2005a, 2005b), a criação de um novo espaço de significação sobre um campo ou objeto de estudo, capaz de viabilizar a continuidade do pensamento humano, permitindo novas zonas de ação sobre a realidade e novos caminhos dentro dela.

Portanto, dentro dessa perspectiva, o que se pretende é aumentar a capacidade de aproximação e compreensão acerca de determinado objeto, através da proposição de um modelo teórico específico, que, de modo dinâmico, interpretativo e flexível, seja construído e aperfeiçoado pelo pesquisador, diante das situações e desafios que surjam no decorrer da pesquisa (REY, 2005a). Para o que, torna-se indispensável:

[...] romper com a representação de que o conhecimento representa um único caminho que conduz ao descobrimento de algo pronto para ser concebido, de uma realidade que se apresenta de uma única forma, [...] quando, na realidade, existem múltiplas alternativas de inteligibilidade e significação na construção de realidades que, como a subjetividade, são complexas (REY, 2005a, p. 201-202).

Para a adequada compreensão dessa perspectiva, Rey (2005a) destaca três princípios gerais que norteiam sua aplicação, os quais se fazem presentes neste estudo, da forma como se segue:

- *A legitimação do singular como fonte do conhecimento*, em outras palavras, a singularidade humana, em sua especificidade e capacidade única de gerar informações sobre um determinado fenômeno, representa uma dimensão importantíssima no desenvolvimento do processo qualitativo de construção do conhecimento. Em razão disso, os sujeitos de pesquisa devem ser cuidadosamente escolhidos, pois precisam oferecer uma diversidade de elementos que permitam ao pesquisador ampliar a compreensão sobre a realidade estudada.
- *A pesquisa como um processo dialógico*, pois considera a comunicação, expressa direta ou indiretamente, como a via que possibilitará ao pesquisador conhecer as diferentes configurações e sentidos subjetivos dos sujeitos em relação ao evento ou condição pesquisada. Superando a chamada “Epistemologia da Resposta” que, ao reproduzir a lógica estímulo-resposta, busca a informação na invariabilidade e racionalidade das respostas dadas pelos sujeitos, a instrumentos “fechados”, padronizados e rigidamente ordenados.
- *O caráter construtivo-interpretativo do conhecimento*, ou seja, o conhecimento é produto de um processo permanente de interpretação e construção de indicadores, que é conduzido pelo pesquisador, por meio da confrontação entre seu pensamento e a multiplicidade de eventos empíricos com que se depara no curso da pesquisa. A interpretação e articulação, entre as informações e as construções intelectuais do pesquisador, é que permitem o desenvolvimento de um modelo teórico que possibilite novos momentos de inteligibilidade sobre o objeto de estudo, abrindo novas zonas de sentido. Ressalta-se, como alerta Rey (2005a, p.07), que “[...] a construção pode não estar associada, de modo imediato e intencional, a nenhum referencial empírico [...]”, assim sendo, complementa o autor:

Penso que a construção nos permite superar um dos maiores fantasmas da pesquisa tradicional que ameaça constantemente os pesquisadores: a especulação. Onde há pensamento devem existir especulação, fantasia, desejo e todos os processos subjetivos envolvidos na criatividade do pesquisador como sujeito [...] (REY, 2005a, p.07).

Ao analisarmos tais princípios, torna-se impossível não relacioná-los aos próximos tópicos desta dissertação, sejam eles, respectivamente: a escolha dos participantes; o cenário e a trajetória da pesquisa; os procedimentos para a obtenção dos dados e os elementos utilizados na análise e construção da informação.

3.2 Os participantes

Uma característica importante da Epistemologia Qualitativa desenvolvida por Rey, conforme exposto anteriormente, é o valor do singular como instância de produção do conhecimento, visto que o sujeito é considerado a via principal para o acesso do pesquisador à complexidade dos processos psicológicos.

Nesse sentido, os sujeitos de uma pesquisa devem ser escolhidos dentre os indivíduos que tenham participação mais significativa e diferenciada em relação ao problema investigado. Sendo o número ideal de sujeitos pautado por critérios a serem definidos e redefinidos no curso da investigação, em função das demandas qualitativas que se apresentem (REY, 2002, 2005a).

Os critérios inicialmente propostos para a seleção dos mesários voluntários que fariam parte desta pesquisa consistiam em formar 07 (sete) grupos com 03 (três) componentes, que se diferenciavam pelas razões/motivos relacionados à participação voluntária desses mesários, da seguinte forma:

- Dentre os mesários voluntários que já participaram de eleições anteriores¹³: 1º grupo – 03 (três) mesários que a princípio não queriam exercer a função, mas foram convocados pela Justiça Eleitoral, e que, após a experiência, se tornaram voluntários; 2º grupo – 03 (três) mesários que relacionaram a atuação somente aos benefícios pessoais obtidos; 3º grupo - 03 (três) mesários que relacionaram a atuação a motivos de ordem social; 4º grupo - 03 (três) mesários que caracterizaram a atuação em relação aos dois tipos de motivação.
- Dentre os mesários voluntários que participariam pela primeira vez¹⁴: 5º grupo - 03 (três) mesários que indicaram como motivos da participação a obtenção de benefícios particulares; 6º grupo - 03 (três) mesários que indicaram motivos de cunho social; 7º grupo - 03 (três) mesários que indicaram motivos das duas naturezas.

¹³ Informações provenientes das entrevistas realizadas em 2007, referentes à pesquisa sobre representação social da atuação do mesário (VERVLOET, 2008).

¹⁴ Informações obtidas por meio de análise dos Formulários de Cadastramento de Mesários Voluntários (ANEXO II), preenchidos no Cartório Eleitoral da 55ª Zona/ES.

Entretanto, devido à grande dificuldade em reunir o número planejado de participantes, face aos obstáculos com as quais nos deparamos nos momentos iniciais da parte empírica desta pesquisa (falta de interesse no tema e/ou falta de tempo disponível para tomar parte na pesquisa), participaram deste estudo 11 (onze) sujeitos, caracterizados, de maneira geral, nas tabelas que se seguem.

TABELA 1 – MOTIVOS ALEGADOS PARA A PARTICIPAÇÃO COMO MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Motivos	Frequência Absoluta	%
Aprendizado/aquisição de novos conhecimentos	07	26.0
Obter direito a folgas no serviço	05	18.5
Dever de todo cidadão	04	14.8
Oportunidade de conhecer pessoas/interagir	04	14.8
Ajudar/colaborar de alguma forma	03	11.1
Rever velhos amigos	02	7.4
Participar de algo diferente/sair da rotina	01	3.7
Receber declaração de participação que possa lhe ser útil	01	3.7

Na Tabela 1, são elencados os motivos que, segundo declaração dos mesários participantes desta pesquisa, serviram de estímulo para sua participação voluntária nas eleições, os quais, conforme se pode observar, são bastante diversos. Ressalta-se que a maior parte dos sujeitos alegou mais de uma motivação para sua participação, combinando motivos altruístas (de ordem social) a motivos egoístas (que visam à obtenção de benefício particular).

A partir dos dados relacionados ao gênero dos participantes (Tabela 2), percebe-se que o número de homens participantes da pesquisa é quase 200% maior do que o número de mulheres. Entretanto, registra-se que dos 82 (oitenta e dois) mesários selecionados e contatados inicialmente 50% eram mulheres. Ou seja, mais mulheres recusaram-se a participar, não sendo possível afirmarmos categoricamente as razões exatas desse fato. Porém cumpre-nos relatar que, durante o primeiro momento da pesquisa (criação do cenário), foi possível perceber a completa falta de tempo livre na vida de algumas dessas mulheres,

provavelmente em decorrência de todo um processo histórico e cultural, que não cabe aqui discutir, mas que ainda impõe à mulher a maior parte das responsabilidades relativas ao lar e aos filhos. Como ratificado em estudo realizado por Spindola (2000, p. 358):

[...] a dificuldade em conciliar os diversos papéis assumidos pela mulher que, na esfera privada, já é sobrecarregada com seus afazeres, com a rotina doméstica que absorve o seu cotidiano, porque tudo o que ocorre na casa requer sua atenção, sua participação direta, seu envolvimento. E, na esfera pública, assume como os demais trabalhadores, suas atribuições de rotina [...].

TABELA 2 – SEXO DOS MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS PARTICIPANTES

Sexo	Frequência Absoluta	%
Feminino	03	27.3
Masculino	08	72.7

De acordo com a Tabela 3, pode-se constatar que a escolaridade apresentada por maior parte do grupo corresponde ao 2º grau do ensino médio ou técnico. No entanto, ao somarmos os participantes pós-graduados aos que possuem curso superior, alcança-se o mesmo quantitativo de representantes. Vale lembrar que os eleitores-mesários são escolhidos dentre os mais “capacitados” do LV onde irão atuar, optando-se pelos que possuem maior grau de instrução ou mais tempo de experiência na função, como é o caso do mesário selecionado que estudou somente até o 1º grau do ensino fundamental.

TABELA 3 – GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PARTICIPANTES

Escolaridade	Frequência Absoluta	%
2º grau/técnico	05	45.5
Superior	03	27.3
Pós-Graduação	02	18.2
1º grau	01	9.0

Nota-se, ainda, que os dados elencados demonstram o quanto é baixa a média de escolaridade dos eleitores residentes nos bairros da 55ª Zona Eleitoral, levando-nos a realizar um breve levantamento dos dados relativos à escolaridade dos 1.600 (mil e seiscentos) mesários

nomeados para as eleições do ano de 2008, oportunidade em que pôde-se constatar que 476 (quatrocentos e setenta e seis) deles possuem apenas o 1º grau, enquanto somente 384 (trezentos e oitenta e quatro) mesários possuem formação superior.

Quanto à ocupação dos participantes, verifica-se que apenas um é exclusivamente estudante, sendo que todos os demais, inclusive os já aposentados, exercem atividades laborais (Tabela 4).

TABELA 4 – OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS PARTICIPANTES

Ocupação	Frequência Absoluta	%
Servidores Públicos	04	36.4
Trabalhadores de Organizações Privadas	04	36.4
Aposentados, atuando como profissionais autônomos	02	18.2
Estudante	01	9.0

Observa-se, a seguir (Tabela 5), que a maior parte dos sujeitos desta pesquisa possui entre 29 e 39 anos, correspondendo a 36,4% do total de participantes. Todavia, percebe-se um grupo bastante heterogêneo quanto à idade, considerando que abrange uma quantidade representativa de participantes em todas as faixas etárias compreendidas entre 18 e 61 anos.

TABELA 5 – FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES

Faixa Etária	Frequência Absoluta	%
18 – 28	02	18.2
29 – 39	04	36.4
40 – 50	02	18.2
51 - 61	03	27.2

Em relação ao estado civil, nota-se na Tabela 6, que o número de participantes casados alcança 63.6% do total, superando a soma dos outros dois grupos, solteiros e separados. Como dado complementar, verifica-se que 07 dos participantes, ou seja, 63.6% do total, possuem filhos.

TABELA 6 – ESTADO CIVIL DOS PARTICIPANTES

Estado Civil	Frequência Absoluta	%
Casado(a)	07	63.6
Separado(a)/divorciado(a)	02	18.2
Solteiro(a)	02	18.2

3.3 O cenário da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no município de Vila Velha/ES - área de jurisdição do Cartório Eleitoral da 55ª Zona, onde esta pesquisadora trabalha como servidora pública desde dezembro de 1995 e, a cada eleição, convive com o problema estudado, estando inserida e envolvida no contexto onde a pesquisa foi desenvolvida há 13 anos.

Como servidora do TRE/ES, pôde perceber o quanto o “Projeto Mesário Voluntário”, não obstante sua relevância para a Justiça Eleitoral, possui graves limitações, para as quais não visualiza solução sem a inserção de novos mecanismos. Fato esse que pode ser considerado como um dos principais motivos que levaram-na a se candidatar, em 2006, ao curso de mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Durante o ano de 2007, como mestranda, foi possível realizar um estudo sobre a representação social dos mesários voluntários e convocados, conforme descrito no capítulo destinado à introdução desta pesquisa, o qual possibilitou-lhe uma maior aproximação com o tema e um contato mais próximo com os 113 mesários entrevistados naquela ocasião. Entretanto, tal estudo não foi capaz de caracterizar percepções comuns que explicassem os comportamentos inadequados, sugerindo a necessidade de uma reflexão mais específica, acerca dos sentidos subjetivos que esses indivíduos imputam à sua participação como mesários, dando início a esta pesquisa.

A fim de possibilitar a realização do primeiro momento empírico deste estudo, iniciou-se em 15 de julho de 2008, por meio da realização de ligações telefônicas, os primeiros contatos com os possíveis sujeitos da pesquisa. Nessa oportunidade explicou-se, sucintamente, os objetivos pretendidos e tentou-se agendar um horário para conversar pessoalmente com cada um dos mesários selecionados.

Esses primeiros contatos já evidenciaram alguns obstáculos à realização da parte empírica deste estudo: falta de interesse no tema pesquisado e/ou falta de tempo disponível para participar. Das 82 (oitenta e duas) pessoas contatadas, 35 (trinta e cinco) não demonstraram qualquer interesse em sequer conhecer a pesquisa. Quando percebeu-se que é bastante difícil encontrar pessoas que demonstrem boa vontade em participar de uma pesquisa como esta, que demanda certo envolvimento e disponibilidade, pois a maioria dos que não aceitaram participar ou que não quiseram conhecer a proposta da pesquisadora, alegaram total falta de tempo para assumirem qualquer compromisso, além dos que já têm no dia-a-dia.

Cabe relatar que, dentre os que se recusaram, houve ainda aqueles que questionaram o que receberiam em troca de sua participação, pois, mesmo tendo-lhes explicado os motivos da pesquisa e sua completa desvinculação às atividades da Justiça Eleitoral, tais mesários acreditavam ter direito a “dias de folga” como compensação pelo tempo despendido nos encontros.

Assim sendo, a pesquisa chegou a ser efetivamente apresentada para 47 (quarenta e sete) mesários, dos quais 11 (onze) aceitaram e 36 (trinta e seis) recusaram-se a fazer parte.

Sobre a apresentação da pesquisa aos possíveis sujeitos, cumpre-nos esclarecer que foi tratada como momento de fundamental importância para seu desenvolvimento, caracterizado, como recomenda Rey (2005a, p. 84), pela “[...] criação de um clima de comunicação e de participação que facilite o envolvimento por parte das pessoas [...]”.

Segundo o autor, o cenário de pesquisa constitui o primeiro momento da pesquisa e é estabelecido no primeiro encontro com o grupo ou indivíduo, que deverão ser convertidos, respectivamente, conforme o problema que se propõe estudar, em grupo ou sujeito de pesquisa. Constitui a apresentação da pesquisa, devendo ocorrer numa atmosfera que facilite o envolvimento, a discussão e a reflexão das pessoas. Pois, como alerta Rey (2005a, 2005b), uma pessoa só é capaz de expressar toda sua riqueza e complexidade quando inserida em um

espaço que a envolva subjetivamente, que seja capaz de implicá-la, através da produção de sentidos subjetivos. Portanto:

[...] é precisamente no processo de criação de tal cenário que as pessoas tomarão a decisão de participar da pesquisa, e o pesquisador ganhará a confiança e se familiarizará com os participantes e com o contexto em que vai desenvolver a pesquisa (REY, 2005a, p.83).

Assim, optou-se por apresentá-la da forma menos formal possível, despida de qualquer relação com nossa função dentro da Justiça Eleitoral, sob pena de bloquear a manifestação subjetiva dos sujeitos ou levá-los a se exprimir de forma parcial ou convencional, a fim de sentirem-se aprovados e reforçarem sua qualidade de “parceiros da Justiça Eleitoral”. Dessa forma, não deixou-se de mencionar a relação da pesquisadora com o órgão, mas evidenciou-se que sua ação naquele momento estava vinculada, exclusivamente, à atividade estudantil e à sua afinidade com o tema.

Assim sendo, os sujeitos foram individualmente apresentados à pesquisa, em razão das restrições de horário dos próprios sujeitos, impedindo a apresentação grupal. Nesse momento de criação do cenário a pesquisa foi cuidadosamente detalhada, de modo a compreenderem que sua finalidade era a busca de conhecimentos a respeito de um tema pouco estudado no âmbito acadêmico, consistindo-se em uma investigação científica e não em uma averiguação da Justiça Eleitoral. Apresentou-se, ainda, um cronograma, prevendo as possíveis datas de realização dos encontros e a duração estimada, provendo-lhes de todas as informações requeridas e destacando a importância do acesso às experiências e percepções de cada participante como via única para a compreensão do tema, de forma a criar um clima de diálogo e cumplicidade, bem como oferecer-lhes um ambiente que incentivasse a manifestação de sentidos subjetivos acerca da sua participação como mesário voluntário. Aos que aceitaram participar, foi solicitado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE III) e o preenchimento do questionário “diagnóstico” (APÊNDICE IV).

3.4 Procedimentos e instrumentos para obtenção dos dados

Como dito anteriormente, um dos princípios gerais da Epistemologia Qualitativa consiste em compreender a pesquisa como um processo de comunicação, dialógico, em que o investigador, valendo-se de instrumentos que facilitem a expressão subjetiva dos sujeitos investigados, mantém com estes um relacionamento sincero e aberto (REY, 2002, 2003, 2005a).

Cumpra esclarecer, que dentro dessa perspectiva instrumento é “[...] toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa” (REY, 2005a, p. 42). Por conseguinte, os instrumentos funcionam como ferramentas interativas, na medida em que envolvem o sujeito, provocando a manifestação de seus sentidos subjetivos. Acrescenta-se a isto que:

De modo geral, instrumentos diferentes permitem descentrar o sujeito dos sentidos subjetivos manifestados diante de cada instrumento, oferecendo opções de novos momentos de produção de sentido que incentivam o desenvolvimento de novas informações, em um processo que tende ao infinito [...] (REY, 2005a, p.77).

De acordo com essas concepções, descreve-se, a seguir, os momentos empíricos vivenciados para a obtenção das informações:

1º momento: apresentação individual da pesquisa (criação do cenário), seguida, para aqueles que aceitaram tomar parte, de uma dinâmica conversacional e aplicação de um questionário (APÊNDICE IV), composto por questões abertas, que serviu como um diagnóstico acerca das motivações, necessidades, percepções e interesses em relação às eleições. Visando o envolvimento do sujeito no contexto da pesquisa e o levantamento dos primeiros indicadores de sentidos subjetivos produzidos por cada participante.

2º momento: proposta de construção de frases (APÊNDICE V), seguida de conversação individual.

3º momento: conversação grupal, buscando gerar um debate que possibilitasse aos sujeitos, de forma interativa, expressar e/ou demonstrar sentimentos, concepções, representações, simbologias e emoções presentes em situações já vivenciadas e que tivessem alguma relação, direta ou indireta, com o tema pesquisado.

4º momento: observação dos sujeitos durante os treinamentos, procurando interpretar, inter-relacionar e confrontar as informações obtidas nos momentos anteriores, diante das manifestações e comportamentos dos participantes, bem como debater os problemas acarretados por ações inadequadas dos mesários nas eleições, estimulando a reflexão conjunta.

5º momento: observação dos sujeitos nas eleições, buscando, da mesma forma que no 4º momento, interpretar, relacionar e confrontar informações obtidas anteriormente com as ações e comportamentos concretizados durante os trabalhos das seções de votação. Durante esses momentos, solicitou-se aos sujeitos que fosse elaborada uma redação: “Eu nas eleições 2008”,

que deveria ser redigida logo após se envolverem efetivamente com os trabalhos eleitorais, acreditando, tal como sugere Rey (2005a), ser uma ocasião especialmente favorável à manifestação de sentidos subjetivos relacionados à essa participação.

6º momento: análise dos documentos provenientes das seções e locais de votação, tais como: atas de eleição; relatório de prepostos; questionário enviado pela Justiça Eleitoral para os mesários; relatório de atividades dos técnicos de urna; formulários para registro de reclamações recebidas durante as eleições, dentre outros documentos especificamente relacionados às situações envolvendo os participantes da pesquisa. A fim de conhecer os erros, comportamentos inadequados e problemas ocorridos durante os dois turnos das eleições de 2008.

Ressalta-se que todas as observações realizadas e imprevistos ocorridos foram devidamente registrados em um diário de campo, contribuindo sobremaneira para a construção do conhecimento emergente desta pesquisa. Ainda, que os instrumentos indicados foram combinados de forma a possibilitar o avanço na reflexão acerca do nosso objetivo de estudo, posto que, como ensina Rey (2004a, p.169): “Estudar a subjetividade implica dialogar com o sujeito, ter acesso a ele em vários cenários de produção de sentidos, para o qual contribuem os diferentes instrumentos que vamos produzindo ao longo do processo de investigação [...]”.

Um cronograma específico desse período, que ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2008, pode ser encontrado no Apêndice VI.

3.5 Análise e construção da informação

Como indica Rey (2002, 2003, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b), o sentido subjetivo não aparece de forma explícita na expressão dos sujeitos, mas indiretamente, em seus diferentes comportamentos e produções simbólicas. Dessa forma, percebeu-se que as informações ora procuradas não seriam prontamente encontradas, aparentes no âmbito superficial das manifestações dos sujeitos, mas sim no nível interpretativo, implícitas nas mais diversas formas e expressões geradas.

Nesse sentido, Rey (2005a, p. 115), alerta que “O processo de construção da informação representa o momento mais difícil na realização da pesquisa qualitativa [...]”, uma vez que requer do pesquisador uma postura ativa, crítica, reflexiva e criativa, suficientemente capaz de

afastá-lo da lógica indutivo-descritiva, própria da epistemologia positivista e que ainda se faz presente na pesquisa científica. Acrescenta o autor, que o caráter indutivo-descritivo, retira da pesquisa qualitativa sua principal virtude: a competência para desenvolver novos modelos teóricos, com capacidades diferenciadas de gerar significações sobre a realidade estudada.

Assim, o processo de construção da informação não deve estar orientado por uma lógica *a priori*, mas exposto a uma abertura que gira em torno da própria reflexão teórica consciente do investigador, que desenvolve um modelo específico, que vai sendo construído no decorrer da pesquisa e que tem como única referência a continuidade da produção de informações (REY, 2005a).

Modelo este que representa uma síntese, na qual se articulam as representações teóricas, valores e intuições do pesquisador e o momento empírico de seu trabalho, se caracterizando como um processo de construção mental, que vai se desenvolvendo no curso da pesquisa qualitativa. Para que isso fosse possível, procurou-se acessar elementos de sentido e significados que pudessem ser tomados como indicadores de sentidos e agrupados em categorias, por meio das quais as informações obtidas foram sendo organizadas, conforme indica Rey (2005a, p. 138):

As categorias representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de significação teórica portadores de uma certa estabilidade. Sem categorias, a processualidade pode-se desfigurar diante da falta de organização do processo construtivo [...].

No entanto, o autor alerta que, caso o pesquisador opte por fazer uma análise com base em agrupamentos de categorias explícitas *a priori*, considerando o conteúdo explícito das expressões dos sujeitos, suprimirá suas possibilidades de acesso a campos de sentidos complexos, incorrendo nas mesmas limitações da análise de conteúdo, vez que não transcenderá o plano indutivo-descritivo na análise das informações. Assim, os agrupamentos devem ser utilizados para organizar significados que se integrem a outros trechos de informação obtidos e ao contexto de expressão do sujeito.

Nessa esteira, destaca-se como imprescindível o desenvolvimento de hipóteses, mediante a construção de indicadores, que nos permitam visualizar informações ocultas nas expressões dos sujeitos pesquisados. Como indicador, Rey (2005a, p. 145) entende “[...] aqueles elementos que adquirem significado graças à interpretação do pesquisador, isto é, que seu significado não é acessível, de forma direta à experiência [...]”, assim sendo, são levantados

sobre informações implícitas e indiretamente manifestadas pelos sujeitos. Ainda, “[...] não tem valor como elemento isolado e estático, mas como parte de um processo em que funciona em estreita inter-relação com outros indicadores” (REY, 2002, p. 114).

Um indicador é deste modo, um elemento que a partir da interpretação do pesquisador adquire significação. Portanto indicadores são hipóteses, não sendo capazes de gerar conclusões, mas que possibilitam ao pesquisador avançar em suas construções sobre o problema estudado (REY, 2002). Como sintetiza Mendonça (2006, p. 56): “[...] Os indicadores direcionam a continuidade do processo de conhecimento, que se organiza em infinitas encruzilhadas frente as quais o pesquisador se posiciona ativamente”.

Ainda, de acordo com Rey (2005a), o elemento essencial para a definição de um indicador de sentido subjetivo é a emoção expressa pelo sujeito, a qual pode aparecer tanto nas conversações individuais e grupais como em relatos escritos, obtidos a partir de instrumentos do tipo aberto, que favoreçam a livre manifestação dos investigados, permitindo-lhes uma expressão mais significativa.

Coerente com essa perspectiva, Rey (2005a) propõe que as informações obtidas através dos instrumentos aludidos, dentre os quais se encontram os empregados nesta pesquisa (questionário aberto; construção de frases; redação; conversações individuais e grupais), são suscetíveis de múltiplas opções de análise e organização, dependendo-se unicamente do problema e dos propósitos da pesquisa. Entretanto, o autor faz algumas recomendações, que precisam ser necessariamente observadas pelo pesquisador, conforme se seguem:

- Os agrupamentos devem organizar e produzir significados, não ficando restritos apenas ao conteúdo explícito das expressões dos sujeitos, permitindo a construção de hipóteses;
- Podem ser usadas tabelas, comparações e outros recursos para a interpretação dos dados em nível macro, desde que permitam a análise dos elementos da subjetividade social e individual que estejam por de trás e além dos dados concretos;
- Os sujeitos estudados devem ser vistos como produtores de experiência e não como respostas pontuais;
- Os indicadores obtidos através de um instrumento, aplicado a determinado sujeito, devem ser necessariamente relacionados e integrados a outros indicadores, provenientes de diferentes momentos da pesquisa e da expressão de outros sujeitos participantes, permitindo a definição de núcleos de sentido mais amplos;

- Os momentos de informalidade e as situações não previstas que venham a ocorrer durante o processo de pesquisa, também são considerados como fonte de indicadores, pois a partir deles podem emergir informações significativas para a compreensão do problema.
- Um modelo teórico nunca é algo acabado, pois, tal como a subjetividade, está em constante processo de transformação, e ainda admite formas diferenciadas de construção e apresentação, sem que nenhuma delas possa ser considerada mais válida ou correta, pois cada pesquisador conduzirá, organizará e interpretará as informações do modo como julgar mais coerente e adequado aos seus propósitos.

Diante dessas considerações, criamos um fluxograma (Figura 01), com o intuito de representar, de forma sintetizada, o caminho seguido para a organização das informações, análises e construção do conhecimento:

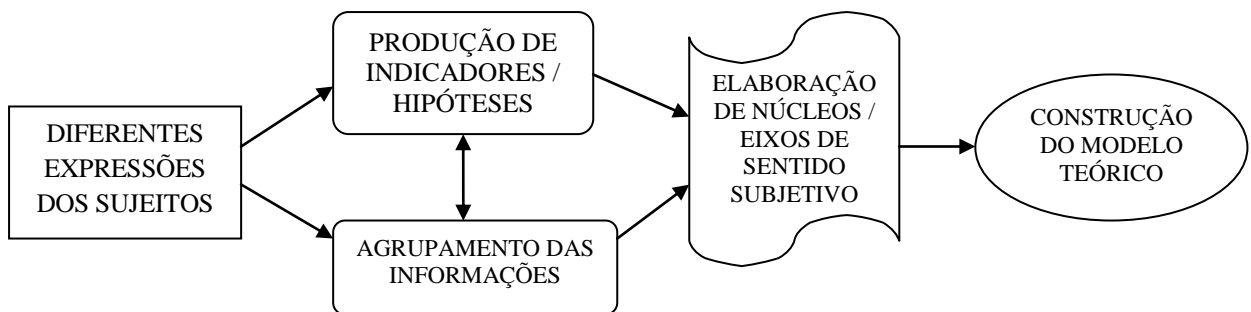


Figura 1 – Fluxo da análise e construção do conhecimento.
 Fonte: Elaborado pela autora, com base em Rey (2002a, 2005a).

Dessa forma, organizando as manifestações dos sujeitos a partir da interpretação de seus significados dentro do contexto de sua produção e não simplesmente por seu conteúdo explícito e relacionando-as aos indicadores/hipóteses levantados em outros momentos empíricos e teóricos da pesquisa, nosso foco foi desenvolver um “modelo teórico” deste estudo, que proporcionasse uma maior compreensão acerca dos múltiplos sentidos subjetivos que a participação voluntária do mesário nas eleições pode assumir nos indivíduos que a vivenciam, bem como os possíveis resultados das ações e reações que tais sentidos podem vir a propiciar no decorrer da efetiva realização das atividades dos mesários pesquisados.

Ressalta-se que, a fim de garantir o anonimato dos participantes, utilizaram-se nomes fictícios durante a análise e discussão das informações para a identificação de cada sujeito pesquisado.

Utilizaram-se, ainda, as seguintes siglas para indicar a partir de qual instrumento os trechos de informação foram obtidos:

QD – Questionário Diagnóstico;

CF – Construção de Frases;

CI – Conversação Individual;

CG – Conversação Grupal;

R – Redação.

Observa-se que, conforme recomenda Rey (2002, 2005a), as informações obtidas durante a parte empírica deste estudo foram advindas de momentos e situações bastante distintos, oferecendo a esta pesquisadora diferentes possibilidades de reflexão e confrontação entre as próprias informações e o modelo teórico que foi sendo construído (e reconstruído) durante a pesquisa, possibilitando, ainda, uma melhor compreensão a respeito dos sujeitos pesquisados.

Assim, como nos lembra Freitas (2005, p. 24), o maior desafio do pesquisador consiste então “[...] em acurar o olhar investigativo, a sensibilidade no relacionamento com os participantes, de modo a construir um vínculo de confiança e conseguir reorientar para além do aparente: refletir, questionar, (re) interpretar e perceber as sutilezas em cada caso e momento”.

4 CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

A partir desse momento passa-se à análise e à discussão das informações obtidas em meio aos diferentes momentos ocorridos, situações vivenciadas e instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa. Informações essas alcançadas a partir de relatos verbais e textos escritos pelos participantes, conversações individuais e grupais e observações *in loco* realizadas.

A cada novo encontro, novas informações e novos indicadores surgiam, retificando ou ratificando hipóteses anteriores, emergindo elementos que provocavam a constante reflexão, algumas vezes confundindo, outras vezes esclarecendo idéias à respeito do problema de pesquisa. Assim, esperando termos sido capazes de apreender indicadores de sentidos subjetivos verdadeiramente significativos para a compreensão do problema, desenvolveu-se neste tópico uma discussão sobre os resultados à luz da Teoria Histórico-Cultural da Subjetividade.

Para tanto, este capítulo é composto por seis tópicos. O primeiro se propõe a avaliar os mecanismos mais utilizados pela Justiça Eleitoral para promover a participação voluntária. No segundo apresenta-se e discute-se os fatores capazes de facilitar e incentivar a participação voluntária dos mesários nas eleições, bem como os fatores que acabam por inibir tal forma de participação. O terceiro tópico contempla as representações sociais dos participantes acerca do papel desempenhado pelo mesário no processo eleitoral brasileiro e estabelece uma reflexão em confronto aos resultados obtidos na pesquisa realizada em 2007. A quarta parte é destinada à análise dos indicadores de sentidos subjetivos que a participação no processo eleitoral demonstra assumir para os participantes desta pesquisa, possibilitando a identificação de sentidos subjetivos específicos para cada um deles. Na quinta parte os sentidos subjetivos são agrupados em núcleos de sentidos mais amplos e promove-se uma análise comparativa abrangendo sentidos subjetivos apreendidos em pesquisas anteriores. A sexta e última parte reserva-se a articulação entre os núcleos de sentido subjetivo apurados, as representações, o referencial teórico desta pesquisa e, ainda, os resultados alcançados pelas seções onde os participantes atuaram, no que se refere à ocorrência ou não de problemas e/ou de ações inadequadas por parte destes mesários, buscando subsidiar melhorias na gestão do processo de votação.

4.1 Os mecanismos de promoção da participação voluntária

A avaliação dos mecanismos mais utilizados pela Justiça Eleitoral capixaba para promover e intermediar o cadastramento de novos mesários voluntários aqui proposta, baseia-se nas experiências vivenciadas e relatadas pelos participantes da pesquisa e inclui ponderações advindas desta pesquisadora, a qual não poderia se omitir enquanto também parte do processo eleitoral, considerando que, como já fora citado, exerce atividade laboral perante a Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, esclarecemos que a participação de voluntários no processo eleitoral vem sendo mediada, basicamente, pelos quatro mecanismos detalhados abaixo:

1. Convite pessoal, durante o atendimento rotineiro dos eleitores no cartório eleitoral, quando o servidor ou estagiário responsável pelo atendimento convida o eleitor a tornar-se um mesário voluntário, expondo-lhe as “vantagens” e atribuições inerentes à função, após o que, solicita o preenchimento de um cadastro (ANEXO II);
2. Site do TRE/ES (www.tre-es.gov.br), que possui um espaço destinado ao cadastro dos eleitores interessados em voluntariarem-se para atuar como mesário;
3. Cartazes da campanha (ANEXO IV), enviados pelo TRE/ES aos cartórios eleitorais nos meses que antecederam o pleito, sendo afixados em escolas, órgãos públicos e pontos comerciais do município;
4. *Folders* da campanha (ANEXO III), enviados pelo TRE/ES aos cartórios eleitorais nos meses que antecedem o pleito e, também, distribuídos nos bairros abrangidos pela respectiva Zona Eleitoral.

Dessa forma, valendo-se da conversação grupal realizada (terceiro momento da pesquisa), solicitou-se a cada participante presente que relatasse o meio através do qual teve conhecimento do projeto e cadastrou-se como mesário voluntário, bem como suas opiniões a respeito dele. Oportunidade em que ouviu-se diversos relatos e críticas, os quais são parcialmente transcritos, na medida em que discute-se cada mecanismo.

Foram seis os mesários que se voluntariaram acolhendo o convite de servidor ou estagiário do cartório, ou seja, no momento em que estavam solicitando alguma alteração ou inclusão no cadastro eleitoral, destes, todos se disseram satisfeitos com a forma como foram abordados e com as informações recebidas. Um deles, inclusive, relatou:

“Nem pensava em ser mesário, mas a moça acabou me convencendo quando me mostrou a situação das seções do meu bairro, quase todas vazias, então eu resolvi ajudar (...), se ninguém quiser ajudar, como é que vai ter eleições” (RICARDO - CG)

Todavia, vale destacar que a participante Fabrícia, que se inscreveu como mesária através deste mecanismo, apesar de também manifestar-se satisfeita durante a conversação grupal, fez uma declaração durante o primeiro turno das eleições, indicando que não fora devidamente orientada quanto às atividades a serem desempenhadas pelos mesários, conforme se observa:

“Quando aceitei ser mesária não imaginei que seria isso, não gosto de tumulto, de muita gente falando ao mesmo tempo, (...). Tem também esse negócio de escrever a ata, não vai dar certo não, (...) minha letra não é boa” (FABRÍCIA - CI).

Diante disso, ficou acordado que seria útil se as informações rotineiramente prestadas fossem também registradas em uma espécie de “lista”, entregue ao voluntário durante seu atendimento. A referida lista contemplaria todas as informações necessárias acerca das atividades, bem como números dos telefones do cartório eleitoral, e-mails e site do TRE/ES, para o caso de dúvidas. Podendo, tal “lista”, servir, inclusive, como uma espécie de roteiro para o atendente do cartório, facilitando e padronizando a realização desta atividade, garantindo, ainda, que todas as informações importantes sejam repassadas aos candidatos.

Seguindo nossa discussão, três participantes relataram terem feito seus cadastros através da internet, por meio do site do TRE/ES. Destes, dois afirmaram ter enfrentado dificuldades para localizar o formulário, uma vez que não está facilmente visível na página inicial do referido site, conforme se observa nos trechos que se seguem:

“Quando fui me inscrever para ser mesário quase desisti, foi muito difícil achar o local de cadastro no site do TRE, perdi um tempão procurando (...). Só consegui porque queria muito!” (BIANCA – CG)

“Desta vez, também fiz minha inscrição pela internet e tive bastante dificuldade (...), muitos devem acabar desistindo mesmo (...), precisam dar mais destaque a essa parte do site.” (CARLOS – CG)

Já o terceiro participante, que também se inscreveu por meio dessa ferramenta, relatou-nos que não teve dificuldade para encontrar o formulário para cadastro, pois o fez com a ajuda de um colega de trabalho que já havia se cadastrado desta forma. Entretanto, diz ter estranhado o

fato de não haver esclarecimentos sobre a função, fato que o levou a fazer pesquisas em sites de Tribunais Regionais Eleitorais de outros Estados, obtendo assim as informações que necessitava para sentir-se mais seguro de sua ação, conforme demonstra o depoimento abaixo transcrito:

“Nisso (em encontrar o local para cadastro) não senti dificuldade, mesmo porque fiz minha inscrição incentivado por um colega de trabalho que já era voluntário e sabia onde estava no site. Estranhei mesmo foi que no ícone ‘informações’ não tinha nada, procurei em outros ícones mas não achei nada sobre o que era, afinal, ser mesário (...), quando achei (em sites de outros TREs) aí fiquei mais tranqüilo (...).” (GUSTAVO – CG)

Assim sendo, pôde-se apreender que faz-se imperiosa uma revisão no campo do site do TRE/ES destinado ao “projeto mesário-voluntário”, tanto no que diz respeito à sua “localização”, que carece de maior destaque, quanto ao conteúdo das informações que precisam ser incluídas, preferencialmente, de forma detalhada. A partir do debate gerado em torno do tema, reuniram-se as sugestões elencadas abaixo, que foram eleitas pelos participantes como sendo as mais importantes, dotando os candidatos dos principais conhecimentos acerca do processo eleitoral:

- Descrição das atribuições inerentes a cada função e a todos os componentes da seção;
- Orientações acerca dos direitos e deveres dos mesários;
- Explicações sobre o que a Justiça Eleitoral espera dos candidatos ao cargo, bem como quais habilidades, características e/ou competências básicas;
- Orientações sobre os crimes eleitorais que podem ocorrer numa seção e respectivas penalidades;
- Apresentação de fotos e/ou filmes abordando o funcionamento real de uma seção;
- Apresentação de depoimentos de mesários voluntários acerca das dificuldades e problemas mais comuns que já enfrentaram durante a realização de uma votação.

Acrescenta-se que o formulário para cadastramento disponível no referido site é extremamente sintético, não incluindo perguntas que permitam uma análise qualitativa das motivações, interesses e habilidades dos voluntários, as quais poderiam gerar informações capazes de dotar os cartórios eleitorais de um conhecimento mais aprofundado sobre os candidatos a mesário, de forma a auxiliá-los na designação da função que cada um poderia melhor desempenhar na mesa receptora.

Além disso, acredita-se que um formulário mais extenso e detalhado, provavelmente, desestimularia seu preenchimento por terceiros interessados em fazer uma “brincadeira” ou mesmo em causar aborrecimentos à outra pessoa; situação que vem se tornando habitual e que provoca transtornos no desenvolvimento das atividades dos cartórios relacionadas à nomeação dos mesários voluntários e composição das seções.

Quanto ao terceiro mecanismo em exame, o cartaz da campanha confeccionado pelo TRE/ES, dois participantes desta pesquisa declararam que no mesmo ano do pleito, ou seja, durante o ano de 2008, tentaram fazer suas inscrições através do telefone número 148, indicado no citado mecanismo, entretanto, o número referia-se a serviço de atendimento eletrônico do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN-ES). Assim, não sendo possível realizar suas inscrições através do telefone apontado e considerando que ambos os voluntários não possuíam microcomputadores para acesso ao site (também indicado no cartaz), um deles relatou que efetuou sua inscrição através do telefone do cartório eleitoral, obtido na lista telefônica do município, enquanto o outro voluntário procurou diretamente o cartório e inscreveu-se pessoalmente.

Diante disso, pode-se imaginar quantos candidatos a mesário voluntário devem ter deixado de cadastrar-se diante desse grave equívoco, que, provavelmente, passou despercebido pelos responsáveis pela confecção dos cartazes do ano de 2008. Além do que, conforme lembrado pelo participante Lourenço, tal erro transmite uma impressão de desorganização e pouca importância em relação ao projeto, como demonstra o trecho a seguir:

“Na hora que ouvi DETRAN não acreditei, até tentei de novo, achei que eu é que tinha errado o número (...), me senti meio idiota, pensei assim: Se eles botam uma informação errada ali é porque não dão a menor importância para isso (para a participação voluntária nas eleições), é tipo ‘só para inglês ver’, mas depois, quando procurei o cartório, fui bem atendido e depois me chamaram para trabalhar, vi que foi um erro mesmo, mas que, cá entre nós, não podia acontecer de jeito nenhum!” (LOURENÇO - CG).

Sobre os *folders* da campanha, verificou-se que sua utilização na área da 55ª Zona/ES, da forma como vem ocorrendo, não gera qualquer benefício para o voluntário, visto que, após preenchido, deve ser entregue no cartório eleitoral, ou seja, não resguarda o candidato de ter que deslocar-se para o local onde está situado o cartório de sua respectiva Zona. Pôde-se

verificar ainda, que nenhum participante desta pesquisa valeu-se da utilização desse instrumento para conhecer ou cadastrar-se como voluntário no projeto.

4.2 Fatores que facilitam e inibem a participação voluntária no processo eleitoral

A partir desse momento, apresenta-se e discute-se os fatores capazes de facilitar e incentivar a participação voluntária dos mesários nas eleições, bem como aqueles que a inibem. Cabe ressaltar, que alguns dos fatores aventados podem desencadear resultados opostos, o que se deve, como explica a Teoria da Subjetividade de Rey, à maneira particular como os indivíduos apreendem a realidade e significam suas experiências, concretizando, assim, rotas singulares de produção de sentidos subjetivos.

Merece destaque a desconfiança que grande parcela da população sente em relação à classe política, incentivada e disseminada ao longo de uma trajetória histórica, em que figura um poder público constantemente abalado por escândalos e baseado no uso de artimanhas e em práticas de favorecimento enraizadas na nossa cultura até os dias de hoje e compartilhadas por seus atores políticos. Obstacularizando, como demonstram os diversos estudos mencionados no item 2.3 desta pesquisa, o desenvolvimento moral da democracia brasileira.

Nesse sentido, percebe-se que a “desconfiança na política” é geral entre os participantes da pesquisa, entretanto pode configurar-se em um fator capaz tanto de inibir, quanto de estimular à participação de voluntários no processo eleitoral. Na concepção dos participantes Gustavo e Fabrícia, por exemplo, não há nada que se possa fazer para mudar a situação política, pois consideram que todos os candidatos são “*farinha do mesmo saco*”.

Já para outros, como Tereza, Lourenço e Marcelo, a “desconfiança na política” parece funcionar como um impulso à participação, tanto como mesário quanto em outras ações, como propõe Marcelo:

“Quando tomamos à frente e participamos efetivamente da construção social, nos envolvendo em projetos sérios, sem ficar naquela de esperar que ‘outros’ façam porque têm mais obrigação ou porque são pagos para isso, enxergamos que as coisas podem realmente melhorar, além de acontecerem com mais transparência” (CI). Cabe registrar, que foi percebida em distintas manifestações, a imensa preocupação desse grupo de voluntários que,

mesmo depositando esperanças nas eleições, como fonte geradora de mudanças sociais, ressalta a imensa dificuldade enfrentada pelos brasileiros na escolha de “*um bom candidato*”, o que gera certa tensão entre o valor que atribuem ao voto e a difícil tarefa de “*escolher bem*”, como se pôde apreender no depoimento de Tereza a seguir transcrito:

“Penso na dificuldade em se escolher um bom candidato, acredito na ‘força do voto’, reconheço a importância de se escolher bem, é uma decisão que não pode ser errada (...). Mas, diante de tanta decepção, vem a questão: Qual o melhor candidato?” (QD). O fator discutido que, sem dúvida, parece ter maior capacidade para estimular a participação voluntária no processo eleitoral são as “folgas”, garantidas como direito através do art. 98, da Lei 9.504/97, e do art. 1º, da Resolução TSE 22.747/2008, que dispõe (BRASIL, 2008, p. 365):

Art. 1º. Os eleitores nomeados para compor mesas receptoras ou juntas eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.

[...]

§ 2º. A expressão dias de convocação abrange quaisquer eventos que a Justiça Eleitoral repute necessários a realização do pleito, inclusive as hipóteses de treinamentos e de preparação ou montagem de locais de votação.

[...]

Contudo, ressalta-se que sua avaliação positiva não foi unânime, pois não desperta interesse nos voluntários que não estão inseridos no mercado de trabalho, como a participante Fabrícia, ou naqueles que não podem gozar as folgas em decorrência de sua atividade profissional, como Lourenço, que é Técnico de Manutenção em um hospital público e declarou:

“Não tiro folga, já estamos com a equipe muito reduzida (...), minha folga pode custar muitas lágrimas” (CG).

Nesse sentido, fora sugerido por Gustavo e avalizado pela maior parte dos participantes, que se institua um pagamento pecuniário aos mesários, como retribuição pelo serviço prestado à Justiça Eleitoral, o que geraria a economia dos valores gastos na captação e convocação dos voluntários, quais sejam: impressão e envio de correspondências, telefonemas e confecção de cartazes/folders da campanha, como se transcreve abaixo:

“Acredito que se pagassem cinqüenta contos ia ter fila de gente interessada na porta dos cartórios (...). Não me parece ser um valor elevado diante do que se deve gastar para conseguir o número de voluntários suficiente” (CG).

Como fator de incentivo, foi, ainda, recomendado que houvesse uma maior aproximação da Justiça Eleitoral com a população, por meio da realização de palestras e propagandas, enfatizando o valor da atuação dos mesários nas eleições e da participação política consciente, mesmo, e principalmente, em anos não eleitorais, quando, segundo Bianca, “(...) *ninguém mais ouve nem falar em Justiça Eleitoral*” (CG).

Um fator inibidor da participação voluntária, que recebeu bastante destaque durante a discussão, foi a presença de mesários desinteressados e pouco cooperativos, que acabam desmotivando os outros componentes do grupo e prejudicando o andamento dos trabalhos, desestimulando os voluntários mais dedicados a continuarem atuando naquela seção.

Quanto à situação exposta, pode-se assegurar, como servidora do cartório eleitoral, que é comum o contato de mesários solicitando sua transferência de seção ou até mesmo seu desligamento do projeto, devido a má atuação de outro membro do grupo. Diante dessas reclamações, procura-se averiguar a veracidade dos protestos junto aos demais mesários da seção e, quando procedentes, providencia-se a substituição do voluntário que não demonstra a boa-vontade requerida pela função.

Diante disso, os participantes Osvaldo e Carlos sugeriram que os mesários voluntários passem por um rígido processo de seleção, da forma como, respectivamente, transcreve-se abaixo:

“Seria interessante que o TRE fizesse uma seleção mais rigorosa desses mesários, porque a gente vê muita gente assim, que não tem consciência né, só quer bater papo com os outros, se divertir, parece que nem está preocupado com o trabalho” (CG).

“Mas para resolver mesmo, tinha que ser uma seleção realizada por uma empresa especializada mesmo, que o TRE contratasse só para fazer isso, porque, pela minha experiência no serviço público, não acredito que os cartórios dariam conta, (...). Serviço público é assim em todo lugar, sobra trabalho e falta gente pra fazer” (CG).

Outro fator inibidor apontado pelos participantes Joel e Carlos, ambos mesários há mais de cinco pleitos, foi a exigência de participar do mesmo treinamento dado aos mesários iniciantes, o que caracterizaram como “monótono e desnecessário”, ainda, como “mera repetição que nada acrescenta”. Todavia, de acordo com a visão de Ismael, mesário mais antigo do grupo, com a qual concordaram os demais participantes da pesquisa, inclusive esta pesquisadora, o treinamento sempre traz novidades, no que se refere a alterações legais e

atribuições dos membros, servindo ainda como um espaço para a troca de experiências entre mesários de escolas diferentes, como se observa na declaração a seguir:

“(...) eleição acontece só de dois em dois anos, então acho importante relembrar todos os procedimentos para evitar dúvidas de última hora” (ISMAEL - CG).

4.3 Representações sociais acerca do papel do mesário nas eleições

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995, p. 89).

Pode-se considerar a representação social como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto, mas ela não é só uma construção do sujeito, é também social, na medida em que há a participação social e cultural desse sujeito que, diariamente se inter-relaciona, troca idéias e opiniões com outros indivíduos, e, dessa interação, surgem conceitos, informações e julgamentos valorativos, advindos das mais variadas fontes e experiências pessoais e/ou grupais, que são criados e recriados nas relações sociais (SÁ, 1996).

Sobre as representações sociais, Rey (2003) nota sua importância na construção do conhecimento acerca da subjetividade, uma vez que representam uma construção socialmente produzida nos espaços sociais que as constituíram, sendo, ao mesmo tempo, constitutivas dos sujeitos individuais que se expressam nesses espaços. Assim, as representações sociais originam sentidos subjetivos que sintetizam o individual e o social, representando complexas sínteses de sentido (PAULA; PALASSI, 2007).

Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Isto permite definir a representação como uma visão funcional do mundo, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo se adaptar e encontrar um lugar nesta realidade (ABRIC, 1998).

Dessa forma, as representações sociais têm conseqüências objetivas e concretas, portanto, conhecer uma representação social apropriada por determinado grupo ou sujeito significa aproximar-se do modo de “ver o mundo” desses indivíduos e dos parâmetros por eles utilizados em sua relação com o objeto representado.

Assim, de acordo com as informações suscitadas durante a pesquisa, pôde-se constatar que a maior parte dos participantes possui uma representação essencialmente positiva da função do mesário nas eleições, compreendendo-a como geradora de benefícios pessoais e sociais, não obstante tenham surgido, por diversas vezes, também acompanhadas por representações de orientação negativa.

Dentre as representações apreendidas, nota-se a presença marcante de concepções apuradas no estudo sobre a representação social da atuação dos mesários, realizado anteriormente por esta pesquisadora e descrito de forma sucinta na parte introdutória desta dissertação. Confirmando a idéia de que as representações sociais, uma vez que calcadas na subjetividade social, permeiam os espaços sociais onde os sujeitos atuam, alimentando e sendo alimentadas pelas subjetividades individuais, bem como reforçando sentimentos delas derivados.

Apresenta-se a seguir, um quadro contendo as representações reveladas, elaborado de forma a possibilitar sua leitura em relação aos sujeitos e à orientação de sentido atribuída a cada uma delas, seja ela positiva ou negativa.

SUJEITO	REPRESENTAÇÕES COM ORIENTAÇÃO POSITIVA (+)	REPRESENTAÇÕES COM ORIENTAÇÃO NEGATIVA (-)
TEREZA	Importante; interessante; gratificante (por poder ajudar pessoas); de grande responsabilidade; prazerosa; obrigação cidadã; gera aprendizado e crescimento pessoal.	Pouco valorizada pela sociedade.
CARLOS	Obrigação cidadã; importante; de grande responsabilidade; prazerosa pela possibilidade de interação; resulta em folgas; possibilita aquisição de conhecimentos.	É antecedida por treinamento repetitivo; falta uma seleção eficiente.
OSVALDO	Importante; gratificante; promove orgulho e aumento da auto-estima; patriotismo.	Falta uma seleção eficiente.
BIANCA	Resulta em folgas; importante; gratificante; gera aprendizado; promove a democracia; agradável; divertido; prazerosa; trabalho em equipe.	Cansativa; depende muito do ambiente da seção (do clima que se estabelece entre seus membros); pouco fiscalizada pela J.E.; falta uma seleção eficiente.
RICARDO	Gera aprendizado; promove orgulho/aumento da auto-estima; gratificante; promove a democracia; importante; obrigação cidadã; propicia novas amizades.	

GUSTAVO	Resulta em folgas; possibilidade de reencontrar amigos; interessante (nas primeiras vezes que exerceu a função); garante a transparência e a legalidade do processo eleitoral; de grande responsabilidade.	Apenas necessária (diante da obrigatoriedade do voto); não gera benefícios sociais; repetitiva e pouco desafiadora; cansativa; sem atrativos além das folgas.
LOURENÇO	Gratificante – por poder ajudar pessoas; obrigação cidadã; prazerosa; gera aprendizado; propicia novas amizades; importante; agradável; possibilidade de reencontrar amigos; promove orgulho/aumento da auto-estima.	
MARCELO	Importante; gratificante – por poder ajudar pessoas; capaz de gerar economia de dinheiro público; resulta em folgas; garante a transparência e a legalidade do processo eleitoral; de grande responsabilidade; possibilita aquisição de conhecimentos.	Não contribui para mudar a conjuntura política.
ISMAEL	Prazerosa, pela possibilidade de interação; gratificante, por poder ajudar pessoas; de grande responsabilidade; possibilita aquisição de conhecimentos.	Pouco reconhecida pela Justiça Eleitoral; não contribui para mudar a conjuntura política
FABRÍCIA	Possibilita aquisição de conhecimentos; resulta em declaração que pode valer título ou pontos em concursos públicos.	Pouco importante; não gera benefícios sociais; tumultuada; desagradável; desgastante.
JOEL	Gera aprendizado; promove orgulho/aumento da auto-estima.	Pouco reconhecida pela Justiça Eleitoral; é antecedida por treinamento repetitivo

Quadro 6 – Representações apresentadas pelos sujeitos, classificadas de acordo com a orientação de sentido.
Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se, que todos os sujeitos participantes, mesmo que de forma distinta, revelaram representações relacionadas às expressões “servir à sociedade”, “papel do cidadão”, “gratificante”, “responsabilidade”, “patriotismo” e “dias de folga”, que, reforçadas pelos termos “participação”, “importante”, “promover a democracia”, “conhecer pessoas”, “aprendizado”, “solidariedade”, “divertido”, “privilégio”, “interessante” e “ponto em concurso”, que compunham o núcleo central e periferias próximas da representação social da atuação do mesário voluntário levantada por Vervloet durante estudo realizado no ano de 2007 (VERVLOET 2008).

Entretanto, saltam aos nossos olhos representações, principalmente com orientação negativa, fortemente diferenciadas das apreendidas em 2007, demonstrando sentimentos, percepções,

juízos e compreensões não evidenciados na pesquisa anterior, conforme destaca-se no quadro abaixo:

REPRESENTAÇÕES QUE FOGEM À ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ATUAÇÃO DO MESÁRIO VOLUNTÁRIO APREENDIDA EM 2007	
(+)	Aumenta a auto-estima; garante a transparência e a legalidade do processo eleitoral.
(-)	Pouco valorizada pela sociedade; é antecedida por treinamento repetitivo; depende muito do ambiente da seção (do clima que se estabelece entre seus membros); apenas necessária (diante da obrigatoriedade do voto); não gera benefícios sociais; pouco desafiadora; não contribui para mudar a conjuntura política; pouco fiscalizada e reconhecida pela Justiça Eleitoral; tumultuada; desagradável; falta um processo seletivo eficiente.

Quadro 7 – Representações que fogem à estrutura da R.S da atuação do mesário voluntário apreendida em 2007. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Vervloet (2008).

Deste modo, como indicam Rey (2002b; 2003); Banchs (2002) e Mendonça (2006), as representações sociais são elementos fortemente presentes na subjetivação de uma experiência, dificultando, inclusive, a transformação social, uma vez que acabam dando sustentação ao *status quo*, contudo nunca ao ponto de sufocar a capacidade geradora e criadora inerente à categoria sujeito.

Vale ressaltar que, como observado anteriormente, as representações sociais construídas através do estudo realizado sobre a atuação dos mesários nas eleições, com base na Teoria das Representações Sociais, não caracterizaram percepções comuns que pudessem explicar os comportamentos inadequados adotados por alguns mesários (VERVLOET, 2008).

Estabelecendo-se uma relação entre tal constatação e as informações descritas neste tópico, verifica-se que as representações “diferenciadas”, especialmente as com orientação negativa, tais como: apenas necessária (diante da obrigatoriedade do voto), não gera benefícios sociais, tumultuada, desagradável e pouco importante, são as que mais têm poder para inibir uma produção subjetiva em favor de atitudes de comprometimento com a qualidade dos serviços prestados pelo voluntário, conforme poderá ser observado em relação aos comportamentos da mesária Fabrícia, uma vez que desvalorizam a participação do mesário e originam sentimentos de insatisfação durante a efetiva atuação.

Verifica-se ainda, a capacidade dessas representações “diferenciadas” em revelar necessidades que não estejam sendo observadas pela organização do projeto de voluntariado

(nesse caso específico, pela Justiça Eleitoral), as quais, embora ainda não sejam percebidas também pela maioria dos voluntários, poderão desmotivar a participação, bem como prejudicar a continuidade do próprio projeto. Dentre tais representações, pode-se citar: pouco valorizada pela sociedade, falta de seleção eficiente, antecedida por treinamento repetitivo, cansativa, muito dependente do clima/ambiente da seção, pouco fiscalizada e valorizada pela Justiça Eleitoral, pouco desafiadora e não contribui para mudar a conjuntura política.

Assim sendo, compreende-se que tais representações “diferenciadas” não puderam ser alcançadas através do estudo da representação social da atuação do mesário voluntário, desenvolvido em 2007, em razão de termos adotado uma metodologia de pesquisa que realçava as concepções manifestadas pela maioria, em detrimento de posições particulares dos sujeitos. O que acaba ratificando o valor indiscutível do singular na concepção de pesquisa ora adotada e para qualquer estudo que se refira às especificidades da atuação humana, na medida em que desvendam e respaldam visões diferenciadas sobre um mesmo objeto socialmente compartilhado.

4.4 Os sentidos subjetivos da participação voluntária no processo eleitoral

As informações obtidas foram muitas e os resultados foram surgindo em meio a um processo dialógico e reflexivo, de (re)interpretação e (re)construção, mediado por esta pesquisadora, que buscou ir além do que era objetivamente demonstrado pelos dados e pelos próprios sujeitos, procurando acessar a dimensão subjetiva das idéias, tal como indica Rey (2002, p.111), visto que:

A fonte das idéias não está só nos dados, mas no confronto entre o curso do pensamento, conduzido por múltiplas vias, e os dados; confronto de onde surgem novas idéias, cuja legitimidade só pode se entender dentro do processo de pensamento em que se originaram, e não por sua correspondência com os dados produzidos no cenário de onde surgiram.

Nesse sentido, julgou-se mais adequada aos nossos propósitos pensarmos a respeito do sentido subjetivo da participação do mesário de forma integrada, no que se refere à análise qualitativa dos instrumentos aplicados, apoiados na proposição de Rey (2002a; 2005a), acerca de sua proposta teórica, epistemológica e metodológica de estudo da subjetividade, de que qualquer instrumento é suscetível de múltiplas opções de análise qualitativa, devendo o pesquisador, entretanto, estar atento para, seja qual for o caminho trilhado, superar o nível

descritivo das informações, utilizando, inclusive, indicadores não explícitos. Em relação aos participantes deste estudo, analisou-se individualmente as informações relativas a cada voluntário, visto percebermos que a experiência ora pesquisada gera e evoca sentidos fortemente diferenciados em cada um deles.

4.4.1 Sentido subjetivo da participação como mesária para Tereza

A participação como mesária para Tereza - Professora, pós-graduada, divorciada, 46 anos - se constitui, primeiramente, como uma “(...) *atividade cidadã de grande importância*” (R), pois significa “*Estar contribuindo para o bom andamento do processo eleitoral*” (CF). Processo que para ela é capaz de produzir amplas mudanças na sociedade, mas que não é devidamente valorizado pelo povo brasileiro que, em geral, pouco se envolve em atividades relacionadas à política. Quanto a isso, ela se mostra descontente, como registra:

“A diretora da minha escola questionou muito porque eu iria trabalhar como mesária, ela achou um absurdo eu me voluntariar. Fiquei até chateada (...), imaginem uma diretora pensando assim (...). O que falta mesmo no nosso país é cultura política, falta consciência de que o processo é importante, a análise dos candidatos é importante, enfim a escolha é importante. Mas não basta ir votar e depois criticar os políticos, temos é que participar mesmo da política, sermos atuantes em questões sociais, nos sentindo também responsáveis pelo bem estar de todos (...). O nosso povo tem ainda muito que crescer em relação a essa consciência!”(CG).

Tereza procura advertir em diversas formas de expressão, o quanto “*O mesário deve ser ético e trabalhar de maneira responsável*” (CF), demonstrando estar consciente de que é através das mãos desse personagem que o processo eleitoral se concretiza, pensamento ratificado, por exemplo, no depoimento dado por ela aos demais mesários participantes desta pesquisa, transcrito parcialmente a seguir:

“O tempo todo sempre me preocupei em estar fazendo tudo corretamente (...), nada gente, nada mesmo pode ser esquecido!” (CG).

Até aqui, podemos notar a importância que Tereza atribui à participação política, assim como ao trabalho do mesário. Mas, para Tereza essa participação voluntária não se restringe a uma

forma de contribuir para que o processo de votação seja conduzido de forma correta e organizada, além disso, Tereza evidencia sua preocupação com o bem-estar das pessoas envolvidas no processo e demonstra grande satisfação por participar das eleições em razão de vê-las como uma oportunidade de relacionar-se com uma multiplicidade de pessoas e por saber que ao menos na seção onde atua todos recebem um tratamento respeitoso, como se pode notar nos trechos abaixo:

“É muito interessante estar com uma variedade grande de pessoas (...). É bom tratar bem as pessoas, com humanidade. O gesto, o sorriso tem um significado grande para todos, seja eleitor, o mesário, o acompanhante...” (R).

“Infelizmente, já vi mesários de outras seções impacientes, tratando mal os eleitores mais simples (...), é o tipo de coisa que aborrece quem leva a sério esse trabalho” (CI).

Ressalta-se que esse contato com diferentes pessoas também é visto pela mesária como uma oportunidade de crescimento e de aprendizado pessoal, o que parece ser para ela o maior dos benefícios obtidos por meio de sua participação nas eleições, conforme relata:

“O contato com os mais diversos tipos de cidadãos, as falas, os gestos, o direito igual de todos, as diferenças no pensamento. Ser mesária é uma experiência muito interessante, que permite um crescimento pessoal, como ser – humano” (QD).

Vale relatar que a seção de votação presidida por Tereza, além de quatro outras, precisou ser transferida de escola no segundo turno de votação devido a falta de espaço no local onde funcionou primeiramente, o que provocou diferentes opiniões por parte dos eleitores, requerendo mais paciência e desenvoltura dos mesários. Quanto a isso, observamos que Tereza não se indispunha com os eleitores mais aborrecidos, pelo contrário, esforçava-se para acalmá-los, explicando os motivos e as vantagens da mudança, enquanto três mesários pertencentes a duas outras seções também transferidas, talvez por serem menos habilidosos no trato com o público, acabaram discutindo com eleitores insatisfeitos e foram alvo de reclamações registradas no cartório eleitoral.

Dessa forma, pode-se perceber, tanto em seu discurso, quanto em suas ações, que a voluntária Tereza se envolve de forma intensa no processo eleitoral, não só por julgá-lo relevante para a sociedade, da qual demonstra ter consciência de que é parte, mas também por enxergá-lo como uma oportunidade de crescimento pessoal, moral e ético.

Assim, os sentidos que aparecem de maneira mais expressiva na confrontação das informações obtidas nos diferentes momentos e instrumentos relacionados à participação desta voluntária no processo eleitoral, podem ser agrupados em quatro eixos de sentidos subjetivos, envolvendo valores e concepções que parecem estar presentes de forma ampla na configuração subjetiva de Tereza, conforme explicitado no Quadro 8, abaixo:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
DEVER CIDADÃO	Ênfase dada, em distintos momentos, à responsabilidade que todo cidadão deveria ter em relação à política e às questões sociais – participando mais ativamente. Indicando que o envolvimento nas eleições é uma obrigação de todos perante a sociedade.
COLABORAR EM ALGO IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE	Atenção e participação demonstradas durante os treinamentos da Justiça Eleitoral, bem como manifestações durante as conversações, denotando a importância que atribui ao papel do mesário na condução do processo eleitoral; Valor que imputa às eleições e à “força do voto”; Ter se referido à eleição, repetidas vezes e através de diferentes instrumentos, como algo muito importante para a sociedade.
POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO	Manifesta, formalmente e em seu comportamento, durante todos os momentos da pesquisa, prazer no diálogo, na troca saudável de idéias e na possibilidade de relacionar-se harmonicamente.
IGUALDADE	Sua emoção ao descrever sobre o valor do voto, que é o mesmo para todos os eleitores. As demonstrações e declarações de que sempre trata a todos do mesmo modo, independente da classe social, escolaridade, etc. Trecho de conversação: “ <i>Sendo mesários todos, seja médico, engenheiro ou gari são iguais naquele dia</i> ” (CI),
DESENVOLVIMENTO PESSOAL	Demonstra claro interesse em vivenciar experiências capazes de gerar “ <i>aprendizado humano</i> ” e “ <i>crescimento pessoal</i> ”; Satisfação por participar das eleições, que define como uma experiência interessante e gratificante.

Quadro 8 - Participação como mesária voluntária para Tereza: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por atribuir valor positivo ao processo eleitoral e à atuação do mesário, no sentido de reconhecê-los como instrumento que possibilita a transformação social, aliado ao fato de compreender a participação política e social como dever de todos, Tereza demonstra esforçar-se bastante para ser uma cidadã responsável e, como tal, realizar bem sua função nas eleições, cuidando para que nada seja realizado de modo incompleto ou incorreto no âmbito de sua seção.

Ainda, por perceber as eleições como uma experiência gratificante, capaz de gerar “*aprendizado humano*” e “*crescimento pessoal*”, em decorrência da possibilidade de interação com diversas pessoas, Tereza evidencia grande satisfação por participar das eleições, concebendo, assim, sua participação também como geradora de benefícios particulares.

Dessa forma, pode-se perceber claramente que para Tereza o fato de tornar-se mesária voluntária resulta de uma combinação de motivações “altruístas” e “egoístas”. Entretanto, nota-se que sua iniciativa foi mais fortemente impulsionada pelo seu desejo de transformação social, de prestar sua colaboração para que a sociedade mude para melhor, ou seja, por uma motivação de ordem social.

Portanto, nos parece que a combinação dos três sentidos subjetivos - *colaborar para que algo importante para a sociedade aconteça; cumprir com seu dever de cidadã e obter desenvolvimento pessoal* (que embasaram a participação voluntária de Tereza como mesária), acabaram por implicar no excelente desempenho demonstrado por ela nos dois turnos das eleições, influenciando também na performance grupal, ou seja, no resultado atingido pela seção de votação presidida por Tereza.

4.4.2 Sentido subjetivo da participação como mesário para Carlos

Segundo Carlos - Professor e Dirigente Sindical, 3º grau completo, casado, 43 anos - ser voluntário é ser um cidadão responsável, como delibera: “*Voluntariar-se para mim é um ato de responsabilidade social*” (QD); “*Atuar como mesário voluntário é um ato de cidadania*” (CF). Carlos sugere, em meio a diferentes manifestações, que costuma se envolver em ações voluntárias relacionadas à política e ao sindicato do qual participa, além de demonstrar que faz questão de acompanhar “*de perto*” o mandato dos candidatos nos quais vota, divulgar as posições por eles tomadas e o cumprimento ou não das promessas de campanha. Nesse sentido declara:

“Sinto-me tranqüilo como cidadão, pois sempre cumpri meu papel, e como mesário também, por ter comparecido a minha seção de trabalho no horário proposto, conduzindo com responsabilidade e ética todo o processo eleitoral, até o final do pleito” (R).

“As eleições só acontecem porque contam com a participação de cidadãos conscientes, que cumprem sua obrigação, votando e sendo mesários” (CF).

Assim, segundo maioria das respostas obtidas por meio dos instrumentos utilizados, a participação voluntária como mesário possui para Carlos um sentido de dever, de obrigação de todos perante a sociedade, devendo ser exercido com seriedade e de acordo com as diretrizes estabelecidas no treinamento. O que confirmam os documentos provenientes da seção e da Escola onde o mesário Carlos atuou como Presidente de mesa, onde não há nenhum registro que contradiga suas manifestações, uma vez que tudo foi realizado dentro da mais perfeita ordem, ou seja, nos dois turnos de votação, o resultado da atuação de Carlos foi plenamente satisfatória para a Justiça Eleitoral.

No entanto, ao refletirmos sobre as anotações constantes do Diário de Campo, provenientes das observações realizadas e as declarações de Carlos, obtidas principalmente durante as conversações grupais e individuais, percebemos que sua participação como voluntário encerra um significado mais individualista do que social, no sentido de que lhe proporciona grande satisfação pessoal, pois reconhece ali um espaço privilegiado para o debate de idéias, conforme trecho de conversação, no qual Carlos se manifesta sobre as reuniões do sindicato de que participa e estabelece uma relação entre interação, reflexão e evolução, servindo como indicador para nossa construção:

“A gente discute muito, até se exalta às vezes, mas é uma troca né, uma via de mão dupla. A gente ouve opiniões diferentes das nossas, que fazem a gente pensar sobre nossa posição e eu acredito que é assim que se evolui, que se aprende, sozinho não dá para progredir (...) e o trabalho do mesário tem um pouco disso, te dá a chance de discutir política, democracia, problemas da atualidade, e eu gosto disso, sou carioca e também sou professor!” (CI)

Relatos semelhantes a este, aliados ao seu comportamento questionador e entusiástico, indicam que para Carlos a troca de idéias significa aquisição de conhecimentos e aumento da sua capacidade para discutir e defender opiniões, tornando-o mais apto para tomar posições ativas e críticas dentro dos espaços que transita.

Carlos lembra que no início, há 12 anos, voluntariar-se como mesário foi uma estratégia por ele utilizada para aproximar-se das pessoas que residiam no seu bairro, pois era recém chegado do Rio de Janeiro e não conhecia nenhum de seus vizinhos. Contudo, este significado indicado formalmente, apenas como motivo inicial para sua participação, permanece dotado

de sentido até os dias de hoje, pois para Carlos conhecer pessoas é sinônimo de interação e, por conseguinte, uma possibilidade para alargar seus conhecimentos. Como observamos em algumas de suas manifestações, transcritas abaixo:

“(...) participando de uma eleição a gente acaba sempre ampliando nossas relações e nossos conhecimentos” (CF).

“Muitos não se voluntariam porque pensam que é entediante, chato, ser mesário, nem imaginam quantas pessoas interessantes passam por uma seção, nem o quanto se discute a respeito de assuntos importantes” (CG).

Corroborando com tal hipótese, Carlos demonstrou claramente, durante o encontro grupal, o quanto aprecia a oportunidade de interagir com pessoas que tenham opiniões diferentes das suas e de expor com detalhes todos os argumentos possíveis para defender sua posição à respeito de um assunto, tendo participado amplamente dos debates.

Quanto à obtenção de dias de folga, em compensação pelos trabalhos realizados como mesário, Carlos manifestou-se, intensamente, explicita e implicitamente, como partidário deste benefício, de forma que tal contrapartida não parece se caracterizar para Carlos apenas como um fator incentivador, mas sim como um sentido subjetivo para sua participação como mesário voluntário, uma vez que vai ao encontro de sua filosofia de vida, como indicam os trechos destacados abaixo.

“(...) é claro que também acho importante pelos dias de folga” (QD).

“Por favor, o brasileiro já trabalha muito, 40 horas por semana (...) a gente precisa é de mais feriados para ter lazer” (CG).

“Descanso não pode ser direito só dos mais ricos, (...) as folgas dos mesários, por exemplo, são uma oportunidade que vale para pessoas de todas as classes sociais” (CG).

“Vem cá, essa entrevista deveria valer folgas, não acha?!” (CI).

Diante do exposto e de nossa interpretação como pesquisadora, os sentidos subjetivos mais significativamente relacionados à participação voluntária do mesário Carlos, podem ser agrupados nos três núcleos apontados a seguir:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
DEVER CIDADÃO	Entende a participação do mesário como uma demonstração de cidadania e de consciência em relação às obrigações do cidadão perante a sociedade.
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS, ATRAVÉS DA POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO	Participação intensa nos debates; Demonstrações e declarações no sentido de que aprecia discutir com “pessoas interessantes”, “assuntos importantes”, que promovem reflexão e aprendizado.
OBTENÇÃO DE FOLGAS	Ênfase dada ao valor do benefício; qualificado como um direito do ser humano e relacionado à possibilidade de descanso e lazer, indo ao encontro de sua ideologia de vida.

Quadro 9 - Participação como mesário voluntário para Carlos: sentidos subjetivos e indicadores.
Fonte: Elaborado pela autora.

Carlos demonstra buscar uma atuação ampla dentro da sociedade, procurando se envolver em atividades que julga importantes e que ao mesmo tempo promovem sua interação, o que lhe faz sentir-se cada vez mais qualificado e seguro para continuar avançando em sua participação como cidadão.

Além disso, Carlos entende que participar do processo eleitoral é cumprir uma obrigação civil, que deve ser realizada com responsabilidade e estrita observância das normas em vigor, além de ser também um meio de obter dias extras para descanso e lazer.

Assim, sua participação como mesário voluntário não adquire, em momento algum, sentido de ajuda, auxílio ou beneficência. Entretanto Carlos apresenta, dentre suas motivações para adesão ao projeto um motivo de ordem social, quando a encara como um dever de todos os cidadãos perante a sociedade.

4.4.3 Sentido subjetivo da participação como mesário para Osvaldo

Desde o primeiro contato com Osvaldo – Porteiro, 1º grau incompleto, casado, 36 anos de idade – percebeu-se o quanto ser mesário representava algo especial para ele. Quando Osvaldo compareceu no Cartório Eleitoral para voluntariar-se, não haviam mais vagas na escola onde votava e já havia atuado como membro de mesa em eleições passadas, mas isso não foi suficiente para que ele abandonasse seu objetivo de participar das eleições como mesário. Durante as seis semanas seguintes Osvaldo continuou comparecendo e telefonando,

insistentemente, para o Cartório Eleitoral, até que fora nomeado como 2º mesário da seção 49, em substituição de outro voluntário que fora submetido a uma cirurgia de urgência e não poderia mais trabalhar nas eleições.

A partir da nomeação, convidamos Osvaldo para fazer parte desta pesquisa, o que foi aceito sem qualquer hesitação de sua parte. Contudo, logo valeu-se da oportunidade para manifestar-se insatisfeito com sua nomeação para a função de 2º mesário, alegando já possuir ampla experiência advinda das duas eleições em que atuara como membro de mesa, a qual seria pouco aproveitada na função, manifestando que considerava “(...) *mais adequado e até proveitoso para a Justiça Eleitoral me colocarem num cargo mais importante, como o de Presidente de Mesa*”(CI).

Diante disso, lhe fora explicado que não havia surgido nenhuma vaga para Presidente de Mesa no local de votação onde ele pretendia trabalhar, pois todos os mesários da escola já haviam sido nomeados antes dele se voluntariar. Dessa forma, só seria possível alterar sua função caso algum Presidente ficasse impedido de participar, o que não poderíamos prever se aconteceria ou não, ficando acordado, a pedido de Osvaldo, que caso surgisse uma vaga de Presidente alteraríamos sua função.

Durante diferentes momentos da pesquisa, chamou nossa atenção a recorrência com que Osvaldo utilizava a palavra amor, aparecendo muitas vezes relacionada à sua participação como mesário-voluntário. Osvaldo parecia querer deixar claro que o amor era o sentimento que mais o impulsionava a participar das eleições como mesário voluntário, e que não era motivado por outros interesses “menos elevados”, como se pode observar nos fragmentos de suas manifestações que se seguem:

“Faço isso por amor à vida, ao meu país e às pessoas de modo geral” (CI).

“Ser mesário é um compromisso de todo aquele que ama sua nação” (QD).

“Sou mesário com satisfação e amor” (CF).

“(...) as folgas para mim não são importantes, porque eu, como supervisor de uma equipe, tenho muita dificuldade de me afastar do trabalho (...)” (CG)

“(...) para você estar lá, num domingo, tem que ter muito amor ao País” (CG).

Além de relacionar de forma enfática sua participação como mesário ao sentimento de amor, Osvaldo evidenciou em suas manifestações um outro sentimento, o de gratidão, como podemos observar:

“Agradeço ao Cartório, ao TRE e a Deus pela oportunidade de ser mesário mais uma vez” (QD).

“Agradeço a Deus pela confiança e responsabilidade a mim conferida pelo TRE e espero poder colaborar nas próximas eleições” (R).

“Sou grato pelo privilégio de ter sido escolhido para ser mesário” (CG).

Traduzindo sua nomeação como *“(…) uma benção” (CF)*, o que parece indicar que realmente sente-se valorizado em ser mesário, ainda, que enxerga sua nomeação como um reconhecimento, por parte da Justiça Eleitoral, de que possui capacidade e responsabilidade suficientes para atuar numa função tão respeitável como a de mesário.

Assim, percebe-se que para Osvaldo, sua participação como mesário voluntário adquire um significado de reconhecimento e de prestígio, conferindo-lhe um *status* social que possivelmente não lhe é proporcionado por sua atividade profissional. Quanto a tal proposição, esclarecemos que Osvaldo declarou em várias situações que exercia a função de *“supervisor numa empresa”* ou *“supervisor de uma equipe”*, entretanto, através de um e-mail enviado ao Cartório Eleitoral pela síndica do condomínio onde trabalha, questionando sobre seu direito ao gozo das folgas, tomamos conhecimento de que Osvaldo atua como porteiro. O que parece sinalizar a não aceitação de sua atividade profissional, talvez em conflito com sua auto-estima, por sentir-se capaz de atuar em uma função *“mais importante”*, tal como Osvaldo havia se referido ao cargo de Presidente de Mesa no momento inicial desta pesquisa.

Quanto aos momentos de observação realizados, merece destaque a ocorrência de comportamentos inadequados por parte de Osvaldo durante a realização do 2º turno de votação, conforme exposto a seguir. Ao chegar atrasado para assumir sua função, faltando apenas 10 minutos para o início da votação, não tendo participado de nenhum dos procedimentos de instalação da seção, Osvaldo recebeu uma crítica da Presidente de mesa que, segundo relatado por ambos, questionou-o se ele havia chegado *“cedo”* para o encerramento da votação. Mostrando-se aborrecido com a repreensão, Osvaldo dirigiu-se à urna eletrônica, rompeu os lacres e retirou o disquete, como se a votação estivesse realmente

chegado ao fim. Tal atitude gerou indignação e surpresa nos demais membros da seção, que se referiram ao ocorrido da seguinte forma:

“Não acreditei que Osvaldo era capaz de fazer uma coisa dessas. Ele parecia ser uma pessoa tão bacana e trabalhou tão bem no primeiro turno, não entendi mesmo! (...) e ele não aceitou até agora que agiu errado, em meio ao tumulto que virou a seção, com fiscais, gente do TRE (...), ele ainda brigou comigo dizendo que eu é que estava errada em chamar sua atenção” (Presidente da seção).

“É um absurdo, chega atrasado e ainda vem atrapalhar dessa maneira o nosso trabalho” (1º mesário).

“Acho que ele tava meio doido, meio dormindo ainda, e não fez por mal (...) mas foi muita criançice ele agir assim, podia ter causado um problema mais sério” (Secretária).

Para Osvaldo tudo não havia passado de uma brincadeira, como justifica:

“Fiz para descontrair. Ela (a Presidente) estava tão nervosa quando eu cheguei, aí resolvi fazer essa brincadeira, já que ela disse que eu tinha chegado cedo para encerrar, fui lá e encerrei (...) não tinha dormido bem à noite e ela veio com gracinhas (...)”.

Durante a conversação, quando esta pesquisadora foi obrigada a se portar muito mais como servidora da Justiça Eleitoral, buscando conscientizar um mesário que estava se comportando de forma indevida e reintegrá-lo à equipe da qual fazia parte (a fim de que a seção pudesse realizar um bom trabalho e prestar o devido atendimento aos eleitores) lembramos a Osvaldo o que fora recomendado nos treinamentos quanto ao comportamento dos mesários, algumas das previsões legais acerca da violação da urna eletrônica e de suas próprias palavras durante os encontros relativos à pesquisa. Ao final, Osvaldo manifestou-se constrangido e preocupado:

“Agora, pensando melhor, reconheço que tive uma reação errada, estou até envergonhado (...), mas não dá para voltar no tempo, não é? Só posso mesmo pedir desculpas à senhora. (...) Será que isso vai me dar algum problema?.”

Ressalta-se que suas desculpas foram direcionadas apenas à pessoa desta pesquisadora, que ali representava o cartório eleitoral, não sendo reconhecido por Osvaldo, ao menos explicitamente, o transtorno por ele causado aos outros mesários da seção e aos eleitores, que,

a nosso ver, seriam os principais merecedores de seu pedido de desculpas. De qualquer forma, destacamos, que depois de encerrada a conversa, Osvaldo passou a realizar seu trabalho normalmente, até o final do pleito.

Assim, observamos que através dessa situação Osvaldo expôs sua subjetividade. Sob tensão, demonstrou dar mais valor à sua necessidade de realização pessoal e ao seu orgulho, que fora ferido ao ser chamado atenção, do que ao processo eleitoral em si, não hesitando em reagir, contundentemente, à crítica recebida e não se importando com os prejuízos que poderia causar a votação dos eleitores, à Justiça Eleitoral e aos outros membros da seção.

De acordo com o exposto, na nossa concepção, os sentidos que representam de maneira mais expressiva os sentidos da participação como mesário voluntário para Osvaldo, podem ser agrupados em apenas três eixos, conforme sintetizados abaixo:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE SUA CAPACIDADE	Ênfase na gratidão por ter sido “escolhido”, sugerindo de que a justiça reconhecia suas capacidades (apesar da pouca escolaridade); Enaltecimento de sua experiência como presidente de seção e do sentimento “amor” como sentido maior para sua participação.
STATUS/PRESTÍGIO SOCIAL	Falsas declarações acerca da sua atividade profissional; Desejo intenso de ocupar o cargo de presidente de seção; Demonstração de insubordinação à presidente de sua seção.
OBTENÇÃO DE FOLGAS	Declarações desvalorizando o benefício indo de encontro ao e-mail tratando de seu afastamento do serviço em razão da utilização das folgas.

Quadro 10 - Participação como mesário voluntário para Osvaldo: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale acrescentar, que notamos uma nítida incoerência entre as manifestações formais de Osvaldo e suas ações, tanto durante o segundo turno de votação, bem como em relação às suas argumentações referentes ao não gozo das folgas e o e-mail que recebemos relativo ao seu afastamento do serviço por conta das folgas obtidas no treinamento de mesários. E-mail que ainda nos trouxe a informação de que sua verdadeira ocupação profissional era diversa da que fora por ele declarada durante a pesquisa.

Constata-se assim, que para Osvaldo, voluntariar-se à participar das eleições como mesário é proveniente de uma grande necessidade de reconhecimento e valorização de suas capacidades, corroborando com sua busca por ocupar posições que lhe certifiquem *status* e prestígio social.

4.4.4 Sentido subjetivo da participação como mesária para Bianca

Bianca – 29 anos, Auxiliar Administrativo, formação superior, casada – declara que não é voluntária em outras esferas de sua vida por falta de tempo, pois trabalha num consultório odontológico em horário integral e ainda realiza a maior parte das atividades domésticas e relativas à filha de um ano. Declara, ainda, em diferentes oportunidades e formas, que se voluntariou como mesária em razão das folgas, como pode-se observar a seguir:

“Me cadastrei, sinceramente, no intuito de ganhar os dias de folga” (QD).

“Acho gratificante os dias de descanso concedidos ao mesário” (CF).

“Eu assumo que me voluntariei pelas folgas, mas me envolvo no trabalho, sei que é muito importante (...)” (CG).

A partir da última manifestação citada, combinada à outros elementos que foram emergindo no decorrer da pesquisa, que ainda serão mencionados, percebemos que Bianca, após ter atuado como mesária em 2006, passou a atribuir uma maior importância à sua participação perante a mesa de votação e ao próprio processo eleitoral, o qual deixou de ser para ela apenas uma forma de obter “os dias de descanso”, passando a ser visto como algo valioso para a sociedade, que segundo ela, deveria ser ostentado muito mais como um direito conquistado do que como uma obrigação, conforme expõe:

“É cansativo (o dia da eleição) para o mesário, mas é válido. Fazendo parte da eleição você acaba valorizando mais a possibilidade de escolha que tem (...) antigamente (períodos ditatoriais, em que as eleições foram suspensas), quando vinha tudo determinado, quanto se lutou para essa democracia e hoje muitos eleitores estão desestimulados, principalmente os jovens, muitos nem vão votar (...), não dão o devido valor ao voto” (CG). “Na primeira vez não estava bem consciente do que era ser mesária. Na verdade, nem como eleitora eu era muito consciente. Mas, agora percebo que nós mesários temos duas grandes

responsabilidades: votar com seriedade e contribuir com toda dedicação para que a eleição aconteça” (CI).

As declarações de Bianca ainda enfatizam outro significativo atributo por ela imputado à sua participação como mesária: divertido. Para ela, além de desempenhar uma atividade importante para a sociedade e que lhe dá direito às folgas, ser mesária é algo prazeroso e divertido, que precisa estar inserido num clima agradável para ser bem realizado, como pode-se apreender em suas manifestações a seguir transcritas:

“(...) a minha seção é divertidíssima de se trabalhar, eu adoro!” (CI).

“(...) nos divertimos muito, ganhamos lanchinho e, acima de tudo, colaboramos com a democracia” (R).

“Pessoas com mais afinidade, que pensam na eleição da mesma maneira, trabalham melhor e tornam o ambiente mais agradável, como acontece na seção onde eu trabalho, em outras, quando tem pessoas difíceis de lidar ou tem um presidente daqueles... que se sente ‘a autoridade’, ninguém se envolve e o trabalho não flui (...) tem seção que o pessoal parece que tá num velório, eles nem se falam direito” (CG).

Não obstante, pela análise das Atas e relatórios detecta-se a ocorrência de uma grave falha no funcionamento da seção na qual Bianca atuou na função de 1ª mesária, qual seja: devido a erro do mesário que operava a urna eletrônica, nova votação foi iniciada antes que o votante anterior saísse da cabina, possibilitando a um mesmo eleitor votar duas vezes para o cargo de vereador, impedindo o eleitor seguinte de votar para o referido cargo.

A situação fora ‘resolvida’ da seguinte forma: um dos mesários da seção, que pretendia votar em branco, cedeu seu direito ao voto de vereador para o eleitor prejudicado e, dessa forma, o problema foi sanado e registrado em ata sem que gerasse uma reclamação do eleitor junto ao cartório eleitoral e a conseqüente abertura de processo para esclarecimento da situação e da culpabilidade. Confirmando a opinião de Bianca no sentido de que, quando a seção é formada por um grupo coeso de mesários, que se relacionam amistosamente, o trabalho flui melhor e os problemas são solucionados de modo harmônico, uma vez que todos os recursos disponíveis passam a ser adotados para a manutenção do bem-estar e do fortalecimento grupal.

Dessa forma, apreende-se os seguintes sentidos subjetivos como inerentes a participação voluntária de Bianca nas eleições:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
OBTENÇÃO DE FOLGAS (ou dinheiro em troca)	Diferentes e repetidas declarações desse fator (citadas na análise); Ter se manifestado apreensiva com a possibilidade de haver 2º turno, uma vez que já havia planejado como iria gozar as folgas.
PRAZER/DIVERSÃO	Resultante do clima de amizade que se estabeleceu entre os membros da seção onde atua, conforme declarações de Bianca e nossa observação durante os pleitos; Demonstrações de alegria e bom humor em todos os momentos da pesquisa.
ESTAR COLABORANDO EM ALGO IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE	Declarações acerca da importância do voto, do valor de podermos escolher nossos representantes – reconhecida somente após ter atuado pela primeira vez como mesária; Final de sua redação: “(...) e, acima de tudo, colaboramos com a democracia”; Responsabilidade e comprometimento demonstrados durante sua efetiva participação, comprovados através de nossas observações e dos documentos provenientes da escola onde atuou.

Quadro 11 - Participação como mesária voluntária para Bianca: sentidos subjetivos e indicadores.
Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que, diante do exposto, percebe-se em Bianca um claro exemplo de mesário que busca através desta forma de participação, em princípio, apenas a obtenção de um benefício particular, mas que, após vivenciar ativamente a experiência, passa a atribuir maior valor ao voto e ao processo eleitoral, em razão da agregação de novos sentidos à sua configuração subjetiva anterior. Sentidos estes, gerados a partir da efetiva experiência e que foram capazes de estabelecer uma nova relação entre o sujeito e o objeto.

4.4.5 Sentido subjetivo da participação como mesário para Ricardo

Sendo mesário voluntário pela primeira vez, Ricardo – 23 anos, Auxiliar Técnico, 2º grau completo, solteiro – relata que costuma participar de atividades voluntárias em diferentes campos, o que compreende como um meio para aquisição de conhecimentos e que, ainda, colabora para o aumento de sua auto-estima, conforme propõem os trechos abaixo transcritos:

“Todo serviço voluntário é uma forma de aprendizado e aumenta a nossa auto-estima” (QD).

“Busco sempre aprender sobre novos assuntos vivenciando novas experiências, como ser mesário nesta eleição” (CF).

De acordo com nossas observações e registros inseridos no diário de campo, à respeito deste participante, podemos afirmar que foi exatamente com esse espírito, interessado em absorver conhecimentos e aberto à nova experiência que estava vivenciando, que Ricardo exerceu e encerrou sua primeira participação nas eleições, como demonstra também sua redação:

“Foi uma experiência que irei levar por toda minha vida (...) foi muito gratificante (...), sinto-me orgulhoso por ser este voluntário que faz com que a democracia deste país funcione do jeito que deve ser” (R).

Ricardo também deixou claro, que percebe sua participação em trabalhos voluntários como uma forma de *“(...) adquirir responsabilidade por meio de atividades importantes e provar que o jovem também é capaz de ser alguém responsável” (CI)*. Sugerindo que busca, enquanto jovem, iniciando sua vida adulta e profissional, estabelecer uma imagem de pessoa responsável e atuante perante a sociedade, logo, merecedora de confiança e respeito. Tal hipótese torna-se ainda mais visível quando analisa-se outros trechos de suas declarações, conforme exemplos a seguir:

“Fui o primeiro a chegar na minha seção para participar deste importante dia da democracia brasileira.”(R).

“(...) me sinto responsável por fazer parte da sociedade, quero conquistar condições para ajudar, de algum modo, nosso país e mostrar que nem todo jovem é irresponsável, como muitas pessoas pensam” (CF).

“A minha gerente até me parabenizou (por ser mesário), achou bem legal eu me interessar por essas coisas (...) acho que é até uma forma da empresa ver que o funcionário dela é um cidadão responsável” (CG).

Ressalta-se, que Ricardo demonstrou, principalmente durante a conversação grupal, certa timidez, fato que aliado às manifestações que se seguem, dá a entender que este sujeito também valoriza sua participação como mesário pela possibilidade de socialização que lhe oferece:

“Quando se é mesário se conhece muita gente” (CF).

“Depois do primeiro turno, muitas pessoas do meu bairro vieram me perguntar como era ser mesário (...), passei a ter até mais amigos” (CI).

“(...) fiz novas amizades, (...)” (R). Diante disso, pode-se observar que a participação de Ricardo como mesário voluntário foi fortemente marcada pela presença de três sentidos subjetivos, descritos no Quadro 12, abaixo:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
OPORTUNIDADE PARA AFIRMAR-SE RESPONSÁVEL E CONFIÁVEL	Declarações formais durante os momentos da pesquisa que subentendiam o desejo/necessidade de mostrar-se para a sociedade como um jovem responsável e merecedor de confiança, para o que corroborou seu comportamento durante o pleito.
SOCIALIZAÇÃO	Construção de frases sobre o tema; Alegria demonstrada, em declarações prestadas após às eleições, pela oportunidade de fazer novas amizades; Timidez demonstrada nos encontros, principalmente no grupal.
AQUISIÇÃO DE NOVAS CAPACIDADES E CONHECIMENTOS	Demonstrações inconscientes e declarações formais, em meio aos diferentes momentos da pesquisa, ratificando sua vontade de vivenciar profundamente experiências que gerem aprendizado e amadurecimento.

Quadro 12 - Participação como mesário voluntário para Ricardo: sentidos subjetivos e indicadores.
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, os sentidos subjetivos que emergem frente à participação voluntária de Ricardo como mesário vão ao encontro de objetivos, projetos e necessidades pessoais que, ao serem perseguidas pelo sujeito, resultam num desempenho favorável às exigências da função. Visto que, a fim de tornar-se mais capaz em decorrência da experiência vivida em profundidade, Ricardo promove suas ações pautado na urbanidade, zelo, senso de responsabilidade e ânimo para conquistar novos conhecimentos, aliado ao desejo de socializar-se e de afirmação pessoal.

Não obstante ser sua primeira participação como mesário, ressalta-se que Ricardo foi merecedor de elogio registrado em ata pelo presidente de sua seção, demonstrando ter conquistado por meio da experiência (participar nas eleições), a imagem de jovem responsável e confiável, “(...) pela educação, responsabilidade e boa-vontade demonstrados durante os 2 turnos de votação deste ano” (Presidente da Seção).

4.4.6 Sentido subjetivo da participação como mesário para Gustavo

Gustavo – 32 anos, comerciante, bacharel em Direito, casado, mesário há quatro eleições – afirma sem reservas, que se voluntariou como mesário somente para adquirir o direito ao gozo de folgas no serviço e acrescenta que não vê a participação dos mesários, nem mesmo o processo eleitoral em si, como geradores de quaisquer benefícios de ordem social, como refletem os trechos de informação transcritos a seguir:

“A política no Brasil ainda está sob o domínio de certos grupos que a utilizam para reforçar sua dominação sobre um povo analfabeto e desmobilizado” (QD).

“Os candidatos são pré-selecionados pelos que comandam os partidos, nossa liberdade de escolha é muito reduzida” (CG).

“Não há nada de extraordinário em ser mesário, não sinto nem honra, nem sentimento de dever cumprido” (CF).

Para Gustavo, as eleições são o meio encontrado para legitimar a preponderância de pequenos grupos sobre a massa da população. Quanto ao sistema democrático brasileiro, Gustavo não o compreende como a maioria dos participantes desta pesquisa, ou seja, como um instrumento capaz de gerar mudanças e de trazer melhorias para a sociedade, mas sim como uma máquina planejada especialmente para dar continuidade ao *status quo*, como bem ilustram as manifestações apresentadas abaixo:

“São eles (os que já estão no poder) que colocam os candidatos à nossa disposição, e, portanto, é esse grupo que realmente escolhe em quem podemos votar (...)” (CI);

“Nossa democracia ajuda a manter os poderosos como detentores do poder, (...) seu nome correto é aristocracia disfarçada” (CF).

Assim, acreditamos que essa descrença na política e no voto como instrumento popular para renovação e melhoria social, é o que leva Gustavo a não valorizar a participação do mesário, que define como *“(...) alguém necessário para apertar botões e entregar os papeizinhos” (R).*

Ressalta-se, que as primeiras experiências de Gustavo perante uma mesa receptora de votos chegaram a ser interessantes para ele, possivelmente em decorrência do medo de cometer

algum erro e da possibilidade de reencontrar velhos amigos (fatores citados em meio a outras declarações), como reconhece:

“Os primeiros trabalhos como mesário eram muito mais surpreendentes, geravam até certa expectativa no dia anterior” (CI).

Todavia, como registrou após o segundo turno de votação, suas experiências atuais nada têm lhe acrescentado.

“Hoje foi mais um domingo de eleição, como tantos outros, quente e cansativo, nada surgiu como novidade: os mesmos eleitores, os mesmos mesários, as mesmas cadeiras desconfortáveis e os problemas de sempre” (R).

Ressalta-se que Gustavo, desde o início de sua participação como sujeito desta pesquisa, declarou que as eleições de 2008 seriam as últimas das quais participaria como mesário, visto ter sido demitido da empresa onde trabalhava quando se voluntariou, e estar dedicando-se a abertura de um comércio próprio. Dessa forma, não teria mais interesse na obtenção das folgas, como resta claro nos trechos a seguir:

“Quando eu trabalhava, guardava as folgas para tirar quando era escalado para o turno da madrugada, só usava nesses dias, aí valia à pena ser mesário. Agora não tenho mais razão para continuar” (CI).

“A maioria dos voluntários são empregados, vão pelos dias de folga, não há nenhum outro atrativo para pessoas autônomas (...), é tanta coisa ruim na política que não dá vontade de participar nem como eleitor” (CG).

Ratificando suas declarações, nos deparamos durante a análise dos documentos provenientes da seção presidida por Gustavo, com uma comunicação destinada ao Juiz Eleitoral, informando seu desligamento da função para as próximas eleições, confirmando sua posição de que não havia mais nada, além das folgas, que o motivasse a participar como mesário voluntário.

Entretanto, percebemos em dois momentos distintos da pesquisa que, de forma inconsciente, Gustavo também concebe a participação do mesário como um meio dos cidadãos fiscalizarem a lisura do processo eleitoral e garantirem sua legalidade, impedindo que sejam cometidas fraudes na votação. Por exemplo, quando Gustavo se mostra indignado com a sugestão da

mesária Fabíola, de que a Justiça Eleitoral deveria terceirizar a organização da votação, inclusive o trabalho dos mesários, contratando uma empresa para fornecer mão de obra remunerada, como se observa abaixo:

“Terceirizar?! Isso seria um absurdo, você poderia criar uma eleição tendenciosa, abririam inúmeras possibilidades de fraude (...). Enquanto está na mão dos próprios cidadãos, como é hoje em dia, um fiscaliza o outro dentro da seção.” (CG)

Outra importante situação que contribui para confirmar tal hipótese ocorreu em meio a nossas observações durante a realização do primeiro turno de votação, quando presenciamos um atrito entre Gustavo, um fiscal de partido e outro mesário de sua seção, que estavam insistindo em acompanhar um eleitor idoso até a cabina de votação. Oportunidade em que escutamos, dentre outras, a seguinte manifestação de Gustavo, que demonstrava-se exaltado com a circunstância:

“Já disse para vocês pararem com isso, não vou permitir que nenhuma tramóia aconteça dentro desta seção, ou você (referindo-se ao fiscal) sai agora daqui e você (referindo-se ao mesário) trabalha direito ou eu vou chamar os PMs para arrancar vocês desta escola de uma vez por todas”.

Apesar do pouco interesse que Gustavo evidencia ter em relação ao processo eleitoral, em razão de sua descrença na política brasileira de um modo geral, bem como por considerar o trabalho repetitivo, cansativo e pouco desafiador, este voluntário sempre desempenhou com excelência a função de mesário, realizando as atividades com precisão e responsabilidade, conforme pôde-se apurar por meio das observações e do exame das atas e relatórios preenchidos durante as eleições nas quais teve participação. Nessa esteira, entende-se que o alto nível de comprometimento com o alcance dos resultados esperados pela Justiça Eleitoral, demonstrado por Gustavo, decorre do fato que considera ser uma obrigação moral de sua parte, por ter se voluntariado como mesário, realizar da melhor maneira possível as tarefas que lhe foram designadas, o que parece configurar-se como um princípio norteador em sua vida, conforme se apreende nos trechos abaixo:

“Tenho obrigação moral de desempenhar bem a função de mesário” (CF).

“Trabalhar bem ou mal vai do indivíduo, no dia da eleição tem mesário que é voluntário, mas não quer ajudar nem a pregar um cartaz (...). Da mesma forma, questão de tratamento é

particular de cada um, eu, por exemplo, fui só pela folga, mas tratava todo mundo bem, é minha obrigação ser educado” (CG).

“Eu penso da seguinte forma: eu pedi para estar lá, fui por interesse próprio, agora tenho obrigação de fazer o melhor possível, não tenho o direito de agir diferente (...) sempre fui assim, em tudo que me proponho a fazer na vida” (CI).

Entretanto, vale destacar que essa característica de Gustavo não foi por nós entendida como sendo somente um sentido subjetivo específico da sua participação como mesário, apesar de ser o que indica ter motivado seu ótimo desempenho, visto que o sentido de responsabilidade moral com o que se propõe a fazer na vida, parece se constituir como parte da configuração subjetiva de sua personalidade, norteador de suas ações em todas as esferas de sua vida.

Dessa forma, foi possível apreender três núcleos de sentido subjetivo para a participação de Gustavo como mesário voluntário, apontados no Quadro 13, abaixo:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
OBTENÇÃO DE FOLGAS	Única motivação para sua participação no processo eleitoral. Ter deixado de ser voluntário logo que perdeu o vínculo empregatício.
GARANTIR A LEGALIDADE DO PROCESSO DE VOTAÇÃO	Manifestações verbais ocorridas em dois momentos distintos, através das quais demonstra imputar este papel aos mesários, inclusive a ele mesmo quando na função.
OBRIGAÇÃO MORAL	Declarações acerca de sua vontade de fazer bem tudo a que se propõe na vida; Crítica, subentendida, aos mesários que se voluntariam e não prestam um bom serviço; Encontra amparo na configuração de sua personalidade, influenciando fortemente suas ações (conforme constatamos nas observações e resultados da seção por ele presidida).

Quadro 13 - Participação como mesário voluntário para Gustavo: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.7 Sentido subjetivo da participação como mesário para Lourenço

Lourenço, pessoa comunicativa e afável, que demonstra vasta cultura e experiência de vida - 58 anos, Técnico de Manutenção de um hospital público, 2º grau, casado – narra animado, para o grupo de participantes desta pesquisa, que já havia se inscrito várias vezes como mesário

voluntário, mas nunca havia sido chamado e brinca que esta seria sua última tentativa, pois já estava pensando até em transferir seu título para outra zona eleitoral, “(...) *mas parece que desta vez vingou!*” (CG).

Para Lorenço, ser voluntário é sinônimo de “(...) *ajudar alguém ou contribuir para o bem comum*” (CF), e aponta: “*O voluntário é o oposto do egoísta, critica menos, faz mais e é muito mais feliz*” (QD).

Lorenço relata que, desde muito jovem, sempre se voluntariou para atuar em diversas ações e circunstâncias, demonstrando sentir enorme prazer e bem estar emocional quando tem a oportunidade de ajudar outras pessoas. Também por ser um meio de suprir suas necessidades de aprendizado e de socialização, como evidenciado nos momentos empíricos vivenciados com este participante, exemplificados pelo trecho de conversação grupal transcrito abaixo:

“Sejam voluntários sempre que surgir uma oportunidade. É muito bom poder ajudar alguém a sair de uma situação difícil, vocês terão um retorno enorme, uma bagagem que lhes acompanhará por toda vida, (...) quem mais ganha é quem ajuda: faz amigos, adquire conhecimentos, sente o coração inundado de alegria e, às vezes, ganha até presentes (risos)” (CG).

Lorenço valeu-se desta pesquisa para lembrar, na maioria das vezes empolgado, em outras emocionado, várias situações que vivenciou como voluntário, indicando que ser voluntário representa a essência de sua relação com o mundo, no sentido de buscar agir sempre em prol do bem comum, indo ao encontro de seus valores e de sua filosofia de vida, como sugerem os trechos a seguir destacados:

“Acredito que todo ser humano deveria lutar contra a miséria e a fome que inunda nosso planeta, fazer alguma coisa, por menor que seja, para melhorar a realidade das pessoas menos favorecidas, ao invés de cruzar os braços e permanecer inerte diante daquilo que não lhe atinge diretamente (...)” (CI).

“Lutar por uma sociedade melhor para todos já faz parte da minha cultura de vida” (CF).

“Só consigo ser verdadeiramente feliz se minha felicidade contribuir para aliviar a dor de alguém” (CF).

Atualmente, Lorenço participa nos fins de semana de um projeto de musicalização infantil em bairros carentes de Vitória e justifica:

“(...) é uma boa forma de se aproximar das crianças e de seus pais, tentar levar até eles educação, valores, esperança (...), de outra maneira é quase impossível ser acreditado por eles” (QD).

Participar do processo eleitoral tem para Lorenço um sentido especial, por considerar as eleições como uma valiosa oportunidade que permite às pessoas indicarem seu futuro, desde que sejam responsáveis e conscientes na hora de votar, buscando conhecer o melhor possível as propostas e o passado dos candidatos. Nesse sentido, Lorenço relatou-nos, com tristeza e indignação, que tomou conhecimento, através de uma reportagem de jornal, que a maioria dos votantes, faltando poucos dias para a eleição, sabia pouquíssimo ou nada sobre os candidatos concorrentes, o que para ele soava como um absurdo, como demonstra o trecho abaixo:

“Vejo isso é um enorme desperdício, (...) um voto equivocado significa um erro irreparável e resulta em prejuízos incalculáveis para o município e sua população, principalmente para parcela mais pobre, que é mais dependente do Estado” (CI).

O trecho de conversação citado, acrescido do que se segue, demonstra a importância que o processo eleitoral representa para Lorenço.

“A eleição dá uma chance aos homens de mudar sua sociedade, que pode tornar-se melhor ou pior, dependendo, apenas, nas mãos de quem se entrega o poder (...): O mundo há de viver como está sendo fabricado por nós mesmos” (CF).

Durante as observações realizadas pôde-se confirmar o quanto Lorenço mostrava-se feliz por estar participando das eleições como mesário e, tal qual havia descrito no segundo momento da pesquisa, procurava agir como *“Um verdadeiro voluntário, (...) alguém que sabe (...) aproveitar a ‘doçura’ de um sorriso e o ‘calor’ de um aperto de mão” (CF)*. Não presenciamos Lorenço, que transitava ativamente pela sala onde funcionava sua seção de votação, sentado uma só vez. Dedicando-se em receber e orientar todos os eleitores de forma simpática. O local onde permanecia parado por mais tempo era a entrada da seção, onde, demonstrando empolgação, conversava com os eleitores que aguardavam na fila, tornando a espera mais agradável, como relatou um deles: *“A conversa tá tão boa que nem vi o tempo*

passar, acho até que vou continuar o papo depois que votar! Pode!? (risos)”(Wallace, eleitor).

Conforme registrado por Lourenço, em sua redação de cinco páginas (5º momento da pesquisa), sua participação nas eleições lhe proporcionou enorme alegria, pois, além de lhe possibilitar contribuir em algo que julga importante para a sociedade, esta oportunidade constituiu-se num excelente espaço para interação e aquisição de novos conhecimentos, como destacado a seguir:

“Sinto-me realizado, participei das quatro maiores festas do planeta Terra (...) e a festa da democracia: eleições 2008 (...). Aconteceu abraço, beijo, sorriso, aperto de mão, brincadeira (...) conheci um busólogo (...), passei a conhecer sobre (...), também conheci (...). Reencontrei-me com um velho parceiro com quem trabalhei em Copenhague (...). No 1º turno perguntei a 100 pessoas se elas votariam sem a força de uma lei (...). Não dá para descrever tudo o que se vive numa festa de tal envergadura (...), enquanto houver sorriso, haverá esperança” (R).

No Quadro 14, a seguir, pode-se verificar os três sentidos subjetivos correspondentes à participação de Lourenço como mesário voluntário:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
OBRIGAÇÃO COMO SER HUMANO	Diversas manifestações, para o que confirmaram suas atitudes durante sua participação nas eleições, de que considera um dever de todo ser humano fazer o possível para ajudar outras pessoas e amenizar as desigualdades sociais.
SOCIALIZAÇÃO	Alegria demonstrada pela oportunidade de fazer novas amizades e relacionar-se com pessoas; Comportamentos observados nos encontros e durante as eleições.
AQUISIÇÃO E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS, ATRAVÉS DA POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO	Vontade demonstrada em vivenciar profundamente experiências que gerem aprendizado, o que percebe como decorrente da troca de conhecimentos e experiências entre pessoas; Declarações formais, muitas vezes emocionadas, em meio aos diferentes momentos da pesquisa, sobre o valor que a interação adquire em sua vida particular e como voluntário.

<p>ESPERANÇA NA MELHORIA DA SITUAÇÃO SOCIAL</p>	<p>Diversas manifestações durante os momentos da pesquisa que sustentam o valor imputado ao voto e às eleições; Indignação demonstrada em relação aos eleitores que “desperdiçam” seu voto; É o que parece dotar de sentido sua participação voluntária de um modo geral, impulsionando-o a “<i>lutar por uma sociedade melhor</i>”.</p>
--	--

Quadro 14 - Participação como mesário voluntário para Lourenço: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.8 Sentido subjetivo da participação como mesário para Marcelo

Participando das eleições como mesário voluntário desde as eleições de 2004, Marcelo - 33 anos, Servidor Público federal, pós-graduado, casado – aponta: “*A eleição no Brasil tem virado sinônimo de chateação*” (CF), referindo-se à desordem nas ruas causada pelos carros de som, à distribuição de panfletos, à troca de acusações entre os candidatos, aos pedidos de voto na TV, por e-mail, etc. Lembrando que “*(...) deveríamos realmente sentir as eleições como uma oportunidade de escolher bons representantes para fazer leis e administrá-las*” (QD), o que para ele parece ser algo muito difícil, diante do mau comportamento adotado pelos políticos.

Ainda, demonstrando sua insatisfação com o “*(...) baixo nível das eleições no Brasil*” (CF) e “*(...) a falta de crédito em relação à classe política*” (QD), vale-se dos momentos desta pesquisa para expor suas opiniões acerca da democracia e da política brasileira, como evidenciado nos trechos transcritos a seguir:

“A política no Brasil tem que melhorar muito ainda. É muito fisiologismo, compra de votos, falta de ética de partidos e candidatos (...). Toda eleição dou muito votos nulos por falta de opção (...)” (QD);

“No Brasil só há democracia oficialmente, não na realidade. Lógico que há mais liberdade de ação e expressão que na época da ditadura, mas não é uma democracia plena (...). As leis não são criadas para o bem da sociedade; o judiciário não é imparcial; o executivo funciona como cabide de empregos (...). A situação da política no Brasil é uma coisa que desanima muito” (CG).

Nesse sentido, ressalta:

“Minha participação como voluntário nas eleições/2008 não foi por patriotismo, pois não acredito nos valores da instituição chamada pátria, principalmente num país onde os que se candidatam a representantes do povo tradicionalmente pensam somente em si mesmos (...)”
(R)

Entretanto, o que revelam sua atuação e os registros provenientes dos dois turnos das eleições, é que Marcelo não permite que seu descontentamento em relação à política reflita na qualidade de sua participação como mesário. Muito pelo contrário, pois percebe a participação dos voluntários como uma forma de ajudar na realização das eleições, qualificadas por ele como *“(...) momento decisivo de um estado democrático (...)”* (CF), gerando, ainda, economia do dinheiro público destinado à efetivação do pleito, devido a redução dos gastos com a emissão de correspondências e mandados de convocação, *“(...) diminuindo os custos do governo para sua realização”* (QD),

Quanto a essa última constatação, verifica-se que Marcelo propõe uma relação, talvez inconsciente, mas que perpassa toda sua participação, entre a economia gerada pelos voluntários e a nomeação de servidores públicos para auxiliar nas eleições, como expõe:

“(...) não que se deva ‘fechar’ para os voluntários da iniciativa privada, mas dar prioridade aos servidores públicos” (CG).

Ao que parece, Marcelo, imbuído dos princípios que regem o funcionalismo público, em especial os da eficiência e da economicidade¹⁵, concebe a participação dos servidores públicos no processo eleitoral como uma obrigação moral, decorrente da própria condição profissional destes, como se nota no trecho a seguir:

“Os outros órgãos públicos deveriam se envolver mais, dar mais apoio à Justiça Eleitoral, inclusive incentivando seus funcionários a se voluntariarem” (CI).

Formalmente, Marcelo explica sua participação nas eleições como decorrente de três motivos, sejam eles:

“Ajudar às pessoas, dando informações, principalmente àquelas com menor nível de escolaridade e idosos; compensação pelos dias de trabalho (folgas); ajudar o TRE na realização das eleições, diminuindo os custos do governo para sua realização” (QD).

¹⁵ Desdobramento do princípio da eficiência, o princípio da economicidade, que, incorporado literalmente pelo art. 70 (38), *caput*, da Carta Federal, nada mais traduz do que o dever de eficiência do administrado na gestão do dinheiro público

Porém, além disso, pôde-se perceber durante os momentos de observação e as conversações individuais, seu interesse pessoal em dialogar sobre política com os eleitores, acompanhantes, inclusive crianças, e demais voluntários envolvidos no processo de votação, valendo-se de sua função para buscar entender melhor as relações que se estabelecem entre os brasileiros e o voto, como confirma a declaração abaixo transcrita:

“Observei que o brasileiro tem muitas maneiras diferentes de se relacionar com a política. A maioria a vê como uma obrigação, em razão da obrigatoriedade do voto, outros já demonstram um sentimento de patriotismo, nacionalismo, até de inclusão – do direito igual para todos; e há aqueles que trocam o voto por dinheiro, sem qualquer consciência do que isso representa (...)” (R).

Dessa forma, apreende-se quatro núcleos de sentido subjetivo para a participação de Marcelo como mesário voluntário, descritos no Quadro 15, a seguir:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
OBRIGAÇÃO - COMO SER HUMANO E SERVIDOR PÚBLICO	Ser útil à sociedade ajudando às pessoas, principalmente idosos, analfabetos e deficientes; Ter se envolvido, espontaneamente, em outras atividades após a votação; relacionadas à apuração dos resultados e ao transporte e organização das urnas eletrônicas; Demonstra perceber como uma obrigação dos servidores públicos e dos demais órgãos públicos, colaborar para que a eleição aconteça com maior eficiência e economia de dinheiro público.
AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS, ATRAVÉS DA POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO	Declarações demonstrando que as experiências vivenciadas durante as eleições, especialmente as decorrentes de interação, promoveram aumento de seus conhecimentos, como algo possuidor de significativa relevância em sua vida.
TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO DE VOTAÇÃO	Valor dado à sua participação como uma oportunidade de fiscalizar e zelar pela transparência/legalidade do processo de votação.
CONTRIBUIR COM ALGO IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE	Diferentes manifestações, que, implicitamente, indicam a importância por ele atribuída às eleições (citadas na análise); Sentimento de impotência diante da conjuntura política, demonstrado durante as conversações, mas que não o impedem de pensar nas eleições como portadora de possibilidades de mudança social.

Quadro 15 - Participação como mesário voluntário para Marcelo: sentidos subjetivos e indicadores.
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, Marcelo encerra sua redação expondo:

“Os melhores sentimentos que tive por trabalhar nas eleições foram o de responsabilidade com o futuro do país e o de auxiliar os eleitores no momento da escolha de seus representantes” (R).

Confirmando a hipótese de que, mesmo demonstrando desânimo e revolta em relação à maneira como a política é tratada no Brasil, Marcelo ainda encontra esperanças para perceber sua participação nas eleições como um modo de contribuir para a construção de um futuro melhor, não deixando de lado a necessidade de sonhar e o sentimento de responsabilidade em colaborar, para que um dia esse futuro realmente aconteça.

Sendo assim, sua participação nas eleições parece ser resultante de uma significativa trama de sentidos, provenientes de necessidades e valores pessoais e profissionais, que a caracterizam como algo muito importante, tanto em sua vida, como para a sociedade.

4.4.9 Sentido subjetivo da participação como mesário para Ismael

Com maior tempo de participação dentre os pesquisados, Ismael - Técnico em Eletricidade, Aposentado, 2º grau completo, casado, 55 anos de idade - é mesário há mais de 30 anos. Ismael relata que sempre gostou de contribuir voluntariamente com a justiça, atuando como mesário e como jurado, em princípio, *“por curiosidade, para conhecer como realmente funciona”*(QD).

Quanto a sua participação como mesário, Ismael demonstra, ainda, grande satisfação por sentir-se útil às pessoas, principalmente idosos, deficientes e analfabetos, como narra: *“Já levei muita gente no colo para votar (...) e faço isso com o maior prazer, me sinto feliz em poder ajudar às pessoas”* (CG). Ismael acrescenta que, sendo o voto obrigatório no Brasil, procura tornar esse dever menos penoso possível *“Ajudando e esclarecendo os eleitores com dificuldade para votar”* (QD) ou se preocupando em *“(...) observar sempre se há idosos, grávidas, pessoas com deficiência ou passando mal na fila, porque a maioria deles nem sabe que tem o direito de atendimento prioritário”* (CI).

Ressalta-se que Ismael valeu-se de todas oportunidades possíveis para manifestar sua revolta em relação à política no Brasil, em razão da corrupção e da impunidade, como demonstrado nos trechos a seguir:

“Fico indignado com a baixa qualidade dos políticos e dos partidos” (CI); “Com tanta impunidade, o número de políticos corruptos só está aumentando”(QD); “(...) quem é realmente honesto nem chega a ser candidato”(CG);

“As leis são elaboradas pelos próprios parlamentares,(...) por isso eles são sempre inocentados”(CI).

Percebe-se, ainda, uma certa insatisfação com as ações da Justiça Eleitoral, pois, a partir de suas declarações, pode-se concluir que Ismael acredita que a Justiça Eleitoral deveria ser mais rígida no julgamento dos processos de registro de candidatura e na fiscalização das campanhas, inibindo e punindo os abusos praticados, como forma de dificultar o acesso aos cargos públicos de *“(...) candidatos despreparados, desonrados e inescrupulosos, que fazem da política um meio ilícito de enriquecimento”(CG)*, uma vez que muitos políticos não cumprem a lei nem mesmo antes das eleições, sendo necessário um judiciário mais severo, que *“(...) faça com que a justiça prevaleça sobre aqueles que não a queiram respeitar”(R).*

Entretanto, Ismael não relaciona sua participação como mesário à descrença e revolta que demonstra sentir em relação aos candidatos e à forma como a política vem sendo praticada no Brasil, referindo-se ao processo de votação brasileiro como *“bem sucedido”(R); “bom para a nação” (CF); “mais democrático e moderno do mundo”(CG)*, mostrando coerência entre suas ações e manifestações, como pôde-se observar enquanto acompanhamos os trabalhos no local de votação onde Ismael foi mesário.

No primeiro turno de votação, ficamos surpresos ao ver que Ismael, por iniciativa própria, visto que isto não havia sido recomendado nos treinamentos e nem estava ocorrendo nas outras seções, havia colocado cadeiras no corredor, do lado de fora de sua seção, para que os eleitores aguardassem sentados a sua vez de votar. Tal procedimento foi pouco a pouco sendo seguido pelos mesários das seções próximas, e no segundo turno de votação, todas as seções da Escola, inclusive as localizadas nos outros andares, já o haviam adotado.

Durante os dois turnos da votação observou-se que Ismael era bastante solicitado pelos demais mesários do local onde atua, principalmente quando ocorrem problemas relacionados aos eleitores, como relatado pelo Presidente de outra seção: *“Ismael sabe resolver as coisas, ele tem muita paciência com as pessoas e tem conhecimento também (...), os dois eleitores estavam reclamando comigo (...), mas depois que ele conversou com eles e explicou como as*

coisas funcionam, acabaram saindo daqui satisfeitos e agradecendo” (Juarez, Presidente de seção).

Ismael realmente demonstra satisfação e habilidade para lidar com os eleitores. Em razão da longa experiência na função de mesário não demonstra qualquer embaraço ao se deparar com imprevistos, facilitando sua relação com os eleitores, demais mesários e prepostos do local onde atua. Além disso, cumpre destacar que não houve registro em ata ou relatório da ocorrência de qualquer tipo de falha na seção presidida por Ismael, inclusive durante o 2º turno de votação, quando funcionou com apenas três mesários, em razão do não comparecimento de um dos seus membros.

Assim, os sentidos que se expõem como mais significativos para Ismael, enquanto mesário, podem ser agrupados em dois eixos de sentidos subjetivos, conforme consta no Quadro 16, abaixo:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
AQUISIÇÃO E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS	Curiosidade e vontade de aprender sobre o processo eleitoral; Satisfação ao demonstrar os conhecimentos já adquiridos e poder aplicá-los, bem como repassá-los; Atenção e participação demonstradas durante os treinamentos da Justiça eleitoral.
SER ÚTIL ÀS PESSOAS	Declarações diversas acerca do contentamento/prazer que sente em ser útil e poder ajudar às pessoas; Vários momentos em que prestou assistência aos mesários das outras seções de votação; Ter estado, a maior parte do tempo durante os dois turnos da eleição, orientando os eleitores na fila, em relação aos seus direitos e ao uso da urna eletrônica; Colocação das cadeiras no corredor, para os eleitores aguardarem sentados a vez de votar.

Quadro 16 - Participação como mesário voluntário para Ismael: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, vale relatar que, por meio da análise documental, em específico do questionário preenchido pelos componentes da seção presidida por Ismael, nota-se registro assinalando que não mais continuaria atuando como mesário voluntário em eleições futuras. Diante disso, no início do mês de dezembro de 2009, contatamos o participante Ismael, por meio de ligação telefônica, perguntando-lhe quais seriam os motivos de seu afastamento. Como resposta, Ismael fez um desabafo que durou mais de vinte minutos, nele misturavam-se sentimentos de tristeza, decepção e indignação, como podem demonstrar os trechos transcritos abaixo:

“Fiquei muito triste este ano com o resultado das eleições, teve até campanha do Ministério Público, da OAB, alertando a população sobre o que significava votar sem conhecer a história, o passado dos candidatos, mas parece que não valeu de nada, o resultado do primeiro turno só confirmou que brasileiro não tem memória mesmo!”

“Toda eleição eu trabalho com boa-vontade, me dedico, levo a sério,(...) aí fiquei pensando sobre tudo que vem acontecendo, ano após ano, e resolvi que não quero mais fazer parte disso,(...) não vejo a Justiça Eleitoral realmente empenhada em banir essa corja de políticos profissionais. Pra mim, essa gente não poderia nem se candidatar, é um absurdo o Poder Judiciário deixar,(...) mas parece que ninguém se interessa em punir eles, os processos acabam sempre sendo arquivados, é o não é verdade? Nada nunca fica provado contra eles, parece mesmo que estão acima da lei, (...) quanto mais me envolvo em política e conheço como funciona, menos acredito que as coisas um dia vão mudar”.

“Dá vontade, sei lá, de ir para a rua e fazer campanha, até ‘boca de urna’ contra esses políticos, falar mesmo, por a boca no trombone, (...) a população precisa abrir os olhos. Na campanha vira todo mundo bonzinho, distribuindo favores, promessas, (...) a gente só viu acusações entre os candidatos a prefeito e mesmo assim, eram tantas mentiras, um ‘disse me disse’ que ninguém dava importância, nem acreditavam mais (...), acabaram elegendo um monte de ladrão safado!”

“Vi muito vereador corrupto, que não fez nada de bom para a comunidade, que só votava em favor deles mesmos, em troca de dinheiro, ser reeleito, cheio de votos, como se fosse um político exemplar,(...) me senti realmente mal com isso tudo. Agente trabalhou duro pra quê? Pra isso!”

Assim, diante do comportamento exemplar de Ismael durante os trabalhos relativos às eleições, de suas manifestações de insatisfação em relação à política no decorrer da pesquisa e da frustração demonstrada após o resultado do pleito, pode-se dizer que seu desligamento do projeto mesário voluntário é resultante da sua descrença em relação às ações da Justiça Eleitoral, no sentido de buscar, efetivamente, uma reversão do panorama político historicamente consolidado. Dessa forma, Ismael passou a sentir-se mal ao participar das eleições como mesário, por doar seu tempo e sua energia em favor de um órgão que, segundo seu entendimento, acaba contribuindo indiretamente para a manutenção das práticas de clientelismo e corrupção com as quais se convive naturalmente no cenário da política

brasileira, fortalecendo a idéia da impunidade, ao não se contrapor de maneira mais contundente.

Sendo assim, despertando sentidos altamente diferenciados dos anteriores, Ismael passou a refletir sobre sua participação como mesário voluntário, reelaborando sua configuração subjetiva. O que o levou a ter um posicionamento radicalmente diferente do que fora por ele adotado durante tantos anos de sua vida.

4.4.10 Sentido subjetivo da participação como mesária para Fabrícia

Participante mais jovem, Fabrícia – 18 anos, 2º grau incompleto, Estudante, solteira – propôs-se a participar de uma eleição pela primeira vez, *“para ter mais chances em concursos e por curiosidade, para conhecer”* (QD). Fabrícia demonstra pouca esperança em relação à política ao relatar durante uma conversação que, apesar de ser inscrita como eleitora desde os 16 anos, nunca havia votado, pois ainda não era obrigada por lei e jamais acreditara na sinceridade e capacidade dos candidatos, o que também pode ser apreendido através de um trecho do texto desenvolvido pela participante, transcrito abaixo:

“Agora vai começar tudo de novo: os santinhos, horário político, vereador batendo nas portas e pedindo seu voto (...). Eles só lembram da população no período de campanha, oferecem emprego e todo tipo de ajuda, mas depois esquecem todas promessas (...), mesmo assim temos que apostar num deles (...)” (CF).

Como benefício pessoal, decorrente de sua participação como mesária, Fabrícia, no Questionário Diagnóstico (APÊNDICE IV), realça que talvez lhe seja útil a declaração de mesária, para apresentar em concursos públicos, ainda, que gostaria de entender melhor sobre o funcionamento da urna eletrônica e descreve-se orgulhosa pelo Brasil ter desenvolvido uma tecnologia tão eficiente, que o coloca em posição de destaque no contexto mundial.

Quanto aos benefícios sociais, Fabrícia nada responde naquele instrumento, razão pela qual a questioneei, verbalmente durante a segunda conversação individual, sobre o motivo de não ter se manifestado, a propósito do que respondeu:

“Sinceramente, por que não acho que as eleições tragam benefício social. Se o voto não fosse uma obrigação ninguém iria votar” (CI).

Durante as observações realizadas no 1º turno de votação, percebeu-se Fabrícia pouco envolvida nos trabalhos da seção, além de ter se apresentado somente duas horas após o início da votação, fato que alegou ter sido motivado por uma crise de bronquite ocorrida na noite anterior. Aliado ao exposto, Fabrícia manifestou-se bastante aborrecida em relação à função do mesário, conforme relato a seguir transcrito:

“Quando aceitei ser mesária não imaginei que seria isso. Não gosto de tumulto, de muita gente falando ao mesmo tempo, (...) não sou boa em lidar com pessoas. Preferia ficar digitando na urna, mas a Presidente disse que, como eu sou 1ª secretária, tenho que ficar aqui (conferindo a documentação e orientando os eleitores da fila), é muito desgastante (...). Tem também esse negócio de escrever a ata, não vai dar certo não, já disse a ela que minha letra não é boa”. (CI)

Nesse momento pôde-se entender que Fabrícia não se sentia satisfeita por estar ali, principalmente por não gostar da relação que precisava estabelecer com o público, o que acabava por gerar insatisfação também nos outros membros da seção, uma vez que Fabrícia não estava colaborando tanto quanto eles, ocasionando demora no andamento dos trabalhos da seção. Diante disso, solicitamos como servidora da Justiça Eleitoral, o apoio de um dos Prepostos¹⁶ da escola, para que permanecesse na seção, ajudando até que a fila se dissipasse.

Quanto a situação relatada, ocorrida durante o período da manhã, tomamos ciência, por meio da Ata daquela seção, que Fabrícia não retornara após o almoço para trabalhar. Acrescenta-se que a referida mesária fora substituída para o 2º turno de votação e está respondendo a um processo por ter abandonado os trabalhos eleitorais.

Cumpramos esclarecer que não dispomos de farta informação acerca desta participante, visto que era pouco expansiva durante as conversações e não se dispôs a participar de todos os momentos da pesquisa. De modo que somente nos foi possível apreender dois sentidos subjetivos envolvendo a participação voluntária de Fabrícia como mesária, conforme descrito no Quadro 17, a seguir:

¹⁶ Cidadãos nomeados para atuarem como “Supervisores” dos Locais de Votação, encarregados de prestar apoio às seções e buscar solução imediata para os problemas que se apresentem, acionando o Cartório Eleitoral quando necessário.

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
MEIO DE OBTER MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM CONCURSOS	Declarações de que pretendia fazer provas para cargos públicos, demonstrando-se preocupada, pois sabia o quanto estava difícil conseguir aprovação, ainda, que um dos motivos de ter se voluntariado era “ <i>ter mais chances em concursos</i> , em razão da declaração que receberia e poderia vir a utilizar.
INTERESSE EM CONHECER MELHOR O SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO	Ter demonstrado, nos dois momentos iniciais da pesquisa, vontade de conhecer o processo eleitoral, especialmente sobre o funcionamento da urna eletrônica. Único momento em que Fabíola demonstrou-se empolgada foi quando referiu-se a evolução tecnológica e aos avanços no sistema de votação eletrônica.

Quadro 17 - Participação como mesária voluntária para Fabrícia: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, observa-se em Fabíola um clássico exemplo de mesário que se voluntaria visando apenas os benefícios particulares decorrentes da atuação, ou seja, estimulado exclusivamente por interesses particulares, não se mostrando preocupado em conhecer previamente a função e nem mesmo em esforçar-se para realizar um trabalho de qualidade para a sociedade.

No caso específico desta mesária, a situação foi agravada pelo abandono do serviço, o que parece se “justificar” pelo mal-estar resultante das atividades desenvolvidas durante sua atuação, bem como pela “pressão” dos demais membros do grupo no sentido de que a mesma desenvolvesse um trabalho mais eficiente e comprometido.

4.4.11 Sentido subjetivo da participação como mesário para Joel

Joel – 61 anos, Técnico em Contabilidade, Aposentado e Secretário de Finanças de um Sindicato, casado, mesário há cinco eleições – diz que sempre participou como mesário voluntariamente, pois acredita que por meio da participação adquire novos conhecimentos, ampliando sua visão, como declara:

“Participar é adicionar conhecimentos para si” (CF).

“Quando participamos de determinado projeto em grupo adquirimos conhecimentos para aumentar nossa capacidade de visão das coisas” (QD).

Outrossim, Joel dá, ainda, demonstrações de que acredita ser possível, por meio de sua atuação, transmitir seus conhecimentos as outras pessoas envolvidas, sendo um mesário que presta uma colaboração “diferenciada” à democracia, como exemplificam os trechos a seguir transcritos:

“(…) minha participação não fica restrita ao trabalho de movimentação da seção, procuro repassar meu conhecimento democrático aos eleitores e aos outros mesários e isso me fortalece no meu conhecimento de democracia” (QD).

“A virtude de um mesário é saber para que e porquê ser voluntário nesta tarefa” (CF).

Durante as observações, percebe-se que Joel atribui um papel mais ativo do que compete ao mesário em uma eleição, demonstrando ainda grande insatisfação com alguns fatores que perpassam o processo eleitoral, notadamente relacionados à aspectos da legislação que regulamenta o processo de votação. Fato este, que motivou o registro de várias reclamações provenientes de eleitores que votam na seção por ele presidida no pleito de 2006, conforme relatado a seguir.

No ano de 2006, como presidente de seção, Joel impediu de votar todos os eleitores que não portavam, além do título eleitoral, um documento com foto, contrariando a lei que prevê somente a apresentação do título ou de outro documento com foto, como exigência para o voto. Diante das muitas queixas, foi feita a tentativa de se resolver o problema através de contato telefônico, o que não fora possível diante da irredutibilidade do voluntário Joel, que sentia-se no direito, como presidente de mesa, de conduzir o processo eleitoral da sua seção como achasse melhor. Nesse sentido, um representante da Justiça Eleitoral deslocou-se até a escola onde funcionava a seção, munido de uma ordem escrita do Juiz, para que não fosse mais exigido dos eleitores a apresentação de outro documento além do título eleitoral.

Confirmando tal constatação, procedente da análise dos documentos relativos ao pleito de 2006, Joel declarou publicamente, durante a conversação grupal, que sempre conduziu os trabalhos das seções que preside de acordo com seu entendimento e sua consciência, não se limitando aos preceitos legais, como demonstra parte do depoimento abaixo transcrito:

“Nosso povo ainda é muito ignorante, troca o voto por qualquer migalha e a lei faz de tudo para facilitar essas coisas, mandam não exigir documento com foto, deixar levar acompanhante para dentro da seção, analfabeto votar e até ser candidato! Não concordo

com muita coisa e não deixo de presidir minha seção do meu jeito, (...) lá ninguém vota com documento de outro não, nem cego entra com acompanhante, faço o povo entender que democracia é coisa muito séria, que precisam estar conscientes antes de dar seu voto! (CG)”

Independente de percebermos que Joel é bem intencionado quando pretende valer-se de suas idéias para coordenar os trabalhos da mesa, declarações desse tipo causaram diversas retaliações durante a conversação grupal e o treinamento (3º e 4º momentos da pesquisa), visto que demonstraram que o referido mesário considera suas concepções superiores a lei, o que não pode ser admitido na prestação de um serviço público.

Vale esclarecer que, em razão de sua ausência aos trabalhos eleitorais e dos repetidos debates gerados em torno da sua necessidade de convencer as demais pessoas de que suas concepções sobre a condução do processo eleitoral eram mais acertadas que a lei, não obtivemos farta quantidade de informação em relação ao participante, nos sendo possível a apreensão dos três sentidos subjetivos a seguir especificados:

SENTIDOS SUBJETIVOS	INDICADORES
AQUISIÇÃO E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS	Grande número de declarações formais acerca do aprendizado obtido em eleições passadas; Participação demonstrada durante o treinamento da Justiça eleitoral.
CONDUZIR O PROCESSO DE VOTAÇÃO NA SUA SEÇÃO DE MODO COERENTE COM SUAS IDÉIAS	Declarações diversas acerca da necessidade do mesário saber o que está fazendo à frente de uma seção; Ineficiência imputada às leis eleitorais, sugerindo que seguir a legislação à risca não se configura no modo mais eficiente de conduzir o processo eleitoral.
BUSCA POR VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO	Demonstrações freqüentes e incansáveis de suas idéias, percepções e proposições; Diversas argumentações na tentativa de convencer os demais participantes acerca de sua razão e da pertinência de seus propósitos.

Quadro 18 - Participação como mesário voluntário para Joel: sentidos subjetivos e indicadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do exposto, deduz-se que sua ausência nas eleições pode ser decorrente da impossibilidade de concretização dos principais elementos geradores de sentido subjetivo para sua participação como mesário, quais sejam: conduzir o processo de votação na sua seção de modo coerente com suas idéias; busca por valorização e reconhecimento.

Os sentidos subjetivos apreendidos, a partir de cada sujeito desta pesquisa, revelam o quanto a produção subjetiva dos mesários voluntários é influenciada pela conjuntura histórica, política e social do nosso país. O que demonstram, claramente, as relações por eles estabelecidas entre eleições/atuação do mesário, e sentimentos de descrédito, revolta, impotência, desânimo, esperança e desejo de mudança social. Ademais, observa-se grande quantidade de sentidos subjetivos relacionados à satisfação pessoal e aos benefícios particulares decorrentes desta forma de participação voluntária, os quais, em sua maioria, interferem positivamente na atuação desses voluntários, além de funcionarem como estímulo para a participação no projeto.

4.5 Os núcleos de sentidos subjetivos da participação voluntária nas eleições

Nesta parte, apresentam-se núcleos de sentidos mais amplos, elaborados de modo a englobar sentidos subjetivos distintos e provenientes de diferentes participantes, mas que guardam entre si semelhanças no que se refere aos elementos presentes em sua conformação. Estabelece-se, ainda, uma reflexão que abrange os sentidos subjetivos abarcados em estudos anteriores, que também utilizaram a proposta teórico-metodológica de Rey para analisar os sentidos subjetivos da participação voluntária em contextos diferenciados: em projetos e ações sociais fomentados por uma empresa pública (DEGOBI, 2007); em um programa de voluntariado empresarial (DIAS, 2008); no orçamento participativo digital de um município (SANTOS, 2008) - cujos resultados foram descritos no item 2.2 desta pesquisa.

Assim, os sentidos subjetivos da participação voluntária dos mesários nas eleições podem ser agrupados em cinco núcleos de sentidos subjetivos, descritos a seguir:

a) Núcleo de sentidos subjetivos relativo ao descrédito:

Este núcleo engloba sentidos subjetivos provenientes de sentimentos e manifestações de descrédito em relação à política e/ou às instituições públicas. Observa-se, durante a realização da pesquisa, uma insatisfação generalizada no que se refere às práticas políticas adotadas pelos políticos brasileiros. Todavia, alguns participantes relacionam diretamente sua participação como mesário à tal desconfiança, como ocorre com Gustavo e Marcelo, que demonstram atribuir sentidos subjetivos inerentes à fiscalização e transparência do processo

de votação, visando zelar pela legalidade do processo e integridade do voto dos eleitores de suas respectivas seções, levando estes sujeitos a agirem de modo responsável e atento durante os trabalhos relativos às eleições.

Percebe-se na pesquisa realizada por Degobi (2007) e por Dias (2008), a existência de sentidos também vinculados ao descrédito nas instituições políticas e à insatisfação com as ações do Estado, os quais, tal qual observado em Marcelo, impulsionam os sujeitos a tomarem parte, de maneira responsável, em ações voluntárias, por acreditar que os resultados desse trabalho é mais ético e eficiente quando realizado pelos próprios cidadãos.

Já a pesquisa de Santos (2008) revela que a participação dos investigados é prejudicada pela pouca credibilidade atribuída às ações e instituições políticas, visto que o descrédito funciona como um fator de desestímulo para a participação dos cidadãos em assuntos ligados à política. Relação idêntica observa-se no caso de Gustavo, que apesar de deixar claro que acredita na participação civil nas eleições como única forma de garantir a seriedade e lisura da votação, manifesta-se desmotivado a continuar participando como mesário em razão da sua completa descrença nas instituições políticas e na possibilidade de mudanças através das eleições.

Tal constatação também se verifica em relação ao caso do mesário Ismael, que após sua participação nas eleições de 2008, manifesta-se frustrado e insatisfeito com o resultado do processo eleitoral, e declara que não irá mais atuar como voluntário nos próximos pleitos.

Assim, deduz-se que os sentidos subjetivos relacionados ao descrédito político podem tanto favorecer quanto inibir a participação voluntária dos cidadãos de uma sociedade. Desse modo, pode-se considerar que a descrença na política serve como incentivo à participação voluntária apenas quando há o envolvimento dos sujeitos em ações por eles consideradas eficazes, ou seja, que tenham efetiva capacidade de reverter aspectos do quadro político que os incomodam, especialmente, contribuindo para a moralização das instituições públicas. Evocando, assim, sentimentos e uma produção de sentidos subjetivos relacionados à identificação com a causa e com a organização, eficácia da atividade e desejo de colaborar, portanto, favoráveis ao engajamento e às atitudes de responsabilidade e comprometimento.

b) Núcleo de sentido subjetivo relativo à mudança social:

Tornam-se parte deste núcleo os sentidos subjetivos que consideram a participação do mesário voluntário como uma colaboração importante para a sociedade, por verem as eleições

como portadora de possibilidades de mudança social, a partir da renovação do quadro político, como encontramos em Tereza, Bianca e Marcelo. Ademais, o sentido de esperança, identificado em Lourenço, também corrobora o pensamento dos outros sujeitos, diferenciando-se, apenas, por não referir-se somente à sua participação como mesário, influenciando na conformação de sentidos que o impulsionam a participar como voluntário em outras esferas de sua vida.

Na pesquisa de Degobi (2007), observa-se sentido subjetivo semelhante, por ele denominado “sentido de cidadania”, mas que, tal qual neste estudo, está ligado à participação voluntária de sujeitos que buscam justiça social através das ações que participam. Na pesquisa de Dias (2008), este núcleo se faz presente no sentido subjetivo de “transformação social”, decorrente do desejo de contribuir para uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

Dessa forma, nota-se que tais sentidos impulsionam os sujeitos a participar voluntariamente e intensamente em ações que, para eles, carregam possibilidades de contribuir para a transformação social que aspiram. Portanto, para sua conformação, os sujeitos devem identificar na atividade uma possibilidade de mudança real, dedicando-se a contribuir em sua efetivação.

Supõe-se neste núcleo uma relação de complementaridade e até mesmo de dependência com o núcleo de sentido subjetivo relativo ao descrédito nas instituições políticas/públicas, pois quando o Estado zela fielmente pelos direitos de seus cidadãos, promovendo eficazmente o bem comum, não há a necessidade iminente de se buscar a transformação dessa sociedade em algo melhor ou mais justo, fazendo-se mais presentes sentidos subjetivos ligados à confiança nas ações públicas e ao desejo de colaborar para a continuidade das relações estabelecidas.

c) Núcleo de sentido subjetivo relativo à obrigação:

Engloba os sentidos subjetivos “dever do cidadão”, permeando a participação dos voluntários Tereza e Carlos; “obrigação moral”, influenciando as ações de Gustavo; “obrigação como ser humano (e servidor público)”, motivando a participação de Marcelo e Lourenço.

No entanto, cabe evidenciar que o sentido dado pelos participantes ao termo “obrigação” não é sempre o mesmo, sendo empregado de duas maneiras específicas, caracterizadas da seguinte forma:

- Obrigação social – quando a participação como mesário voluntário é compreendida como uma obrigação decorrente da posição de cidadão perante a sociedade, pela qual também é responsável, devendo contribuir para sua manutenção e melhoria;
- Obrigação moral – decorrente de valores morais e éticos presentes em sua subjetividade, que o fazem acreditar que um mesário voluntário tem a obrigação moral de realizar um bom trabalho.

Como exemplo desta proposição, pode-se citar a participação dos mesários Tereza e Gustavo, que demonstraram excelente desempenho nos dois turnos das eleições, apesar de perceberem-na dotada de sentidos bastante diferenciados, tendo como única semelhança concebê-la como uma obrigação, para Tereza social e para Gustavo moral. Ressalta-se, que todos os sujeitos desta pesquisa que atribuíram o sentido de dever/obrigação à sua participação nas eleições, deram nítidas demonstrações de comprometimento com a realização de um trabalho sério e eficiente.

Observa-se, ainda, que quando esse sentido de obrigação (seja ela moral ou social), figura entrelaçado a outros sentidos subjetivos que denotam interesse e satisfação pessoal pelo envolvimento na atividade, além de sentir-se responsável pela realização de um bom trabalho, o voluntário demonstra forte desejo de permanecer colaborando, o que o impulsiona a exercer sua função com extrema dedicação, a fim de que todos os objetivos da Justiça Eleitoral sejam alcançados com excelência e, assim, mantenha-se como mesário. É o que indica o resultado da atuação dos participantes Lourenço, Marcelo, Bianca, Tereza e Carlos, que além do sentido de obrigação, imputam às suas participações sentidos subjetivos relacionados à interesses pessoais, como socialização, interação, diversão e aquisição de conhecimentos e de folgas.

Vale registrar, que este núcleo de sentido subjetivo não fora observado nas pesquisas realizadas por Degobi (2007), Dias (2008) e Santos (2008), podendo ser considerado como uma contribuição específica deste estudo, possibilitando uma maior aproximação do tema da subjetividade no âmbito da participação voluntária.

d) Núcleo de sentido subjetivo relativo à satisfação pessoal:

Percebe-se neste núcleo uma grande variedade de sentidos subjetivos, os quais derivam, especificamente, de necessidades, desejos e valores relacionados às características pessoais

dos sujeitos. Sentidos esses que, quando concretizados através da participação voluntária, vão ao encontro de suas expectativas de vida, gerando prazer e satisfação.

Assim, pode-se abarcar neste núcleo os seguintes sentidos subjetivos: “socialização”, relativo aos participantes Ricardo e Lourenço; “possibilidade de interação” (também como meio de adquirir e transmitir conhecimentos), observado em Tereza, Marcelo, Lourenço, Carlos, Ismael e Joel; “desenvolvimento pessoal” e “igualdade”, relativos à participação de Tereza; “valorização e reconhecimento”, observado em Carlos e Joel; “ser útil às pessoas”, encontrado na participação de Ismael; “prazer/diversão”, inerente à voluntária Bianca; “conduzir o processo de votação de modo coerente com suas idéias e divulgá-las”, configurados por Joel.

Observa-se sentidos de mesma procedência em duas pesquisas anteriores. Em Degobi (2007), quando os sujeitos pesquisados atribuem à sua participação voluntária sentidos subjetivos ligados a “fazer o bem” e/ou “satisfação pessoal”. Em Dias (2008), quando os voluntários relacionam sua participação à busca por realização pessoal; ao sentimento de libertação em relação às pressões cotidianas; ao preenchimento de um “vazio interior”; à necessidade de reconhecimento; ao sentimento de identificação com a organização mantenedora do projeto; ao desejo de retribuição; ao sentir-se útil, ocupando o tempo disponível com uma atividade relevante; ainda, como decorrente da religiosidade ou de sua filosofia de vida. Tais sentidos geram nos indivíduos, da mesma forma que no presente estudo, sentimentos de prazer e satisfação pessoal quando da concretização dessas “expectativas” através da participação voluntária, servindo como estímulo para o engajamento.

e) Núcleo de sentido subjetivo relativo aos benefícios particulares:

Fazem parte deste núcleo os sentidos subjetivos voltados à satisfação de “objetivos egoístas” dos voluntários, ou seja, que derivam das possibilidades de retorno oferecidas pela participação voluntária e que despertam interesse nesses sujeitos.

Dentre os sentidos subjetivos apreendidos na participação voluntária dos mesários, enquadram-se neste núcleo: aquisição de conhecimentos e novas capacidades, como observado em Ricardo e Fabrícia; oportunidade para afirmar-se responsável e confiável, principalmente por relacionar-se, em Ricardo, à sua vida profissional; obtenção de folgas, como fator decisivo para a participação de Carlos, Bianca, Gustavo e, pode-se dizer também,

de Osvaldo; meio de obter melhor classificação em concursos, influenciando a participação voluntária de Fabrícia.

Sentidos relativos aos benefícios da participação voluntária, também são encontrados por Dias (2008), os quais, entretanto, relacionam-se estritamente à vida profissional dos investigados, que enxergam no voluntariado a possibilidade de recolocação no mercado de trabalho e de aprendizagem/aperfeiçoamento profissional.

Assim, observa-se que tais sentidos, da mesma forma como pôde-se constatar no núcleo “satisfação pessoal”, servem como estímulo à adesão, mas não garantem comportamentos responsáveis, comprometidos e coerentes com as necessidades que se apresentem durante a efetiva participação desses sujeitos, os quais parecem ser mais favorecidos por sentidos que apóiam-se em sentimentos de identificação com a causa e/ou resultados propostos para a ação, eficácia da atividade, desejo de colaborar em prol do bem comum e de obrigação, em relação à sociedade e/ou em atuar de forma eficiente.

Ademais, percebe-se que para que haja um envolvimento real do sujeito com a atividade para a qual se voluntaria, é preciso que ele confie, tanto na possibilidade de que os resultados propostos sejam alcançados, quanto na seriedade e coerência da organização que promove a ação, conforme observa-se em relação ao mesário voluntário Joel e, posteriormente ao pleito, também ao mesário Ismael.

Percebe-se, ainda, que não há como visualizar uma nítida delimitação para cada núcleo, visto que os sentidos agrupados nos mesmos se inter-relacionam, como ocorre com o sentido de obrigação moral, que além de estar presente no núcleo relativo à obrigação, também gera satisfação pessoal no sujeito que dele compartilha, uma vez que vai ao encontro de seus valores e de sua filosofia de vida. Da mesma forma, o sentido de colaborar com algo importante para a sociedade, “enquadrado” no núcleo relativo à mudança social, também guarda relação com o descrédito político, uma vez que a importância atribuída às eleições se dá em razão da oportunidade de renovação, especialmente política, que ela oferece, podendo resultar ainda, em satisfação pessoal para aqueles sujeitos que apóiam sua participação nessa direção.

Demonstra-se, então, que pode haver inúmeras interseções entre os núcleos apurados, como resultado do próprio entrelaçamento de sentidos intrínseco à configuração subjetiva de qualquer atividade.

Vale acrescentar, que, tendo em vista as semelhanças encontradas nos quatro estudos analisados neste tópico, ousa-se dizer que a participação voluntária está caracterizada, basicamente, por sentidos subjetivos relacionados ao descrédito e desencantamento com as estruturas públicas e políticas; ao desejo de mudança social e à busca de satisfação pessoal, tanto durante a realização das tarefas, quanto em relação aos objetivos propostos. Ainda, que uma participação comprometida, em que o voluntário realmente esteja envolvido e sentido-se parte importante do processo do qual participa, apoia-se essencialmente sobre dois pilares:

- Confiança, na condução das ações, bem como nas normas e procedimentos estabelecidos pela organização, na efetividade de seus resultados e no valor dessas ações para a sociedade;
- Identificação, com as atividades desenvolvidas e com os resultados que se pretende alcançar, com os valores, práticas e decisões tomadas pela organização.

4.6 Sentidos subjetivos, ações e representações: uma articulação entre diferentes ângulos da informação

Com base nos sentidos subjetivos apurados, procurou-se neste tópico uma integração entre os diversos elementos suscitados durante este estudo, ainda, que vislumbrasse os possíveis processos subjetivos que deram origem a comportamentos e embasaram situações envolvendo os mesários pesquisados. Buscou-se, desse modo, uma melhor compreensão acerca dos fatores que podem estar contribuindo para a ocorrência de problemas provocados por ações inadequadas dos mesários durante as eleições, bem como para as demonstrações de comprometimento e responsabilidade com o bom resultado dos trabalhos, gerando subsídios para que os administradores dos cartórios eleitorais possam promover melhorias na gestão dos trabalhos e das pessoas envolvidas na realização de uma eleição.

Quanto aos problemas relatados no início deste estudo, constantes do Quadro 1, pode-se observar no Quadro 2 (APÊNDICE II), que houve uma significativa redução no número de ocorrências nos dois turnos das eleições do ano de 2008, o que pode estar relacionado ao fato de que, pela primeira vez, o cartório pesquisado obteve 100% das vagas preenchidas com mesários voluntários, além dos fatores especificados a seguir:

- Mudança na condução dos treinamentos, no que se refere à forma menos expositiva e mais participativa como foram realizadas as abordagens acerca dos comportamentos inadequados de alguns mesários e dos problemas por eles acarretados aos eleitores e ao cartório eleitoral, incentivando uma reflexão conjunta sobre os prováveis motivos e possíveis soluções.
- Contato desta pesquisadora com 113 (cento e treze) mesários entrevistados no ano de 2007, por ocasião da realização da pesquisa sobre as representações sociais da atuação dos mesários; novo contato em 2008, com 82 (oitenta e dois) mesários convidados à participar deste estudo, dos quais 11 (onze) tornaram-se sujeitos desta pesquisa. Através desses contatos, os referidos mesários perceberam que há um controle ordenado das ocorrências, ou seja, que o cartório eleitoral dispõe de documentos e registros que versam sobre os fatos, problemas e reclamações ocorridos em cada eleição, o que talvez os tenha levado a serem mais responsáveis e atentos durante a realização das atividades.

Entretanto, considerando que ainda ocorreram situações indesejáveis, inclusive em 04 (quatro) seções das quais participaram sujeitos desta pesquisa, realizou-se uma análise específica de cada uma delas, apontando cada problema e os prováveis fatores que podem ter influenciado sua deflagração, como se segue:

a) Falta de mesários:

Observa-se a ocorrência deste problema em relação a dois sujeitos desta pesquisa, Fabrícia e Joel. No que diz respeito à mesária Fabrícia, a análise acerca dos sentidos subjetivos de sua participação, no item 4.4.10, aponta sua insatisfação em relação ao trabalho que desempenhou como mesária durante o período da manhã do primeiro turno de votação, principalmente por não sentir-se atraída pela interação dele resultante. Aliado à isso, Fabrícia expôs durante todos os momentos da pesquisa, sua completa descrença em relação ao valor das eleições para a produção de melhorias sociais, demonstrando ainda, pouco interesse em assuntos relacionados à política e à democracia de modo geral.

Assim, desvelam-se apenas dois sentidos subjetivos para sua participação voluntária, os quais interferem na ocorrência do problema, pois ambos são decorrentes de “motivos egoístas”, dirigidos apenas à concretização de interesses particulares, sejam eles: meio de obter declaração de participação, que possa lhe propiciar uma melhor classificação em concursos

públicos e aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento da urna eletrônica, devido ao seu interesse em temas ligados à informática. Sentidos esses que, diante do mal-estar sentido em relação ao ambiente e às tarefas que envolviam sua atuação como mesária, não foram suficientes para estimulá-la à realizar um trabalho comprometido e nem mesmo a continuar participando como mesária voluntária.

Em relação ao mesário Joel, como se pôde observar no item 4.4.11, nota-se que tanto suas declarações formais, quanto seu comportamento durante os treinamentos e as eleições anteriores, indicam grande insatisfação com alguns fatores que perpassam o processo eleitoral, notadamente relacionados à aspectos da legislação que regulamenta os trabalhos dos mesários. Fato que gerou o registro de várias reclamações provenientes de eleitores que enfrentaram dificuldades para votar na seção por ele presidida no pleito de 2006.

Confirmando nossas constatações, Joel declara publicamente que sempre conduziu os trabalhos da seção que preside de acordo com seu entendimento e sua consciência, não se limitando aos preceitos legais, ou seja, considerando suas concepções superiores a própria lei. Fato que gerou retaliações durante nossos dois últimos encontros antes do pleito - 3º e 4º momentos da pesquisa. Assim, percebe-se sua ausência às eleições como decorrente da frustração de sua pretensão de insubordinar-se às regras prescritas pela Justiça Eleitoral, o que não mais seria aceitável, impossibilitando assim, a concretização dos principais objetivos que dotavam sua participação de sentido: conduzir o processo eleitoral de sua seção de modo coerente com suas idéias, meio de divulgar suas concepções e obter reconhecimento.

Cumpre-nos, ainda, relatar que, como servidora do cartório eleitoral, temos nos deparado com diversas manifestações de mesários faltosos que, por terem se oferecido espontaneamente para a função, sentem-se livres para decidir se comparecem ou não para trabalhar, não reconhecendo a seriedade do compromisso que assumem ao se voluntariar. Nesse contexto, são fatos comuns justificativas como as transcritas a seguir, que sugerem a necessidade de uma maior conscientização e melhor triagem dos voluntários nomeados:

“(...) foi eu que me inscrevi, mas não pude ir lá ser mesário (...) tenho o direito de resolver se quero ou não trabalhar naquele dia, não podem me obrigar agora a pagar uma multa” (A.S. - mesário faltoso).

“Quando pedi para ser mesária não me lembrei que no sábado era o casamento de uma amiga minha, por isso acabei acordando muito tarde no domingo e não deu tempo de eu ir trabalhar, (...) peço que entenda e me libere da multa” (M.P. – mesária faltosa).

b) Reclamações registradas no cartório sobre o comportamento de mesários:

Dentre as 75 reclamações de eleitores registradas nos dois turnos das eleições de 2008, apenas uma está relacionada à má atuação de participante desta pesquisa, no caso Osvaldo, que conforme detalhamos no item 4.4.3, ao ver-se atingido em sua busca por valorização e prestígio, provocou o encerramento precoce da urna eletrônica de sua seção, causando atraso no início da votação referente ao 2º turno das eleições. Destaca-se, que de acordo com nosso entendimento, tal ocorrência somente se concretizou pela falta de sentidos subjetivos que fossem capazes de compensar a frustração que Osvaldo sentira, uma vez que foram suprimidos, ao mesmo tempo, os dois principais sentidos que este sujeito parece construir sobre sua participação como mesário voluntário: reconhecimento/valorização de sua capacidade e responsabilidade e *status*/prestígio social.

Entretanto, ressaltam-se duas outras situações que também motivaram reclamações de eleitores e que estiveram presentes em seções das quais participavam sujeitos desta pesquisa, porém, devido à habilidades e interesses particulares desses sujeitos, não geraram insatisfação nos eleitores que as vivenciaram, conforme passamos a relatar.

Uma queixa freqüente em eleições municipais, diz respeito à intromissão de candidatos e fiscais de partido no interior das seções, o que para muitos eleitores pode indicar que os mesários não estão zelando de forma adequada pela legalidade do processo de votação. Nesse aspecto, consta no item 4.4.6, que presenciamos uma discussão entre Gustavo e um fiscal de partido que, com a anuência de outro mesário da seção, tentava acompanhar um eleitor idoso durante o exercício do voto, o que não é permitido por lei.

Considerando que o eleitor em questão não demonstrou resistência ao assédio do fiscal, pode-se afirmar que tal ilicitude somente não se concretizou devido à reação de Gustavo enquanto Presidente da seção, que se posicionou energicamente, não admitindo sua ocorrência. Compreende-se então, que a reação do referido mesário encontra respaldo em um núcleo de sentido subjetivo que fora apreendido anteriormente em nossa análise, qual seja: garantir a legalidade do processo de votação.

Houve, ainda, três reclamações registradas por eleitores sobre a forma como foram tratados por mesários de seções que, tal qual a seção presidida pela participante Tereza, foram transferidas de local (escola) entre os dois turnos de votação, como descrito no item 4.4.1. Assim, de acordo com nossa concepção, fora a falta de habilidades interpessoais desses mesários que, como propôs Tereza, deveriam “(...) *se colocar no lugar do outro, tentando entender como ele se sente naquele momento*” (CI), sendo mais zelosos e atenciosos no trato com o público. A qualidade das ações e o comportamento equilibrado de Tereza durante todo o processo de votação parecem, então, decorrer da trama de sentidos positivos que entrelaçam-se na configuração subjetiva de sua participação, especialmente, dos relacionados ao prazer sentido nas relações de diálogo e de troca com os eleitores, sentimento que contribuiu para a conformação de dois importantes núcleos de sentido subjetivo para sua participação como mesária voluntária: desenvolvimento pessoal e possibilidade de interação.

c) Eleitores que não puderam votar por já terem votado em seu nome.

Esta é, sem dúvida alguma, a reclamação com a qual os servidores do cartório eleitoral mais se aborrecem, pois remete à sentimentos de impotência e frustração, ao saberem que, após tantos meses de dedicação aos trabalhos de organização do pleito, um eleitor foi impedido de registrar seu voto. Além de que, na maior parte dos casos, faz-se necessária a instauração de processo administrativo para esclarecimento da situação que ensejou o erro, gerando diversos procedimentos após as eleições, inclusive a realização de interrogatório do eleitor prejudicado - o que acaba provocando- lhe novos transtornos.

Nesse aspecto, a ação dos mesários que fizeram parte da seção de trabalho da participante Bianca, detalhada no item 4.4.4, evitou, de modo eficaz, que um eleitor que havia escolhido seu candidato, deixasse de participar do processo democrático, por ser impedido de registrar seu voto. A saída encontrada para a situação, que entendemos ter sido possível em decorrência do sentimento de identificação e do clima de companheirismo estabelecido entre os membros do grupo, difere das ocorridas nas demais seções, principalmente, pelo fato de não terem apontado um único culpado, alguém que devesse ser responsabilizado pelo erro, uma vez que não citaram o nome ou o cargo de quem operava a urna ou de quem estava cuidando da circulação de pessoas no interior da seção. Dessa forma, assumiram como um problema do grupo e buscaram em conjunto a solução mais adequada. Ratificando, assim, a estreita relação entre o bem-estar demonstrado pela participante Bianca, por fazer parte

daquele grupo de mesários, incorporado no sentido subjetivo de “prazer e diversão” por ela atribuído à sua participação como mesária voluntária, e evidente no ótimo desempenho grupal da seção, confirmando que o resultado atingido por um grupo de trabalho é diretamente proporcional ao envolvimento emocional de seus componentes.

Prosseguindo a reflexão, percebe-se em sujeitos que apresentam desempenho satisfatório para a Justiça Eleitoral, sentidos subjetivos que promovem atitudes de responsabilidade, comprometimento e/ou altruísmo que não estão apenas relacionados à participação no processo eleitoral, mas que funcionam, de acordo com Rey (2003), como tendências orientadoras de suas personalidades.

Assim sendo, entende-se que fatores como esses, ao serem compreendidos como núcleos de sentido subjetivo mais estáveis do que aqueles relacionados unicamente à experiência ora pesquisada, possuem capacidade de influenciar, ainda mais fortemente, as escolhas e ações de um sujeito na direção de manterem-se coerentes com sua personalidade, como ocorrido com os voluntários Gustavo e Lourenço.

Desse modo, vale ressaltar que a proposição acima também é válida para mesários que promovem ações inadequadas durante os trabalhos eleitorais, como Osvaldo, cujo sentido de reconhecimento e valorização de suas capacidades parece ir além de sua participação como mesário, implicando em atitudes de desrespeito às normas e falta de comprometimento com os resultados a serem alcançados pela seção, como as demonstradas no segundo turno das eleições.

Diante do acima exposto e das tantas outras reflexões geradas no decorrer desta dissertação, compreende-se que só há comprometimento do mesário com a qualidade dos serviços realizados, se os sentidos subjetivos que este atribui e/ou relaciona à sua participação voluntária no processo eleitoral favorecerem comportamentos nessa direção. Ratifica-se assim, a idéia de que são os sentidos subjetivos produzidos pelo sujeito, envolvendo suas emoções, desejos, motivações, conflitos, interesses, necessidades, representações, percepções sobre o ambiente, experiências vividas, etc., que dotam suas escolhas de sentido pessoal, orientando suas ações e posições.

Sendo assim, vale acrescentar que o ambiente institucional encontrado, no que se refere às práticas adotadas e o modo de gestão desses voluntários pela Justiça Eleitoral, também interfere marcadamente na produção subjetiva dos sujeitos, na medida em que não promovem

uma adequação eficiente entre as habilidades e necessidades dos candidatos e sua designação, não asseguram um envolvimento efetivo no planejamento e distribuição das atividades a serem desenvolvidas e não dão um retorno satisfatório sobre os resultados da atuação desses mesários voluntários. O que favorece sentidos e percepções ligados a sentimentos de desvalorização, mal-estar e desmotivação, tanto individual, como grupal (da seção), conforme demonstrado nas representações sociais dos voluntários a respeito da participação do mesário nas eleições.

Dentro desse entendimento e valendo-se do referencial teórico adotado e das representações originadas nesta pesquisa, tecem-se a seguir algumas considerações e sugestões, visando estimular a melhoria do ambiente de trabalho nas seções de votação, fortalecer uma relação de parceria e confiança entre mesários e Justiça Eleitoral, bem como a manutenção de voluntários que já desenvolvem uma boa participação nas eleições.

Acredita-se que o andamento dos trabalhos numa seção de votação é diretamente influenciado pelo clima que se estabelece entre seus membros, ou seja, que as atividades habituais, bem como o atendimento às situações não previstas, são melhor e mais facilmente resolvidas num clima de trabalho psicologicamente saudável. Essa constatação não pode ser considerada como um achado peculiar deste estudo, uma vez que, conforme lembram Cavalcante e Medeiros (2007), desde o final da década de 50, pesquisas interdisciplinares já indicavam que as necessidades sociais e afetivas dos indivíduos, tais como intercâmbios pessoais favoráveis e identificação com o grupo, são tão importantes quanto os fatores técnicos e econômicos, no sentido de evitar a desmotivação na realização de um trabalho.

Portanto, serve como alerta aos gestores dos cartórios eleitorais, a necessidade de se incentivar um maior entrosamento entre os membros das seções antes da efetiva atuação dos grupos nas eleições. Tornando possível a promoção dos remanejamentos, substituições e adequações que se mostrem necessários, com antecedência adequada, de modo a garantir que os mesários sintam-se bem em ser parte do seu grupo de trabalho durante a realização da eleição.

Assim, sugere-se a criação de grupos para estudo e discussão de temas relacionados ao processo eleitoral ou mesmo a introdução de dinâmicas grupais no treinamento obrigatório, visando promover maior integração e entrosamento dos mesários que trabalharão juntos.

Sugere-se, ainda, a fim de que sejam evitados conflitos entre os membros das seções, que não seja desconsiderada a hierarquia estabelecida pela legislação, não rebaixando de função mesários que participam há mais tempo, tal como ocorrido com Osvaldo, que havia sido presidente de seção em 2004 e 2006 e, em razão de sua nomeação para o cargo de segundo mesário nas eleições de 2008, sentiu-se insatisfeito e não aceitou, serenamente, ocupar cargo “menos importante”, desrespeitando a atual presidente.

Acredita-se, portanto, como também notado por Dohme (2001), que a “perda de *status*” é fator irrefutável para a desmotivação de um voluntário. Dessa forma, um mesário com bom desempenho não deve ser rebaixado, sendo o critério antiguidade do mesário, o mais indicado para a ocupação dos cargos, principalmente em relação à função de presidente de seção. Devendo-se, entretanto, sempre que possível, considerar as habilidades e preferências manifestadas por cada mesário.

Outro ponto já registrado na pesquisa, mas que merece especial atenção, é a falta de um processo de seleção criterioso e eficiente desses voluntários, visto que só são rejeitados aqueles candidatos que já atuaram de forma inadequada em pleito anterior, os que votam em escolas onde as mesas já estejam completas e os que não aceitem trabalhar em local distinto do que votam. Isso permite que voluntários pouco capacitados, desinteressados e descomprometidos ocupem vagas que poderiam ser destinadas a outros, mais aptos a realizar um bom trabalho, podendo, ainda, facilitar o acesso de pessoas mal intencionadas, que tenham se voluntariado com o intuito de manipular os resultados das seções onde venham a atuar, votando no lugar dos eleitores faltosos, em candidatos com os quais tenham se comprometido.

Esses aspectos apontam para a necessidade de implementação de um instrumento, possivelmente um questionário aberto e/ou uma entrevista, que possibilite uma escolha mais adequada dos mesários nomeados, baseada em critérios como valores, habilidades, competências, interesses e motivações, ou seja, que ofereçam indícios sobre os sentidos subjetivos que o candidato esteja produzindo a partir da possibilidade de sua participação no processo eleitoral e dos prováveis sentidos que dela podem vir a resultar. Ainda, proporcionando aos cartórios acesso a informações que lhes permitam a designação inicial das funções de acordo com as habilidades e interesses pessoais demonstrados pelos candidatos, promovendo a satisfação do voluntário durante o desenvolvimento das atividades e, assim, evitando sua evasão do programa, como mencionam Oliveira e Bezerra (2007).

Também se mostra imprescindível, a constante avaliação da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos mesários voluntários, uma vez que os registros comumente realizados dizem respeito aos problemas e erros ocorridos, sendo pouco freqüente encontrarmos informações sobre o bom desempenho de mesários nos documentos e relatórios relativos à uma eleição. E, quando existem, não há uma comunicação do fato ao respectivo mesário, ou seja, não existe a prática do *feedback*, fato que induz os mesários a perceberem sua participação como “pouco reconhecida” e “pouco fiscalizada pela Justiça Eleitoral”, conforme representações observadas no item 4.3.

Nesse sentido, Cavalcante e Medeiros (2007), apontam que o “fator *feedback*” influencia positivamente nas dimensões do comprometimento: “sentimento de afiliação” e “obrigação moral em permanecer”, confirmando a relação positiva entre reconhecimento, boas condições de trabalho e a vontade do voluntário em continuar contribuindo com a organização.

Assim, além da necessidade de implantação de um processo de seleção dos voluntários antes da efetiva nomeação, também se faz indispensável o acompanhamento e a avaliação da atuação dos mesários selecionados para compor as mesas, a fim de que, ao receberem um *feedback* dessa atuação possam perceber seus pontos fracos e fortes. Percebendo, ainda, que sua participação é reconhecida e valorizada pela Justiça Eleitoral, estabelecendo, dessa forma, uma relação de troca que, possivelmente, fortalecerá o sentimento de crescimento e desenvolvimento pessoal nesses voluntários, bem como sua auto-estima e o vínculo estabelecido entre eles e a Justiça Eleitoral.

Conforme relatado no item 4.2, dois participantes da pesquisa recomendam um treinamento diferenciado e mais resumido para mesários com maior tempo de participação, pois consideram o atual “cansativo e repetitivo”, refletindo uma insatisfação, que possivelmente também é sentida por outros mesários voluntários, em relação à obrigatoriedade de comparecimento ao treinamento realizado anteriormente à cada pleito. Tal descontentamento é justificado pelos sujeitos como decorrente da larga experiência na função, o que torna os assuntos abordados já bastante conhecidos e, portanto, pouco atraentes.

Levando-se em consideração tal entendimento, mas sem deixar de concordar com a manifestação de outros participantes acerca da relevância do treinamento, quanto à sua finalidade de rever conteúdos e atualizar procedimentos, acredita-se que as reuniões de instrução não devam ser diferenciadas para os mesários com mais tempo de participação, mas

sim conduzidas em um molde diferente do atual. Assim, pode-se adotar um formato mais dinâmico para essas reuniões/treinamentos, capaz de incentivar maior envolvimento dos mesários mais antigos, os quais podem ser incumbidos, por exemplo, da orientação prática na urna eletrônica para o grupo correspondente à sua seção, do repasse das atribuições de cada membro e da transmissão de experiências aos novos voluntários em geral, colaborando de forma mais ativa na construção do conhecimento que se pretende fornecer e reforçar.

Percebe-se, ainda, contrariamente à estrutura da representação social da atuação do mesário apurada por Vervloet (2008), que possui como um dos principais elementos o termo “importante”, que 04 (quatro) sujeitos desta pesquisa não atribuem tal característica à função desempenhada pelos mesários, visto que não a representam como geradora de benefícios sociais, pois, mesmo sendo necessária para a concretização do processo eleitoral, não é capaz de provocar mudanças autênticas no contexto sócio-político. O que guarda relação com o sentimento de dúvida quanto à utilidade de seu trabalho como voluntário, descrito por Dohme (2001), como um fator de desestímulo do voluntariado, que deve ser enfaticamente combatido.

Assim, propõe-se que sejam organizadas pela Justiça Eleitoral, principalmente nos anos em que não ocorrem eleições, campanhas de esclarecimento e incentivo à ação conjunta entre o órgão e a população, visando a fiscalização e o acompanhamento das ações dos políticos eleitos, dando, de certa forma, um sentido de continuidade e real inclusão no processo eleitoral.

Tais campanhas podem ser realizadas contando com a participação dos mesários voluntários que se disponibilizem, tendo em vista que, por já estarem envolvidos na atuação do órgão, podem contribuir para uma divulgação mais fidedigna e ampla, atuando como um elo de extensão nos bairros onde residem. O que, além de enriquecer a participação desses voluntários, poderá dotá-la de maior significação e relevância perante eles mesmos e a sociedade, agregando, ainda, maior valor à atuação da Justiça Eleitoral.

Desse modo, através de propagandas, palestras e distribuição de cartilhas preparadas para instrução da população acerca de como, porque e para que fiscalizar, bem como o que, a quem e como denunciar cada tipo de irregularidade, por meio da atuação desses mesários estar-se-ia realmente sendo criado um novo espaço para a participação popular. Espaço esse, apropriado à geração de sentidos subjetivos relacionados à ética política, cidadania e patriotismo, e com

possibilidades efetivas de contribuir em prol do desenvolvimento democrático e da mudança social que tanto se anseia no Brasil; fomentando a democracia participativa e ampliando o controle social por parte da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, por meio da análise dos sentidos subjetivos da participação do mesário voluntário, a construção de um conhecimento que contribuísse para o aprimoramento das práticas de gestão da Justiça Eleitoral inerentes ao processo de votação, bem como para a compreensão dos fatores que poderiam estar colaborando para a ocorrência de ações inadequadas de mesários durante as eleições.

A análise das informações empíricas revelou representações e sentidos subjetivos variados, expondo o quanto uma atividade altamente normatizada, padronizada e, podemos dizer até, cronometrada, como é o trabalho exercido pelos mesários durante as eleições, abre espaço para uma produção de sentidos tão rica, diferenciada e sensível às particularidades de cada sujeito. Ratificando a posição de Rey (2002a, b; 2003; 2004a, b; 2005a, b), de que não existem formas universais de subjetivação de uma atividade.

Assim, por meio de um processo de análise contínuo, recursivo e multiforme, baseado no diálogo, interpretação e construção, articulando os núcleos de sentido subjetivo apurados, as representações identificadas e os resultados visíveis da participação dos sujeitos durante as eleições, sem desconsiderar o contexto histórico, político, social e institucional em que se dá essa atuação, pôde-se apreender que os comportamentos incompatíveis com a função alimentam-se dos sentidos subjetivos que o voluntário relaciona ou constrói sobre e a partir de sua participação como mesário ou, ainda, da frustração desses sentidos, como observado em relação aos participantes Fabrícia, Osvaldo e Joel.

No mesmo caminho, observou-se que uma participação comprometida e eficiente também decorre da combinação de sentidos subjetivos que favorecem e promovem atitudes nessa direção. Entretanto, é importante ressaltar, que tais sentidos podem não estar vinculados unicamente à experiência da participação como mesário voluntário, sendo procedentes de outros momentos por ele já vivenciados ou ainda, estando presentes de forma estável na configuração subjetiva de sua personalidade, porém exercendo influência direta sobre as posições tomadas no seu momento atual.

Assim, esta pesquisa contribui para o estudo da participação voluntária, ao demonstrar que não basta um sujeito possuir qualificação suficiente e dispor-se voluntariamente a participar de um projeto ou ação, para que o resultado de sua atuação seja satisfatório a quem dela irá

valer-se, seja eleitor, Justiça Eleitoral ou qualquer outro beneficiário/organização. Visto que, o fato de voluntariar-se não implica necessariamente em valores, necessidades, percepções e sentimentos compatíveis com atitudes de comprometimento e voltadas à qualidade dos serviços prestados pelo voluntário, as quais derivam, efetivamente, da integração dos sentidos subjetivos que estejam envolvidos no processo de ação concreta desse sujeito. Conforme relações observadas entre os sentidos subjetivos da participação voluntária dos sujeitos investigados e as ações por eles praticadas durante o efetivo exercício da função.

No que se refere às práticas de gestão dos mesários voluntários empregadas na organização e condução do processo de votação no cartório pesquisado, os resultados desta pesquisa apontam necessidades e adequações, que vão desde o desenvolvimento e implantação de um processo de seleção eficiente, passando por uma maior aproximação entre Justiça Eleitoral, mesários e comunidades, incluindo uma reformulação dos treinamentos e um maior acompanhamento das atividades dos mesários nas eleições, a fim de possibilitar o reconhecimento e a valorização dessa participação.

Nota-se, ainda, que a campanha institucional realizada pelo TRE/ES durante o ano de 2008, bem como pelo cartório eleitoral pesquisado, enfatiza as vantagens pessoais que se pode obter através da participação no processo eleitoral, indicando que paira sobre a instituição a representação de que um eleitor só irá sentir-se motivado a voluntariar-se como mesário se tiver à oportunidade de através de sua participação, obter benefícios particulares. Desta forma, a campanha coloca as vantagens pessoais como principais produtoras de sentido subjetivo para essa forma de participação voluntária, em detrimento de outros sentidos possíveis, não contribuindo para que pessoas com interesses diversos, tais como colaborar para a mudança social, desenvolvimento da democracia representativa, aprendizado, interação, socialização, ajudar pessoas, fiscalização do processo de votação, etc., sejam estimuladas a participar.

Assim, sugerem-se a seguir, ações gerenciais voltadas à melhoria da realidade observada e ao aperfeiçoamento do projeto mesários voluntários, seja na 55ª Zona/ES ou em outro cartório eleitoral brasileiro que estimule a participação de voluntários nos trabalhos relativos ao pleito:

- Reformulação da campanha de recrutamento do projeto mesários voluntários;
- Instituição de um processo de seleção criterioso e eficiente dos voluntários, baseado nos sentidos subjetivos que estes atribuem ou relacionam à sua participação no

projeto, observando, inclusive, a possibilidade de existirem interesses eleitoreiros, que possam vir a afetar a confiabilidade dos resultados da votação;

- Inserção no site do TRE/ES de informações que facilitem o acesso dos candidatos e ofereçam noções sobre as atividades e responsabilidades dos mesários nas eleições;
- Elaboração de um questionário com perguntas abertas para o cadastramento de voluntários, de modo a dotar os cartórios eleitorais de maiores informações sobre os candidatos, subsidiando a seleção e a designação das funções;
- Definição de um novo formato para os treinamentos, visando promover maior entrosamento entre os membros da seção, bem como incentivar uma participação diferenciada e mais ativa dos mesários que participam há mais tempo;
- Designação hierárquica dos cargos com base no tempo de participação dos voluntários, considerando, sempre que possível, as habilidades e preferências manifestadas pelos próprios mesários ;
- Realização de encontros (voluntários, sem caráter de obrigatoriedade) com os mesários voluntários, após as eleições, para discutir os problemas enfrentados e dar um *feedback* à respeito da atuação desses voluntários;
- Implementação de ações conjuntas, com a participação dos mesários voluntários, visando esclarecer e incentivar a população para a fiscalização da atuação dos políticos eleitos.

Recomenda-se, ainda, a capacitação dos servidores do cartório eleitoral em paralelo à reformulação das práticas e instrumentos sugeridos, a fim de viabilizar o aprimoramento da gestão e a efetiva melhoria na qualidade dos serviços prestados. Essa recomendação serve também como sugestão para novas pesquisas, além da sistematização das práticas indicadas e da realização de estudos sobre os sentidos que a participação voluntária pode adquirir em outros grupos que atuam junto à Justiça Eleitoral e a diferentes órgãos do Poder Judiciário.

No que diz respeito às limitações deste estudo, pode-se apontar que, provavelmente, não foi capaz de abarcar os inúmeros sentidos subjetivos que são produzidos e evocados diante da participação voluntária dos mesários nas eleições, uma vez que tais sentidos são influenciados diretamente pela história particular de cada mesário e pelo contexto social, histórico e cultural em que ocorre a pesquisa. Ainda, nossa incapacidade, dada a complexidade do método de pesquisa adotado, para apreender todos os sentidos subjetivos envolvidos na configuração subjetiva da ação dos sujeitos pesquisados, reconhecendo que para tanto seria necessária uma

investigação ainda mais profunda, especialmente a respeito da história de vida de cada um deles, o que somente seria possível com uma redução ainda maior no número de participantes ou se dispuséssemos de um prazo significativamente superior.

Entretanto, consideramos que tais limitações não comprometem a capacidade deste estudo em dar visibilidade à inter-relação existente entre os sentidos subjetivos e as ações dos mesários, suscitando um novo olhar sobre a participação de voluntários no âmbito da Justiça Eleitoral brasileira. Este trabalho demonstra, ainda, a incontestável pertinência da Teoria Histórico-Cultural da Subjetividade na aproximação de objetos relacionados à gestão de pessoas, como apontam Paula e Palassi (2007), ao lembrar que a organização não é apenas como espaço de controle da subjetividade, mas, principalmente, como palco de produção de subjetividades.

Como contribuições específicas desta pesquisa, que a tornam distinta dos estudos já realizados sobre os sentidos subjetivos da participação voluntária, pode-se apontar:

- Observação de situações concretas demonstrando a instabilidade e mutabilidade da configuração subjetiva, que pode ser completamente alterada a partir de uma nova experiência vivenciada, como ocorrido com Bianca, Fabrícia e Ismael;
- Demonstrações de informações indiretas que foram capazes de desconstruir o discurso dos sujeitos, como no caso de Oswaldo e Gustavo, revelando sentidos subjetivos contrários às hipóteses que estavam sendo construídas sobre as manifestações diretas desses sujeitos;
- A apreensão de sentidos subjetivos atribuindo à participação voluntária o caráter de dever/obrigação moral e/ou social, impulsionando atitudes responsáveis e eficientes;
- A proposição dos três núcleos de sentidos subjetivos que caracterizam a participação voluntária: “descrédito/desencantamento com as estruturas públicas e políticas”; “desejo de mudança social” e “busca de satisfação pessoal”;
- A inferência de que o comprometimento na participação voluntária apóia-se sobre os sentimentos de confiança e identificação, presentes tanto na atividade e em seus resultados/objetivos, quanto na relação estabelecida entre o voluntário e a organização.

Acrescenta-se, que se deve ter em mente, quanto aos resultados alcançados, dada a própria processualidade que caracteriza a produção de sentidos subjetivos e o desenvolvimento sócio-cultural de qualquer espaço, que um estudo dessa natureza nunca trará resultados definitivos, pois a “realidade”, em que todos nós, sujeitos, estamos mergulhados, não é estática e

imutável. Muito pelo contrário, como se pôde observar com nitidez no comportamento do voluntário Ismael, que, no decorrer da realização deste estudo, passou a atribuir sentidos subjetivos altamente distantes e contrários aos que vinha relacionando, durante anos, à sua participação como mesário voluntário, resultando em seu afastamento do projeto após as eleições de 2008.

Incorporando-se às nossas reflexões a concepção de Oliveira e Bezerra (2007, p.02), de que “O que move as pessoas a serem voluntárias é a motivação de realizar algo significativo, que as satisfaça, que transcenda a sua existência, que firme ou transmita valores e crenças ou que transforme uma realidade que incomoda. [...]”. Pode-se concluir que o sonho de viver numa sociedade melhor, a esperança depositada no poder renovador das eleições e no voto como instrumento de transformação social, promovem importantes sentidos subjetivos para vários participantes desta pesquisa, dotando de significado sua atuação em prol da concretização do processo eleitoral. Entretanto, observa-se, após cessada toda a movimentação em torno do pleito, o completo descompasso entre tais sentidos e uma realidade histórica e cultural que perpetua as práticas de corrupção e aceita como naturais os escândalos envolvendo a classe política. Situação essa que, conforme verificado durante as análises, pode ser considerada como o principal motivo para a revolta e o sentimento de impotência demonstrado por outros sujeitos da pesquisa.

Assim sendo, vislumbra-se que o que mais falta para o envolvimento destes e de novos mesários voluntários, bem como para a manutenção dos que ainda sentem-se motivados a participar, não é o sonho ou a vontade de mudança social, mas sim a falta de ações efetivas nessa direção, posteriores à eleição, que dotem de novos sentidos subjetivos sua participação como mesário e os impulsionem a uma participação mais ampla e mais efetiva na busca por essa transformação, não só social, mas também histórica e cultural, que há tanto se espera no Brasil.

Por fim, considerando que, como propõe Rey (2003, p. 135), “[...] O conhecimento de uma configuração de sentidos, mais o que ela significa em relação ao sujeito que o produz, também terá múltiplas implicações para o conhecimento dos espaços sociais nos quais aquele sujeito transita”, acredita-se que, a partir do conhecimento construído durante o desenvolvimento do presente estudo, pôde-se vislumbrar alguns caminhos a serem seguidos na busca por uma maior adequação entre os valores e ideais dos mesários voluntários e às necessidades dos

eleitores e da Justiça Eleitoral, que, notadamente, perpassam o desejo de contribuir em benefício da sociedade e para o fortalecimento da democracia.

6 REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. A pesquisa do núcleo central e da zona muda das representações sociais. In: Abric, J-C. (Org.). **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Ramonville Saint Agne: Érès, 2003, p. 59-80. Traduzido por Maria de Fátima de Souza Santos.

AMARAL, Ana Luiza S. N. do. **O sentido subjetivo da aprendizagem para alunos universitários criativos**. Dissertação de Mestrado - Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

AZEVEDO, Debora; BITENCOURT, Claudia C.; VACCARO Guilherme L. R. Competências do Coordenador de Voluntários: um estudo exploratório em organizações da sociedade civil de Porto Alegre. XXXI EnANPAD 2007RJ **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: REY, F. L. G.(Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2005, p. 109-125.

BONFIM, Washington L. de S.; SILVA, Irismar N. da. **Instituições políticas, cidadania e participação**: a mudança social ainda é possível? Revista Sociologia Política. Curitiba, n. 21, 2003, p.109-123.

BORDENAVE, Juan E. Días. **O que é participação?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 8. ed. Brasília: TSE, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>

CARDINALLI, Cristiane C. B. **Uma análise da configuração subjetiva do aluno com dificuldade de aprendizagem**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Ernani. **Um balanço da justiça eleitoral**: da constituição de 1988 a reeleição de 1998. Datavênia. n. 23, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASAL, H. V. ; BRANDÃO, M. R. F. . Sobre a psicologia do esporte: uma análise crítica à partir dos conceitos de subjetividade e sentido. In: REY, F. L. G.(Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2005, p.

CAVALCANTE, Carlos E., MEDEIROS, Carlos A. F. Desenho do Trabalho Voluntário e Comprometimento Organizacional: um Estudo nas Organizações Não Governamentais. In: ENCONTRO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2007, Natal. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DEGOBI, Reziere. **Sem definição abertura e informação, não pode haver participação: o caso da gestão de projetos e ações sociais nos Correios do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULA, Ana P. P. de; PALASSI, Márcia P. Subjetividade e Simbolismo nos Estudos Organizacionais: Um Enfoque Histórico-Cultural. In: CARRIERI, A. DE P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 199-228.

DIAS, Roberta A. M. **Voluntariado empresarial: sentidos da participação**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

_____.; PALASSI, Márcia P. Produção científica sobre o voluntariado: uma análise a partir dos artigos publicados nos principais eventos e revistas nacionais de administração. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA E EL CARIBE, 6., 2007 Salvador. **Anais...** Salvador: ISTR / Escola de Administração / CIAGS/ UFBA, 2007.

_____.; PAULA NETO, A. de. CCQ Social: a expansão da solidariedade por meio do voluntariado empresarial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: NPGA, 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Quanto custa Renan Calheiros**. Folha de São Paulo. São Paulo, p. C11, 2007.

DOHME, Vânia D' Angelo. **Voluntariado - equipes produtivas**: como liderar ou fazer parte de uma delas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

FERREIRA, Estilaque. **A transição republicana e a reinvenção do Espírito Santo (1882-1889)**: o pensamento político capixaba. P. 1-67. Texto analisado na disciplina Cultura,

Modernidade e Capital Social, oferecida no curso de Mestrado em Administração da UFES, Vitória, 2007.

FREITAS, Ana B. M. de. **Sentidos produzindo sentidos**: constituições de deficiência e processos de subjetivação de crianças com necessidades educacionais especiais. Dissertação de Mestrado - Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

FURTADO, Odair. As dimensões subjetivas da realidade. In: REY, Fernando L; _____ (Orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 91-105.

GARAY, Angela B. B. Scheffer. **Programa de voluntariado empresarial**: modismo ou elemento estratégico para as organizações? Revista de Administração, v. 36, n. 3. São Paulo, 2001, p. 6-14.

_____. Quais seriam as motivações para funcionários se engajarem em programas de voluntariado empresarial e que tipo de relação de troca se realiza nesta ação voluntária? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, Itatibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

GOLDMAN, M. **Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil**. Etnográfica, v. IV (2), 2000, pp. 311-332.

GOMES, Suzana de C. **A justiça eleitoral e sua competência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

HUDSON, M. Administrando organizações do terceiro setor. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Editora Objetiva, 2001.

IASULAITIS, Sylvia; SILVA, E. C. da. **Descentralização do processo decisório por meio da participação popular**: estudos de caso sobre a gestão local de recursos públicos. Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador: 2006.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KINZO, Maria D'Alva G. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 54, 2004.

KLANDERMANS, Bert. **A oferta e demanda da participação**: os correlatos psicossociais. Revista Psicologia Política, v. 2, n. 3. São Paulo: SBPP, 2002, p. 83-114.

LAMOUNIER, Bolivar; WELFFORT, Francisco C.; BENEVIDES, Maria V. D. **Cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Martonio Mont'Alverne B. **O papel da justiça eleitoral na consolidação da democracia**. Eleições no Ceará: 1994-96. Terezina: Jus Navigandi, n. 55, 2002.

_____. **A democracia da atualidade e seus limites**: o financiamento público de campanhas eleitorais. Mundo Jurídico, 2005. Disponível em <<http://www.mundojuridico.adv.br>>

MARTÍNEZ, Albertina M.; SIMÃO, Livia M. (Orgs.) **O outro no desenvolvimento humano**: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MARTÍNEZ, Albertina M. In: REY, Fernando L; MARTÍNEZ, Albertina M (Orgs.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe. Motivação em programas de voluntariado empresarial: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 26, 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

MENDES, Denise C. V. Ramos. **Representação política e participação**: reflexões sobre o déficit democrático. Florianópolis: Revista Katálysis, v.10, n.2, 2007.

MENDONÇA, Gabriel C. Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2006.

NICOLAU, Jairo. Participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Francisco C. de; BEZERRA Rosa M. M. Fatores que Geram a Evasão no Trabalho Voluntário. In: ENCONTRO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2007, Natal. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PASSOS, Anderson S. dos. **Mesário**: funções e responsabilidade criminal e administrativa pela ausência ao serviço eleitoral. Revista Jus-Navigandi, 2007.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1983.

REY, Fernando L G. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002a.

_____. La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica. In: _____; FURTADO, Odair (Orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002b, p. 19-42.

_____. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

_____. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: MARTÍNEZ, Albertina M.; SIMÃO, Livia M. (Orgs.) **O outro no desenvolvimento humano**: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004b, p. 1-27.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

_____. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: REY, Fernando L.; MARTÍNEZ, Albertina M. (Orgs.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b, p. 27-51.

SABUCEDO, José Manuel. Participación política. In: SEOANE, Julio; RODRÍGUEZ, Angel (Orgs.). **Psicología Política**. Madrid: Pirámide, 1988, p. 165-194.

_____. **Psicología política**. Madrid: Síntesis, 1996.

SADEK, Maria T. Aina. **A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995.

SANTOS, Fabiano H. R. **Os sentidos subjetivos da participação digital no orçamento participativo da prefeitura municipal de Vitória-ES para os delegados**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SCOTT, James. **Corrupção eleitoral**: o aparecimento das máquinas políticas. Rio de Janeiro: Revista de Ciência Política, v. 5, n. 3, 1971, p. 37-73.

SHIMIZU, A. de Moraes; MENIN, M. S. De Stefano. **Representações sociais de lei, justiça e injustiça**: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras. Natal: Estudos de Psicologia, v. 9, n. 2, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Entrevista**. Jornal A Gazeta. Vitória, 2007, p. 19.

SOUZA, W. J. de; FERNANDES, Carla L. de M; MEDEIROS, J. P. de. Trabalho Voluntário: Elementos para uma Tipologia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: NPGA, 2006.

SPECK, Bruno W. **A compra de votos: uma aproximação empírica.** Opinião Pública, Campinas, v.IX, n. 01, 2003, p. 148-169.

SPÍNDOLA, Thelma. **Mulher, mãe e... trabalhadora de enfermagem.** Rev.Esc.Enf.USP, v.34, n.4, p. 354-61, 2000.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCH, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 117-145.

SZEREMETA, Jerzy. **Participação genuína na era da tecnologia de informação e comunicação.** In: Cadernos Flem VIII – Gestão Pública e Participação, 2006.

TEODÓSIO, A. dos Santos de; REZENDE, G. A. Estratégias de gestão de recursos humanos no terceiro setor. In: CARVALHO NETO, A. C.; NABUCO, M. R. (orgs.)Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: IRT, PUC – Minas, 1999, p. 287-302.

TEODÓSIO, A. dos Santos de S. Pensar o terceiro setor pelo avesso: dilemas e perspectivas da ação social na gestão pública. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

_____. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

TEODÓSIO, A. dos Santos de S; VENEROSO, R. da S.; PENA, R. P. M. Nada de Novo no front: caminhos e descaminhos do voluntariado e do capital social como formas de ativismo comunitário. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs). **Terceiro setor: dilemas e polêmicas.** São Paulo: Saraiva, 2006, p. 19-40.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOMBI, Wagner C; SALM, José F; MENEGASSO, Maria E. **Responsabilidade social, voluntariado e comunidade:** estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. O&S, v. 13, n. 37, 2006, p. 125-141.

VALENTE NETO, José. **A evolução político-eleitoral do Brasil.** Pensar, Fortaleza, v. 9, n. 9, 2004, p. 82-88.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel:** ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Edufes, 1995.

VERVLOET, Aigline de M. P. Representações sociais da atuação do mesário nas eleições: uma análise comparativa entre mesários voluntários e convocados. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Cronograma de pesquisa

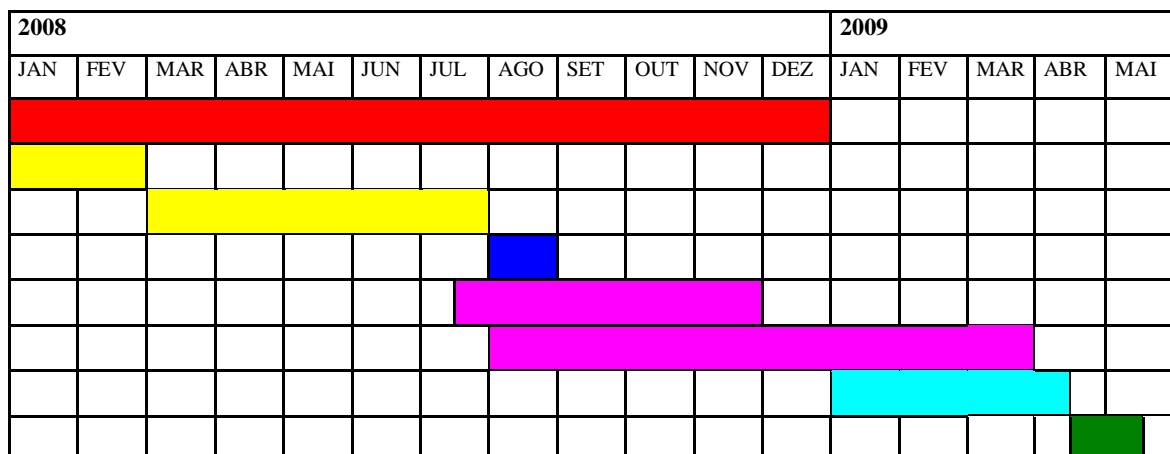


Figura 2: Cronograma de pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora.

Legenda:

	Levantamento bibliográfico
	Elaboração do anteprojeto
	Redação do projeto de qualificação
	Preparação da apresentação e qualificação
	Coleta das informações
	Análise e interpretação
	Redação final da dissertação
	Preparação da apresentação e defesa

APÊNDICE II - Problemas gerados por mesários nas eleições 2008

Turno de votação	1º	2º
Total de mesários nomeados	1.596	1.596
Número de mesários voluntários	1.596	1.596
Mesários faltosos	49	72
Reclamações registradas acerca do comportamento de mesários	42	33
Eleitores que votaram em lugar de outros por erro de mesário	31	29

Quadro 2: Problemas gerados por mesários nas eleições do ano de 2008.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos processos, documentos e registros cartorários.

APÊNDICE III – Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa integra a dissertação de mestrado de Aigline de Menezes Paes Vervloet, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da Prof. Dra. Márcia Prezotti Palassi.

A referida dissertação tem como objetivo geral analisar a influência de aspectos subjetivos no processo de participação dos mesários voluntários, durante a realização das eleições, buscando compreender os processos de produção de sentidos subjetivos que estariam sobrevivendo desse contexto.

Com vistas a alcançar o objetivo propomos, como instrumentos de pesquisa: realização de dinâmicas de conversação; observação participante nas reuniões e eleições; aplicação de questionários e técnicas de complemento de frases; elaboração de redação. Esclarecemos que os encontros poderão ser gravados ou filmados.

As informações produzidas serão tratadas de forma confidencial, garantido o anonimato de cada participante. A pesquisadora se compromete, ainda, a prestar, a qualquer tempo, os esclarecimentos que se façam necessários.

Ressaltamos que sua participação nesta pesquisa é voluntária, sendo resguardada a liberdade de recusar-se a participar ou dela retirar-se em qualquer fase, sem prejuízo algum.

Agradeço pela atenção e, antecipadamente, pela valiosa colaboração que poderá vir a dar ao desenvolvimento da pesquisa.

Aigline de Menezes Paes Vervloet
(27) 9989-1911 – aigline.de@terra.com.br

Eu, _____,

abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa desenvolvida por Aigline de Menezes Paes Vervloet, mestranda em administração pela UFES. E declaro que estou ciente de que minha identidade será mantida em sigilo e que minha colaboração é voluntária, sendo resguardados todos os procedimentos éticos de pesquisa.

Declaro, ainda, ter recebido todas as informações necessárias à minha participação, bem como estar ciente dos objetivos e procedimentos do estudo em questão.

Vila Velha/ES, _____ de julho de 2008.

Assinatura do Participante

APÊNDICE IV - Questionário “diagnóstico”

1) Há quanto tempo você participa das eleições como mesário?

2) Sempre foi por vontade própria ou chegou a ser convocado pela Justiça Eleitoral? Fale-nos sobre isso.

3) Você é voluntário em outras esferas de sua vida? Justifique os motivos da sua resposta.

4) Sobre sua participação como mesário, relate-nos os principais motivos que o levaram a voluntariar-se.

5) Cite os benefícios de ordem social e pessoal decorrentes de sua participação como mesário voluntário, que você considera como mais importantes.

6) O que você pensa em relação à democracia brasileira?

7) O que você pensa sobre a política no Brasil?

8) Quando você pensa em eleição, o que vem com maior força à sua mente? Fale-nos mais sobre isso.

Caso queira acrescentar alguma observação/informação que julgue pertinentes à pesquisa ou precise de mais espaço para responder às questões, utilize a folha em anexo. Obrigada!

APÊNDICE V - Proposta de construção de frases

Crie três frases relacionadas às seguintes palavras:

PARTICIPAR

1- _____

2- _____

3- _____

ELEIÇÃO

1- _____

2- _____

3- _____

MESÁRIO

1- _____

2- _____

3- _____

Agora estabeleça, por meio de uma frase ou texto, relações entre as seguintes palavras:

SENTIDO(S) – PARTICIPAÇÃO – MESÁRIO – ELEIÇÕES

Caso queira acrescentar algo ou continuar as frases além do espaço reservado, fique à vontade para utilizar a folha anexa.

Agradecemos pela colaboração!

APÊNDICE VI - Cronograma de procedimentos

Período/ Procedimento	De 01 a 05	De 06 a 10	De 11 a 15	De 16 a 20	De 21 a 25	De 25 a 31
JULHO				1º momento	1º momento	1º momento
AGOSTO	1º momento			2º momento	2º momento	
SETEMBRO	3º momento	4º momento	4º momento			
OUTUBRO	5º momento					5º momento
NOVEMBRO					6º momento	6º momento

Quadro 5: Cronograma de procedimentos e aplicação dos instrumentos.

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXOS

ANEXO I – Síntese das atividades dos mesários nas eleições

MESÁRIOS 2008

SINTETIZANDO - ORGANIZANDO AS IDÉIAS

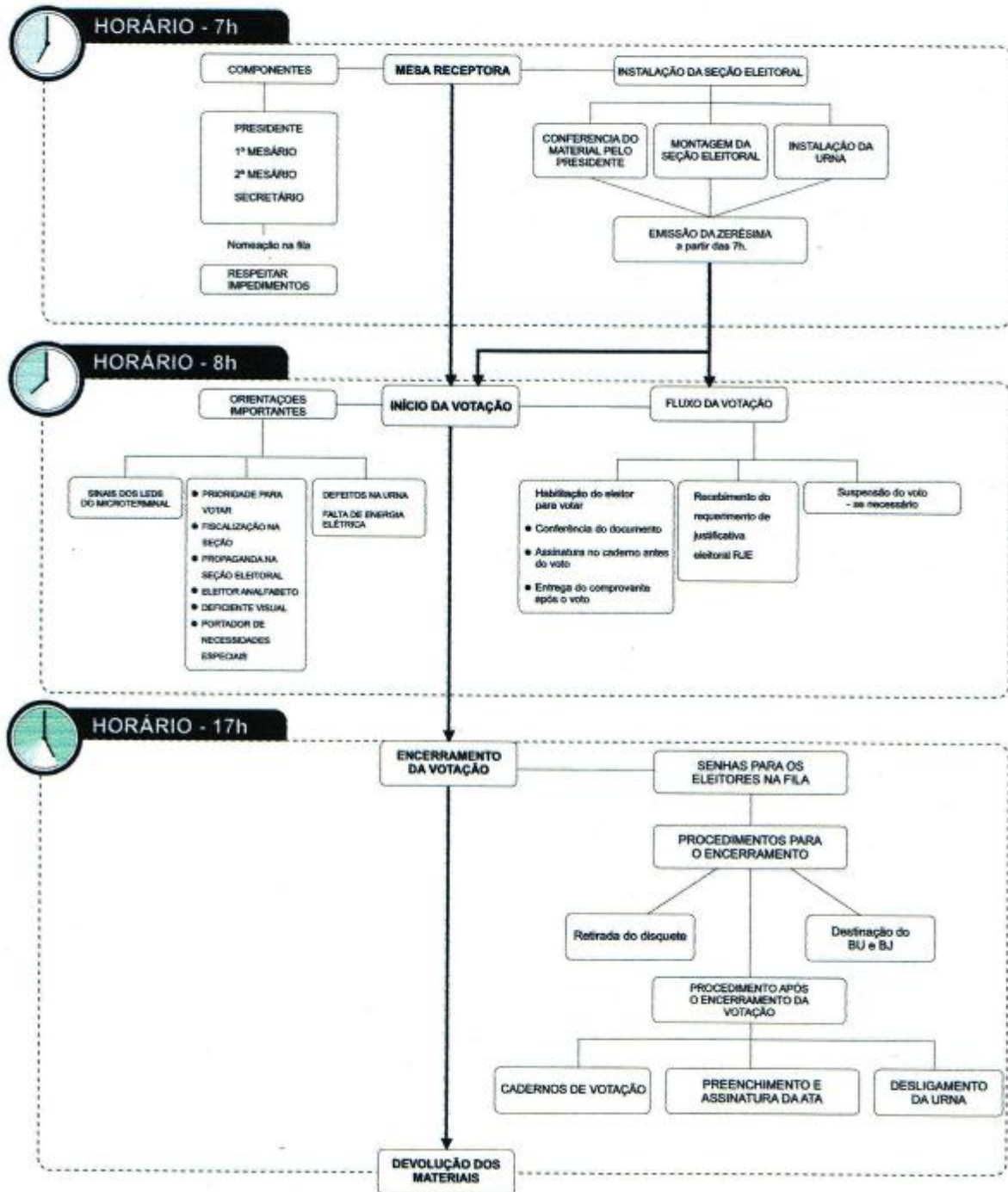


Figura 3: síntese das atividades dos mesários no dia das eleições.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/ES.

ANEXO II – Formulário para cadastramento de mesários



Juízo da 55ª Zona Eleitoral
CADASTRAMENTO DE MESÁRIO VOLUNTÁRIO

NOME COMPLETO: _____

PROFISSÃO: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

NASCIMENTO: ___/___/19___

END. RESIDENCIAL: _____

Tels: _____

Nº TÍTULO DE ELEITOR: _____

MARQUE COM UM “X” QUAL O PRINCIPAL MOTIVO LEVOU VOCÊ
A SE DISPONIBILIZAR PARA ATUAR COMO MESÁRIO?

1. Tirar 02 dias de folga no trabalho
2. Obter pontos em concurso público
3. Realizar trabalho junto a sua comunidade
4. Ter ficado ciente da necessidade da Justiça Eleitoral
5. Outro: _____

ASSINATURA: _____

Figura 4: ficha para cadastramento de mesário voluntário.

Fonte: Cartório Eleitoral da 55ª Zona/ES.

ANEXO III – Folder para inscrição de mesário voluntário - TRE/ES

QUERO SER UM

Mesário Voluntário

Seja um Mesário Voluntário

A DEMOCRACIA SÓ TEM A GANHAR.

Trabalhe nas Eleições e descubra porque o Sistema Eleitoral Brasileiro é um dos mais respeitados no mundo.

Entregue esta ficha preenchida no Cartório Eleitoral em que você está se inscrevendo ou pelo site www.tre-es.gov.br

Mesário Voluntário

- Qualquer eleitor em situação regular pode ser mesário, nos termos da lei.
- O trabalho, preferencialmente, é feito no local e na seção de votação.
- Além do trabalho ser gratificante, o eleitor tem direito a dois dias de folga* por data de convocação, bem como receber auxílio-alimentação.
- Em alguns casos, o serviço prestado como mesário pode ser utilizado como critério de desempate em concursos públicos.

* "Os mesários serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação".
Art. 166, § 5.º/457

Mesário Voluntário

FICHA DE INSCRIÇÃO

Preencher com os dados do Título Eleitoral e entregar no Cartório Eleitoral em que você vota.

Nome _____

Nome Mãe _____

Data Nasc. _____

Zona _____

Município _____

Seção _____

Título Eleitoral _____

Telefone _____

Celular _____

e-mail _____

Seja um Mesário Voluntário

A DEMOCRACIA SÓ TEM A GANHAR.

Trabalhe nas Eleições e descubra porque o Sistema Eleitoral Brasileiro é um dos mais respeitados no mundo.

- ▶ Qualquer eleitor em situação regular pode ser mesário*.
- ▶ O trabalho, preferencialmente, é feito no local e na seção de votação.
- ▶ Além do trabalho ser gratificante, o eleitor tem direito a dois dias de folga por data de convocação, bem como receber auxílio-alimentação.
- ▶ Em alguns casos, o serviço prestado como mesário pode ser utilizado como critério de desempate em concursos públicos.
- ▶ Em alguns casos, o trabalho serve como hora estágio para cursos universitários

Inscreva-se pelo site www.tre-es.gov.br, cartório ou posto eleitoral ou telefone 148.

Tribunal Regional Eleitoral/ES

*Na terra da lei

Figura 6: Cartaz da campanha “mesário voluntário” – eleições 2008.
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/ES.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)